



**IMERSÃO**  
REVISTA CIENTÍFICA DO SERTÃO BAIANO



**ANO 6 - VOL 1 - N. 11 ISSN 2675-5882**

MAR/2026

[www.fcgba.com.br/revista](http://www.fcgba.com.br/revista)

CAPIM GROSSO - BA

**fcg**

FACULDADE  
DE CIÊNCIAS  
EDUCACIONAIS  
CAPIM GROSSO

## EXPEDIENTE

A Revista Imersão é um periódico on-line da Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso - FCGBA. Trata-se de uma publicação semestral teórico-científica cuja finalidade é promover, selecionar e socializar as produções científicas e reflexões críticas sobre experiências realizadas em Gestão, Saúde e Educação no diálogo com as Ciências Humanas, privilegiando abordagens interdisciplinares.

### FACULDADE DE CIÊNCIAS EDUCACIONAIS CAPIM GROSSO

Prof. AUSINETE DA SILVA FRANÇA  
Diretoria Geral  
ALBERT FRANÇA SANTOS  
Diretor Administrativo  
Prof. MARIA ANTÔNIA SANTOS  
Diretora Acadêmica

### FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Bibliotecário:  
João Paulo Santos de Sousa CRB-5/1463

I32 IMERSÃO: Revista Científica do Sertão Baiano /  
Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso.  
Ano VI. Volume I, Número 11, Jan/Jun de 2026. –  
Capim Grosso: FCG, 2026.

Semestral

ISSN: 2675-5882

Disponível: [www.fcgba.com.br/revista](http://www.fcgba.com.br/revista)

1. Educação. 2. Multidisciplinaridade. 3. Práticas  
educacionais. 4. Desenvolvimento. 5. Saúde. I.  
Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso.

CDD – 370

## **EQUIPE EDITORIAL**

### **EDITOR**

Prof. Dr. Francisco Alves de Queiroz – FCGBA  
<http://lattes.cnpq.br/1005809062790476>

### **CONSELHO EDITORIAL E AVALIADORES**

Prof. Dra. Tiberiade Mendes Lima – Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso  
<http://lattes.cnpq.br/8523314383808026>

Me. Éden Santos de Castro – Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso  
<http://lattes.cnpq.br/3651347955192589>

Prof. Dr. Hélio Ponce Cunha – Universidade Estadual de Feira de Santana  
<http://lattes.cnpq.br/5559401418714606>

Prof. Dr. Ivo Pedro Gonzalez Junior – Universidade Federal da Bahia  
<http://lattes.cnpq.br/9172835049817642>

Prof. Dr. Ricardo Costa da Silva Souza Caggy – Faculdade Adventista da Argentina  
<http://lattes.cnpq.br/6254826561789427>

### **REVISÃO GRAMATICAL E NORMALIZAÇÃO**

F Alves Queiroz Consultoria

### **EDITORAÇÃO ELETRÔNICA E REVISÃO**

Me. Camila Ferreira de Jesus

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                                                      |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>I - CONTINUAMOS SEM DIREITO À CIDADE NA BAHIA</b><br>Francisco Alves de Queiroz .....                                                                                                             | 9   |
| <b>II - MODELO PÓS-RACIONALISTA DE TERAPIA COGNITIVA</b><br>Antônio José Tavares Lima, Diana Lopes Alves, Liliana Souza Pena.....                                                                    | 33  |
| <b>III - O DNA COMO RECURSO NA IDENTIFICAÇÃO DE SUSPEITOS EM CRIMES SEXUAIS CONTRA A MULHER NA BAHIA</b><br>Laiane dos Santos Araújo, Jaqueline Jesus dos Santos Cruz .....                          | 51  |
| <b>IV - RESSIGNIFICAR A METODOLOGIA DE ENSINO DOS TESTES PSICOLÓGICOS NA GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA</b><br>Rita Cristiane Ramacciotti Gusmão Soares .....                                               | 66  |
| <b>V - CARACTERIZAÇÃO DE PORTADORES DA DOENÇA DE CHAGAS NO MUNICÍPIO DE VÁRZEA DO POÇO – BAHIA: UM ESTUDO TRANSVERSAL</b><br>Jaqueline Jesus dos Santos Cruz, Khyllwanne Wylla Rios Nascimento ..... | 82  |
| <b>VI - DA TECNOLOGIA SOCIAL PARA A TECNOLOGIA DE INCLUSÃO</b><br>Rita Cristiane Ramacciotti Gusmão Soares .....                                                                                     | 95  |
| <b>VII - INFLUÊNCIA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E DAS SOFT SKILLS NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL</b><br>Antonio Edinaldo Oliveira Passarinho, Claudemiro Rosa Brandão, Ivo Pedro Gonzalez Junior .....     | 110 |
| <b>VIII - CAPITAL HUMANO COMO FATOR ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DE FEIRA DE SANTANA</b><br>Hélio Ponce Cunha .....                                                           | 126 |



## APRESENTAÇÃO

“Conhece-te a ti mesmo, torna-te consciente de tua ignorância e serás sábio”

Sócrates

A vida humana na terra é feita e refeita por meio de formulações a respeito da realidade, dos sonhos e das expectativas do que podem acontecer. A humanidade notou, a partir da sua consciência histórica, que existem simultaneamente inúmeras culturas e línguas, que a natureza não é a mesma em ambientes distintos, mas ainda assim obedecem a lei de ciclicidade. Ademais, notou-se a capacidade do ser humano de criar através da curiosidade, e esta tornou-se mola propulsora para a invenção de novos hábitos perante a organização social. A consciência sobre o presente, os ensinamentos do passado e a perspectiva de um imprevisível futuro conciliados à curiosidade humana possibilitou a criação do inimaginável, um novo mundo. Novas tecnologias, novas maneiras de pensar à realidade, distâncias sendo quebradas pela globalização, a arte se torna mais “acessível” e as informações estão na palma da mão.

A humanidade inventou um novo mundo e este novo mundo continua a perpetuar problemáticas. Talvez, seja esta uma das características inata à humanidade. Em contrapartida, para se notar as respectivas problemáticas é preciso estar consciente. É preciso perpetuar a curiosidade humana vinculado ao presente. É preciso questionar a natureza da realidade. Porquanto, é comum estarmos no presente reproduzindo o passado. Infortunadamente, é comum não acompanhar as transformações do tempo e, conseqüentemente, o conhecimento se tornar obsoleto. Portanto, seguindo as sábias palavras de Paulo Freire em *Pedagogia da autonomia* (1996), o ser humano é um ser inacabado e condicionado, mas ao despertar a consciência do inacabamento é possível ir mais além e, por esse caminho, sair da zona de condicionado para o determinado. Somente a consciência do nosso inacabamento pode transformar a realidade que nos circunda.

E por essa via, lança-se como uma grande oportunidade de difusão da pesquisa e do conhecimento, a décima primeira edição da Revista Científica do Sertão Baiano – Imersão (Ano VI, v. 1, n. 11, 2026), a qual traz como temática “Os múltiplos olhares sobre a realidade”. Porquanto, eis a possibilidade de questionar a realidade e perceber o quão a humanidade é inacabada, em sequência, criar por meio dos conhecimentos que nos chegam mecanismos para nos tornar seres transformadores e determinados e modificar, mesmo em pequenas proporções, as problemáticas do presente que nos assola. Nesta

perspectiva, a presente revista compõe direções científicas e multidisciplinares que visam tecer rumos para a consolidação de um futuro que contemple a pluralidade das realidades e que seja transformador.

A Revista Imersão enquanto um periódico on-line da Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso (FCG-BA), propõe a tornar público a cada semestre os escritos teórico-científicos produzidos por pesquisadores, cuja finalidade é a de selecionar, promover e socializar as produções científicas e reflexões críticas sobre experiências realizadas nas áreas de Economia e Gestão, Saúde, Educação, perpetuando um diálogo estrito com as Ciências Humanas.

Esta edição do periódico é contemplada por oito artigos científicos, com caráter multidisciplinar. Os quais abordam áreas do Planejamento Urbano, da Psicologia, da Biomedicina e da Genética Forense, da Educação, da Saúde Coletiva, do Desenvolvimento Social, da Gestão Organizacional e do Desenvolvimento Regional. Todavia, consistem em trabalhos científicos, empíricos e fundamentados que estão sendo ofertados à crítica da comunidade científica. E que despertam novos olhares a respeito da realidade do Sertão Nordestino, articulando questões urbanas, educacionais, clínicas e de saúde pública que atravessam o presente.

A Revista Imersão inicia esta edição trazendo à tona como primeira temática o direito à cidade no interior da Bahia. Fruto da vivência e da relação etnográfica do autor com os municípios estudados, o artigo toma como recorte as 17 cidades baianas com mais de 100 mil habitantes, excetuando a capital Salvador, atualizadas conforme o Censo Demográfico de 2022 (IBGE). A partir de uma leitura geográfica e qualitativa da formação dessas cidades, de seus atuais estágios de desenvolvimento urbano e de suas relações com o planejamento, o escrito conclui que, nas cidades analisadas, as pessoas não conseguem exercer o direito à cidade e que tal condição foi intencionalmente produzida pelo modo de gestão pública e de ocupação do solo urbano.

Ao estabelecer um olhar multidisciplinar, o segundo artigo desloca a discussão para o campo da clínica psicológica, apresentando o modelo da Terapia Cognitiva Pós-Racionalista, seus pressupostos, objetivos e estratégias. Trata-se de um estudo teórico que, em um primeiro movimento, examina os princípios epistemológicos da abordagem, a visão de homem, as relações entre vínculos afetivos, emoções, identidade pessoal e cognição; em seguida, detalha a metodologia do trabalho clínico, as principais ferramentas, as fases do tratamento e o papel do terapeuta. O trabalho evidencia que, enquanto abordagem ontológica, essa perspectiva não busca produzir adaptação ao ambiente

externo ou maior autocontrole, mas possibilitar que o self se reorganize em um nível maior de complexidade.

Na sequência, o terceiro artigo articula ciência e justiça social ao discutir o DNA como recurso na identificação de suspeitos em crimes sexuais contra a mulher na Bahia. Desenvolvido em formato de revisão integrativa, o escrito analisa a aplicação da genética forense nesse contexto, destacando marcadores genéticos como STRs, Y-STRs, SNPs e DNA mitocondrial, técnicas como a PCR e a fenotipagem, além da atuação do profissional biomédico e do papel da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG) no cruzamento de dados. Mais que uma função técnica, o trabalho demonstra que o uso da genética forense representa um elo entre a ciência e a responsabilização dos agressores, contribuindo para a reparação simbólica das vítimas.

Do laboratório à sala de aula. O quarto artigo retorna ao campo da formação profissional para analisar as metodologias utilizadas no ensino dos testes psicológicos na graduação em Psicologia. Sem a pretensão de esgotar o assunto, o estudo oferece uma visão mais ampla da problemática, percebendo os contrastes que caracterizam esse ensino e a profundidade dos conteúdos relacionados à sua aplicabilidade. À vista disso, o trabalho busca subsidiar profissionais da área de metodologia e de psicologia na procura de alternativas que favoreçam a qualidade da formação dos futuros profissionais, apontando a necessidade de novos estudos voltados à construção de uma metodologia mais eficiente.

Mantendo o caráter multidisciplinar da Revista Imersão, o quinto artigo volta-se à saúde coletiva do sertão baiano ao caracterizar portadores da Doença de Chagas no município de Várzea do Poço – BA. Por meio de um estudo transversal de abordagem quantitativa, realizado com agricultores acometidos pela enfermidade, analisam-se aspectos relacionados ao tratamento, ao nível socioeconômico e ao conhecimento sobre a doença. Os resultados apontam prevalência de 10,7%, com concentração de casos entre pessoas de 50 anos ou mais, pertencentes a grupos de baixo nível socioeconômico e de escolaridade, e com diagnóstico tardio na maioria dos participantes, evidenciando que a doença permanece endêmica entre populações em situação de vulnerabilidade social.

O sexto artigo, por sua vez, propõe um deslocamento conceitual: da Tecnologia Social para a Tecnologia de Inclusão. Partindo da constatação de que o principal problema brasileiro não é econômico, mas social — resultado de um modelo de desenvolvimento que excluiu grande parte da população —, o escrito discute o acesso precário a serviços essenciais como saúde, educação e saneamento, bem como as escassas oportunidades de inclusão produtiva e de participação cidadã. Com base nos princípios das Tecnologias



Sociais, o trabalho busca construir um marco teórico capaz de reduzir a exclusão, fortalecer a cidadania e ampliar as oportunidades dos grupos historicamente marginalizados no país.

Retornando ao universo da gestão, o sétimo artigo investiga a influência da inteligência emocional e das soft skills no ambiente organizacional. Por meio de uma abordagem qualitativa e descritiva, com aplicação de formulários e análise de conteúdo, o estudo examina como essas competências — e seus pilares de autoconsciência, autocontrole, automotivação, empatia e habilidades sociais — repercutem no desempenho dos colaboradores e no clima organizacional. Os resultados indicam que tais habilidades influenciam diretamente o desempenho, o engajamento e a satisfação profissional, contribuindo para ambientes de trabalho mais colaborativos e equilibrados.

E por fim, o oitavo e último artigo desta edição fecha o ciclo ao investigar o capital humano como fator estratégico para o desenvolvimento regional, tomando o município de Feira de Santana como estudo de caso. De natureza bibliográfica e empírica, o estudo conjuga a revisão das teorias clássicas e endógenas do capital humano à análise de dados secundários do IBGE, do INEP e da RAIS/CAGED, a fim de avaliar a aderência entre a formação, a atração e a retenção de mão de obra qualificada e as demandas do tecido produtivo do Portal do Sertão. Os resultados revelam um paradoxo: embora o município tenha consolidado um pujante polo educacional, o setor produtivo, ancorado em comércio e serviços de menor complexidade tecnológica, absorve fragilmente essa mão de obra, induzindo o subemprego e a fuga de cérebros. O trabalho conclui que o desenvolvimento regional demanda a transição para um arranjo ativo de governança baseado na Hélice Tríplice (Universidade-Empresa-Governo).

É por meio do caráter multidisciplinar, multidimensional que a Revista Científica do Sertão Baiano – Imersão – tem o prazer e o dever de compartilhar produções de conhecimento tão ricas, potentes e condizentes à nossa realidade regional. Dessa maneira, esperamos que você, caro leitor, se debruce em tais escritos e permeie questionamentos sobre a sua própria percepção da realidade.

Agora leia, divirta-se, analise e critique.

Professor Dr. Francisco Alves de Queiroz

*Editor*



## I - CONTINUAMOS SEM DIREITO À CIDADE NA BAHIA

Francisco Alves de Queiroz<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo analisa o direito à cidade nas cidades do interior da Bahia. Um texto pontual com análises geográficas e qualitativas e gerais, fruto da vivência e da relação etnográfica do autor com as cidades objeto do estudo. O recorte para o estudo de caso foram as 17 cidades baianas acima de 100 mil habitantes, excetuando a capital Salvador, atualizadas conforme os resultados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE). Faz uma descrição geral da formação das cidades baianas, seus atuais estágios de desenvolvimento urbano e as relações com o planejamento urbano. Traz aspectos conceituais sobre o planejamento urbano de autores contemporâneos e os relaciona com o objeto de estudo, adota uma definição de Direito à cidade e chega à conclusão que nas cidades estudadas as pessoas não conseguem exercer este direito e que isso foi intencionalmente produzido pelo modo de gestão pública e ocupação do solo urbano.

**Palavras-chave:** direito à cidade; planejamento urbano; cidades médias; Bahia; desenvolvimento urbano.

### ABSTRACT

This article analyses the right to the city in the inland cities of the state of Bahia, Brazil. It is a focused essay based on qualitative and general analysis, drawn from the author's own experience and ethnographic relationship with the cities under study. The case study covers the 17 Bahian cities with more than 100,000 inhabitants, excluding the state capital Salvador, with indicators updated according to the results of the 2022 Demographic Census (IBGE). The text provides a general description of how Bahian cities were formed, their current stages of urban development and their relationship with urban planning. It discusses conceptual aspects of urban planning drawn from contemporary authors and relates them to the object of study, adopts a definition of the right to the city and concludes that, in the cities examined, people are unable to exercise this right, and that such a condition was intentionally produced by the prevailing mode of public management and urban land occupation.

**Keywords:** right to the city; urban planning; medium-sized cities; Bahia; urban development.

<sup>1</sup> Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador (UNIFACS), Mestre em Políticas Públicas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Especialista em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Faculdade Adventista da Bahia (FADBA) e Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Professor da Faculdade de Ciências Educacionais de Capim Grosso (FCGBA) e da Faculdade Adventista da Bahia (FADBA); foi professor substituto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Editor-chefe da Revista Científica do Sertão Baiano – Imersão. Atua como consultor, com experiência em Desenvolvimento Regional e Urbano, Gestão de Políticas Públicas e Análises Estatísticas e Pesquisa. E-mail: [dr@franciscoqueiroz.com.br](mailto:dr@franciscoqueiroz.com.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6233-6074>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1005809062790476>.

## 1 INTRODUÇÃO

Este ensaio foi publicado pela primeira vez em 2018, com base nos dados do IBGE disponíveis em 2016. A presente versão atualiza integralmente os indicadores a partir do Censo Demográfico de 2022, divulgado em 2023, e a conclusão de origem se mantém: o quadro descrito há quase uma década não se dissolveu, agravou-se. O que mudou foi a natureza do problema, e é isso que o texto se propõe a demonstrar.

Este ensaio discute as formas do direito à cidade, compreendidas aqui como a liberdade de ir e vir, o acesso a serviços e produtos, o acesso a espaços públicos e a instrumentos coletivos de consumo e de uso público, sem deixar de considerar a qualidade de vida no que se refere à sustentabilidade ambiental, à segurança pública e ao acesso a serviços de saúde e educação.

O direito à cidade precisa ser melhor debatido, o tema deve ser ampliado nas discussões de políticas públicas. Ele incorpora e sintetiza um conjunto de direitos sociais e individuais de forma mais ampla. Ou seja, para que se consolidassem direitos do cidadão ao emprego, à saúde, à educação, à moradia, à mobilidade, entre outros é necessário que a sociedade compreenda o que é ter direito à cidade e quais os mecanismos podem construir ou degradar essa conquista. Os direitos coletivos e individuais acima citados só podem ser plenamente obtidos pelo cidadão se a cidade na qual ele mora ofereça condições sociais e estruturais que possibilite de uma vida urbana de qualidade.

Mas para quem é esse direito a cidade? Para todos! Para os menos favorecidos as dificuldades estruturais de se viver nas cidades são gritantes, mobilidade urbana precária, péssimos serviços de transportes públicos, moradias construídas em áreas de risco, ausência de saneamento, sem acesso a diversos instrumentos públicos de lazer, e muita dificuldade de acesso a serviços essenciais a vida, saúde e educação. As classes mais altas também estão perdendo o direito a cidade, vivem em enclaves urbanos que se tornaram “presídios domésticos de luxo”, os condomínios fechados, também não tem acesso a instrumentos coletivos de lazer, sentem-se ameaçados quando não estão dentro de seus carros e “fortes armados”, deixam de sair por ausência de estacionamentos e por dificuldades de mobilidade.

Max Weber (1967) diz que a principal função da cidade é econômica e comercial, possibilitar as trocas de serviços e produtos, possibilitar a realização da riqueza produzida, o consumo. É bem verdade que a formação da maioria das cidades historicamente foi para possibilitar as trocas de mercadorias excedentes, mas as cidades têm funções bem mais amplas do que as econômicas, até para garantir que está se exerça. Funções sociais, ecológicas, culturais, administrativas...entre outras que venham a garantir e justificar a sua existência e a vida de seus habitantes.

O modo como as cidades baianas surgiram e a maneira como são geridas permitiram a produção de espaços urbanos agressivos, segregadores e confusos. Este ensaio discute de maneira preliminar o direito as cidades observando a formação das cidades baianas refletindo sobre qual as funções de uma cidade; O que é direito a cidade e como isso ainda pode ser buscado mediante a realidade tão complexa nos municípios baianos. A Bahia tem 417 municípios, algumas centenas de municípios bem pequenos que foram emancipados em sua maioria através de situações políticas bem complexas.

Para efeito deste estudo, extraímos a capital Salvador e selecionamos os 17 maiores municípios da Bahia em número de habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2022: Feira de Santana, Vitória da Conquista, Camaçari, Juazeiro, Lauro de Freitas, Itabuna, Ilhéus, Porto Seguro, Barreiras, Jequié, Alagoinhas, Teixeira de Freitas, Simões Filho, Eunápolis, Paulo Afonso, Luís Eduardo Magalhães e Santo Antônio de Jesus. Foi verificado de maneira geral e preliminar as suas formações e seus atuais estágios de desenvolvimento urbano. Estes municípios estão espalhados por todas as regiões da Bahia, litoral, oeste, centro, sul e norte. Todas essas cidades e localidades foram visitadas e diversas informações aqui apresentadas foram coletadas sumariamente.

Buscou-se na literatura moderna a definição de direito à cidade, uma concepção própria e qual a relação deste paradigma com a realidade dos referidos municípios. Para a apropriação de uma concepção do que é direito à cidade, este artigo parte de bases sociológicas e principalmente econômicas, aliada a um conjunto de pensadores modernos do planejamento urbano brasileiro.

## 2 A FORMAÇÃO DAS CIDADES BAIANAS

Ao observar a geografia e a disposição geográfica percebe-se que a forma como foram construídas as cidades na Bahia não são peculiares, exclusivas ao Estado, há uma correlação com as diversas cidades do Norte e Nordeste brasileiro. A maioria delas se originaram as margens de grandes rodovias federais ou estaduais, em entroncamentos, pontos de encontros e passagens de pessoas e mercadorias.

O estado da Bahia tem 14,1 milhões de habitantes distribuídos em 417 municípios, conforme o Censo Demográfico de 2022, com população estimada em 14,9 milhões para 2026. Salvador, a capital, com 2.418.005 habitantes, representa 17,1% da população do Estado, em segundo lugar Feira de Santana com 616.279 habitantes, e em seguida outros 16 municípios acima de 100 mil habitantes, com Santo Antônio de Jesus abrindo a lista com 103.055 habitantes. Existem 399 municípios abaixo de 100.000 habitantes, sendo que 375 municípios são abaixo de 50.000 habitantes, o que sinaliza a má constituição dos Municípios baianos e a pobreza com que eles foram formados. Na classificação de porte adotada pelo próprio IBGE, 257 municípios baianos (61,6%) tinham até 20 mil habitantes, 142 (34,1%) entre 20 mil e 100 mil e apenas 18 (4,3%) acima de 100 mil. Um dado que chama ainda mais atenção é que 324 municípios do estado têm populações abaixo de 30.000 habitantes, e dessa quantidade, um número ainda mais preocupante, 126 municípios abaixo de 12 mil habitantes. (IBGE, 2023)

Comparado ao Censo de 2010, o quadro que este ensaio descreveu em 2018 não apenas se manteve, como se agravou em sua dimensão demográfica. A Bahia cresceu apenas 0,85% em doze anos, incorporando 119.511 habitantes, enquanto 229 dos 417 municípios baianos, ou 54,9% do total, perderam população. Salvador, que representava 19,1% dos baianos, caiu para 17,1%, enquanto Feira de Santana, maior cidade do interior, cresceu 10,7%, absorvendo parte da população que deixa os pequenos municípios. O que se observa, portanto, já não é apenas um estado em expansão urbana desordenada, mas um estado em esvaziamento demográfico do interior, no qual as cidades-polo objeto deste estudo passam a receber a população que abandona os pequenos municípios sem, no entanto, terem construído a infraestrutura urbana necessária para acolhê-la. O direito à cidade, nesse novo

contexto, torna-se ainda mais distante: a pressão sobre os serviços públicos das cidades médias cresce em ritmo superior à sua capacidade de investimento.

**Tabela 1** - Distribuição dos municípios da Bahia por faixa populacional (2022)

| FAIXA POPULACIONAL                               | MUNICÍPIOS (Nº) | % DOS MUNICÍPIOS |
|--------------------------------------------------|-----------------|------------------|
| Acima de 100 mil habitantes<br>(inclui Salvador) | 18              | 4,3%             |
| De 50 mil a 100 mil habitantes                   | 24              | 5,8%             |
| De 30 mil a 50 mil habitantes                    | 51              | 12,2%            |
| De 12 mil a 30 mil habitantes                    | 198             | 47,5%            |
| Abaixo de 12 mil habitantes                      | 126             | 30,2%            |
| <b>Total</b>                                     | <b>417</b>      | <b>100,0%</b>    |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022 – Elaboração própria

A tabela 1 apresenta que 41,3% da população do Estado está em 18 dos 417 municípios da Bahia. O quadro 1 apresenta a distribuição dos 18 municípios acima de 100 mil habitantes em ordem decrescente de população, com ênfase nos 17 municípios entre 103 e 616 mil habitantes foco de análise deste estudo. O número acentuado de municípios abaixo de 30 mil habitantes evidencia a maneira arbitrária, aleatória e irracional com que ocorreram as emancipações no Estado.

A história apresenta que a formação e constituição dos Municípios baianos o planejamento urbano e a sustentabilidade foi um aspecto praticamente desconsiderado, as cidades foram criadas dentro de perspectivas das políticas locais e do coronelismo, baseado em aspirações próprias da comunidade local, sem perspectiva de um desenvolvimento econômico ou de uma racionalidade urbana. Distritos em conflitos com a sede do município foram emancipados e criou-se novos municípios sem a menor condição de sustentabilidade.

Mas, ao mesmo tempo se esses distritos não fossem emancipados, não tornassem cidades independentes, a realidade social da população local seria de pobreza maior do que a atual. Neste ponto há um paradoxo, os municípios não deveriam ser criados, pois não tinham condições de sustentabilidade, não havia produção de riqueza, capacidade de arrecadação e autossuficiência financeira para a formação, já nasceram falidos e dependentes das transferências governamentais. Não houve

políticas nem estratégias urbanas para criação dessas cidades. Mas, se não fossem criadas, devido à falta de atenção da sede com eles, seja por falta de recursos ou por adversidades políticas, estariam em pior situação de desenvolvimento sócio econômico.

**Quadro 1** - Distribuição populacional dos Municípios da Bahia acima de 100 mil habitantes (2022)

| ORDEM | MUNICÍPIO              | POPULAÇÃO |
|-------|------------------------|-----------|
| 1     | Salvador               | 2.418.005 |
| 2     | Feira de Santana       | 616.279   |
| 3     | Vitória da Conquista   | 370.868   |
| 4     | Camaçari               | 299.579   |
| 5     | Juazeiro               | 235.816   |
| 6     | Lauro de Freitas       | 203.331   |
| 7     | Itabuna                | 186.708   |
| 8     | Ilhéus                 | 178.703   |
| 9     | Porto Seguro           | 167.955   |
| 10    | Barreiras              | 159.743   |
| 11    | Jequié                 | 158.812   |
| 12    | Alagoinhas             | 151.055   |
| 13    | Teixeira de Freitas    | 145.223   |
| 14    | Simões Filho           | 114.441   |
| 15    | Eunápolis              | 113.709   |
| 16    | Paulo Afonso           | 112.870   |
| 17    | Luís Eduardo Magalhães | 107.909   |
| 18    | Santo Antônio de Jesus | 103.055   |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022, Elaboração própria.

Em observações empíricas em centenas de viagens pelo estado observou-se que as administrações públicas municipais na Bahia dão pouca atenção aos seus distritos, seja por questões de políticas eleitorais, por conflitos, às vezes familiares e/ou por não terem condições financeiras de atender a todas as demandas do município, as gestões priorizam a sede e/ou as zonas mais densas populacionalmente. Assim as localidades e distritos mais afastados da sede costumam ter condições de

desenvolvimento socioeconômico bem abaixo do centro, o que aliado a intenção de vereadores locais, gera o constante sentimento de segregação para um município independente. O fato é que esses distritos ao virarem sedes tornam-se deficitários e devedores, criam outros nichos do coronelismo político, mas ganham um desenvolvimento melhor do que se estivesse ainda submetido aos seus municípios mãe.

A questão urbana no Estado sempre foi crítica, em observação dos programas e ações do governo nos últimos 30 anos para o desenvolvimento do estado percebe-se que não houve ordenamento para a criação de regiões urbanas na Bahia, e por isso o capital concentrou a industrialização e as oportunidades de educação e emprego na região metropolitana de Salvador. Os municípios surgiram sem planejamento e de forma aleatória, em leitura de seus históricos políticos foi observado que os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano - PDDUs só se tornaram instrumentos a serem considerados pelas administrações públicas municipais a partir do Estatuto da Cidade. Houve cidades que tiveram uma dinâmica própria e cresceram independente e resistente a todos esses impasses, e isso se deu principalmente por questões comerciais e por estarem às margens das grandes rodovias federais e estaduais que cortam o estado, e outros municípios litorâneos se desenvolveram por terem características turísticas.

Assim sendo, observando os 17 maiores municípios do Estado da Bahia, excetuada a capital, quatro, Lauro de Freitas e Camaçari da região metropolitana de Salvador, Porto Seguro e Ilhéus tiveram um certo dinamismo e crescimento, por suas belezas naturais e terem um forte apelo turístico, e todos os outros 13 municípios acima de 100 mil habitantes estão à margem de grandes rodovias, incluindo Luís Eduardo Magalhães, que se formou às margens da BR 020/242 e cresceu no ritmo do agronegócio do oeste baiano. O maior município do interior do estado da Bahia, Feira de Santana, é cortado pela BR 324, pela BR 101, pela BR 116 e ainda tem importantes rodovias estaduais que o interligam a diversas regiões produtivas do estado da Bahia. A terceira maior cidade da Bahia, Vitória da Conquista, no sudoeste baiano, sendo a primeira grande cidade ao chegar do sul do país, é cortada pela BR 116 que liga o sul ao Norte-nordeste, pela BR 415, que liga a BR 101, Itabuna e Ilhéus, pela BR 407, que segue para o norte do estado em direção a Juazeiro e Petrolina — sendo a BR 242 a rodovia que liga a Bahia a Barreiras e ao oeste do estado, também é um

exemplo de cidade que só se desenvolveu por estar ao entorno das grandes rodovias federais e ter ligação com dezenas de estradas vicinais e rodovias estaduais que ligam as regiões fronteiriças com o estado de Minas Gerais.

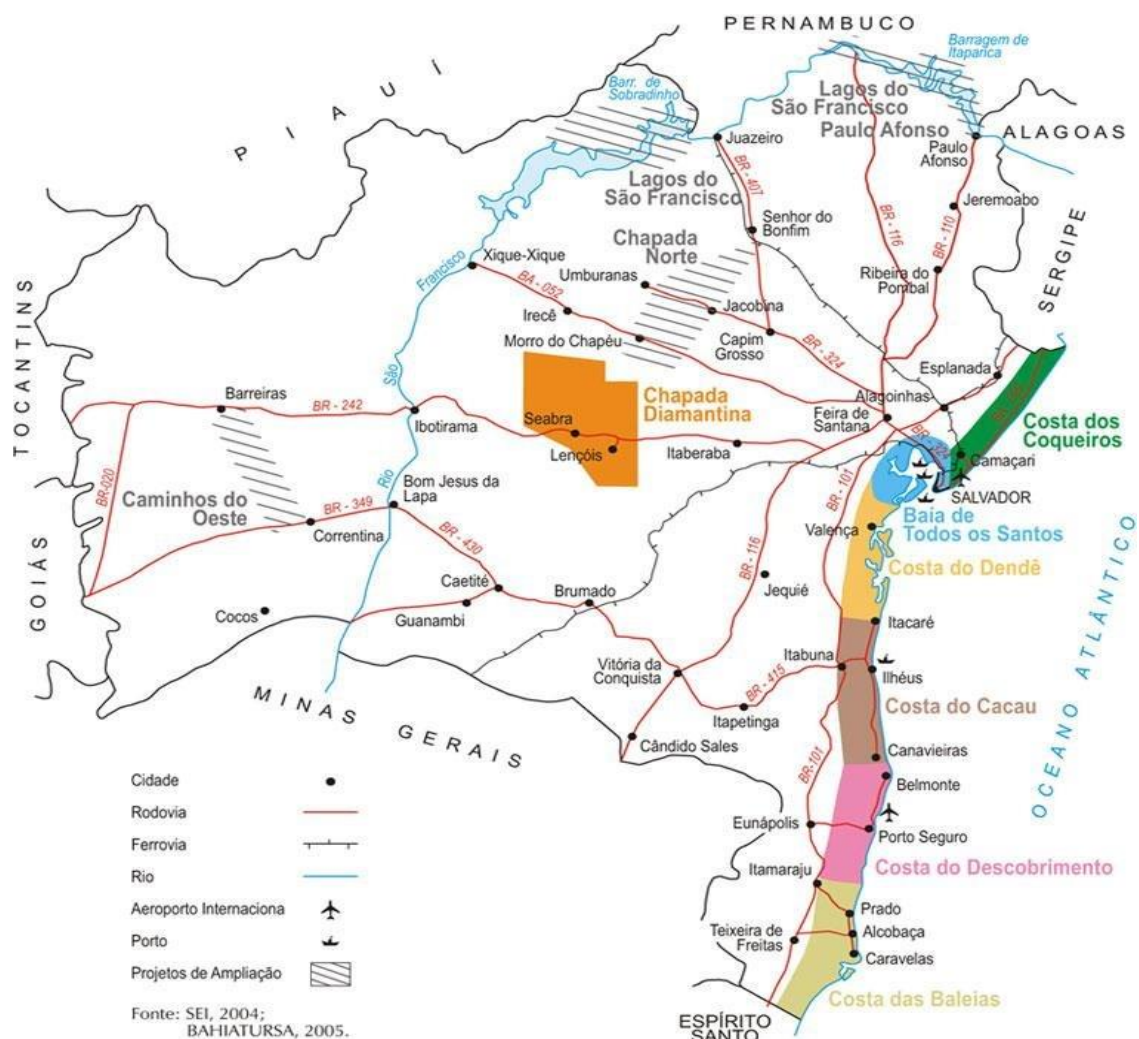
A quarta cidade de maior população, Camaçari seria uma exceção nessa lista, uma cidade industrial e turística, desenvolveu-se no entorno do Polo Petroquímico, implantado em 1978, teve grande impulso com o complexo Ford e tem um forte apelo turístico devido a sua bela região litorânea, principalmente com as praias de Guarajuba, Praia do Forte e Arembepe. No entanto, não se pode deixar de destacar que Camaçari é uma cidade a poucos quilômetros de Salvador, e que sofre forte influência da capital no seu desenvolvimento, isso se deu historicamente pela oferta de mão de obra qualificada pelos serviços educacionais de ensino superior e tecnológico, portos e aeroportos para mobilidade de produtos e pessoas, e infraestrutura logística de Salvador que beneficiou Camaçari e as demais cidades da região metropolitana.

As cidades baianas de maior desenvolvimento com mais de 100 mil habitantes, exceto as quatro litorâneas foram cidades que se desenvolveram devido ao aporte logístico, rodoviário, a exemplo de, Juazeiro no norte da Bahia, a saída do Estado com BR 407, liga aos demais Estados do Nordeste. Barreiras a oeste da Bahia, com BR 242, caminho para Brasília pela BR 020, e liga ao centro Oeste e ao Norte do País. Teixeira de Freitas entrada pelo sul da Bahia pela BR 101, Itabuna, no centro-sul da Bahia, que também exerce influência sobre o porto de Ilhéus e é cortada pela BR 101 e pela BR 030 e tem ligação com Jequié e para Vitória da Conquista. Essas têm características de cidades passagens e dormitórios, desenvolveram-se de forma natural e aleatória, cresceram completamente desordenadas como as outras grandes cidades da Bahia.

Ainda na questão do turismo destacamos a Linha verde, a Costa do Dendê, Costa do Cacau e do Descobrimento com alguns raros nichos de desenvolvimento acima da média do estado. Prado e Caravelas no extremo sul, Canavieiras na Costa descobrimento, Itacaré na Costa do Cacau, a cidade Bom Jesus da Lapa as margens do São Francisco e Lençóis na Chapada Diamantina.

Cabe destacar que a ausência de políticas públicas estaduais e municipais deixaram de desenvolver algumas cidades com grandes potenciais turísticos, a exemplo de Jacobina que tem quase uma centena de cachoeiras em sua região, cachoeiras belíssimas que poderia ter a prática de esportes radicais, turismo de aventura e ecoturismo; a cidade de Tucano que tem uma fonte de águas termais, na localidade do Jorro, que poderia ser um polo bem desenvolvido para turismo interiorano, assim como Caldas Novas é em Goiás; a cidade de Paulo Afonso, com lago de Paulo Afonso a beira do São Francisco, que poderia permitir a prática de esportes aquáticos e do ecoturismo, entre outras, são exemplos de localidades que poderiam se desenvolver bem fortemente com características econômicas em favor do Turismo. A lista de cidades completamente subaproveitadas economicamente neste segmento não para por aí na Bahia, cita-se ainda Juazeiro, Ibotirama e Xique-Xique às margens do rio São Francisco.

**Figura 1 - Mapa Rodoviário e Turístico da Bahia, 2016**



Fonte: SEI (2016)

Leo Huberman (2008) e Celso Furtado (2000) induzem a compreender que historicamente as sociedades tiveram dois grandes vetores de desenvolvimento econômico, o primeiro foram feiras livres, inclusive a maior cidade do interior da Bahia leva o nome de “feira” em seu nome, como é o caso de Feira de Santana, que cresceu ao redor de uma grande feira de mercadorias e de gado. O outro vetor de desenvolvimento é uma característica logística, por essas cidades estarem estrategicamente localizadas em regiões de passagens de mercadorias e pessoas para diversas partes do país, servindo de cidades dormitório, e de importantes estacionamentos de caminhões e mercadorias ao exemplo de Teixeira de Freitas, Barreiras, Vitória da Conquista e Juazeiro, às portas de entrada e saída do Estado, hospedam pessoas e mercadorias para serem distribuídos para o interior da Bahia e para o norte e Nordeste do Brasil. Feira de Santana destacou-se entre todas devido à localização central no Estado. (Observe o mapa na figura 01)

Os fluxos migratórios vindo para essas cidades de todo o interior da Bahia e do Norte Nordeste a caminho de grandes centros urbanos, Salvador, São Paulo, Brasília entre outros impulsionaram as atividades econômicas e o crescimento urbano dessas cidades, pois muitos desses migrantes ficaram pelo meio do caminho. Infelizmente nem o Governo do Estado e nem as gestões municipais, ao longo de todos esses anos a partir da década de 60, criaram condições favoráveis ao desenvolvimento desses municípios de modo a priorizar uma sustentabilidade urbana.

Essa ausência de planejamento urbano para este crescimento contribuiu para a criação de zonas de favelas, zonas de riscos e dificultou a mobilidade e a dinâmica econômica desses municípios. As cidades cresceram de forma desorganizada, construções que atrapalham a dinâmica e a própria logística. Quanto às rodovias federais que cortam essas cidades, nem todos os trechos estão duplicados, são cheios de lombadas, sinalizadas inapropriadas, constantemente há atropelamentos e mortes, os caminhões pesados em baixa velocidade, usam constantemente os freios e assim depreciam rapidamente as vias, que ficam esburacadas e trazem lentidão e prejuízos à população.

Essas 17 maiores cidades da Bahia que estão entre 103 e 616 mil habitantes, em questão de desenvolvimento urbano e sócio econômico, são piores do que as cidades do Sul e Sudeste do Brasil, isso deve-se muito à cultura da administração pública coronelista e patrimonialista, que a nível de estado e município foram implantadas nessas localidades, as quais nenhuma delas seguem uma política de desenvolvimento urbano. Este trabalho estudou e analisou os PDDUs dessas cidades e, em visitas a elas, percebeu dois pontos importantes, os planos diretores são legislações desatualizadas, sem funcionalidade, sem eficiência prática, e segundo, são apenas documentos que existem pela obrigatoriedade da Lei do Estatuto da Cidade.

As observações empíricas apresentaram cidades que mais atrapalham a questão de mobilidade urbana e da fluência de mercadorias e pessoas do que propriamente poderiam ajudar. Feira de Santana por exemplo os caminhoneiros levam em torno de 45 minutos a uma hora para atravessar um trecho de 18 km que corta a cidade. Juazeiro, Vitória da Conquista, Barreiras, Santo Antônio de Jesus, Itabuna e Teixeira de Freitas apresentam situações bem semelhantes. O que gera desperdício de energia, de combustível e de tempo além de provocar a população local um enorme desconforto pela grande frota de caminhões que atravessa a cidade.

As leituras dos históricos dessas cidades, dos PDDUs e as visitas a essas cidades produziu um diagnóstico geral, transportes públicos caóticos, não integrados, zonas favelizadas, dificuldades de acesso a serviços mais sofisticados de lazer e de saúde. As cidades litorâneas tem a praia e as belezas naturais como instrumentos públicos de lazer, mas carecem muito em serviços de educação, transporte, moradia e saúde. Em Porto seguro, atrás de suas belezas e maravilhas naturais esconde um desastre urbano e ambiental, o bairro do Baiano, onde devastaram uma parte da mata Atlântica para a construção da localidade, é uma zona ilegal, permitida pela omissão e incapacidade do poder público em atender as demandas sociais. Com 60 mil habitantes, 40% da população da cidade, o bairro tem o maior foco de AIDS do país, tem construções de riscos, ruas sem pavimentação, ausência de saneamento básico, no verão ocorre epidemia de Dengue, há ausência de unidades de saúde, não há coleta regular de lixo e o transporte público é feito de forma precária. A realidade desse bairro se repete em diversos bairros de todas cidades do recorte da pesquisa.

Os dados do Censo de 2022 dão dimensão estatística a esse diagnóstico. Na Bahia, apenas 52,2% da população, cerca de 7,36 milhões de pessoas, vivia em domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial ou com fossa ligada à rede, contra 62,5% no Brasil. Isso significa que 47,8% dos baianos, aproximadamente 6,7 milhões de pessoas, seguiam sem atendimento adequado de esgotamento sanitário, mais de duas décadas após o Estatuto da Cidade. O saneamento continua sendo, entre os serviços urbanos, aquele que melhor revela a hierarquia da exclusão: é o último a chegar e o primeiro a faltar exatamente nos bairros descritos acima. (IBGE, 2024)

O mesmo Censo mediu, pela primeira vez com metodologia própria, as favelas e comunidades urbanas. Foram identificados 16,4 milhões de moradores em 12.348 territórios no Brasil, dos quais 1.370.262 na Bahia — 9,7% da população do estado, distribuídos em 572 favelas e comunidades urbanas presentes em apenas 28 dos 417 municípios baianos. Salvador concentrava mais de um milhão desses moradores e Feira de Santana registrava 49 áreas com 44.699 moradores. O número confirma a tese central deste ensaio: a cidade ilegal descrita por Maricato não é exceção nem resíduo, é a forma predominante de acesso à moradia urbana nas cidades baianas, e é produzida pela mesma omissão do poder público que sustenta a valorização fundiária nas áreas regulares.

Esta realidade acima descrita é uma produção consciente da miséria explicada pelos intelectuais da sociologia, do urbanismo, da economia e da geografia moderna. Esta organização da pobreza é uma produção política e histórica, uma intenção perversa capitalista. Os instrumentos de desenvolvimento que poderiam ser utilizados, os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDU), quando existentes, não foram construídos com a participação popular e sim de maneira obscura, em gabinetes fechados, como acontece na maioria das cidades do País. (MARICATO, 2008) (SANTOS, 2003).

Os Planos Diretores foram utilizados por grupos econômicos dominantes nos referidos municípios para a valorização de terrenos particulares ao indicar e estabelecer quais seriam as áreas de crescimento do município. Ou seja, a política que deveria ser para a criação e manutenção do direito à cidade foi utilizada como ferramenta de enriquecimento de uma pequena parte da sociedade e de segregação e exclusão dos grupos menos favorecidos. Nestes municípios, os Planos Diretores de

Desenvolvimento Urbano além de serem uma ferramenta de enriquecimento de grupos, servem apenas como documentos de gavetas para captação de recursos no Governo Federal. Enfim, os planos diretores não atendem a sua premissa que seria melhorar a qualidade de vida dos cidadãos destas cidades.

Em se tratando de qualidade de vida a média do IDHM destes Municípios é de 0,69, o melhor é o de Lauro de Freitas com 0,754 e o pior de Jequié com 0,665 — valores da última série municipal disponível, calculada com base no Censo de 2010, uma vez que o Atlas do Desenvolvimento Humano ainda não atualizou o IDHM municipal com os dados do Censo de 2022 —, as realidades são próximas, muito abaixo do IDH nacional e longe do IDH de uma região desenvolvida que seria de 0,850. No indicador mais recente, o IDHM da Bahia era de 0,691 em 2021, o que mantém o Estado entre os últimos da federação (PNUD; IPEA; FJP, 2023). O IDH não é um indicador ideal para se medir as questões do direito à cidade pois só leva em consideração longevidade, educação e renda, e direito à cidade é muito mais que isso, envolve mobilidade urbana, acesso a serviços e Instrumentos coletivos, questões ambientais, culturais, esportivas, moradia, segurança pública entre tantos outros.

### 3 SEM DIREITO À CIDADE

É necessário discutir como o direito à cidade foi desconstruído nas cidades brasileiras, primeiro debruçando sobre isso em alguns pensamentos da professora Ermínia Maricato em seguida complementando as análises com outros urbanistas brasileiros. Um problema para compreensão para a definição e aplicação do Direito a Cidade às pessoas, é que os governantes e até alguns intelectuais tratam a questão econômica, a questão do desemprego, a questão da moradia, a questão da segurança, a questão do meio ambiente de forma isolada. É preciso muito debate e participação popular para definir as cidades que queremos viver.

Maricato em diversas de suas publicações traz que a questão é ampla, requer debate multidisciplinar e participação popular

"para definir as cidades que queremos viver e deixar para as futuras gerações. Meio ambiente, transporte, mobilidade, saneamento, educação e saúde são algumas das áreas que se encontram numa discussão sobre a

democratização da cidade, que passa, inevitavelmente, pela reforma política e democratização dos meios de comunicação". (MARICATO, 2003).

Milton Santos traz a explicação ideológica da cidade dividida, dos dois mundos urbanos e da segregação, analisando a formação histórica. Maricato descreve a necessidade da reforma urbana ao constatar que, atualmente as condições de vida da maior parte dos trabalhadores é de segregação nos bairros periféricos, em favelas, moradias de risco e se submetem a sacrifícios diários imposto pelos transportes coletivos. (SANTOS, 2008) (MARICATO, 2003)

Esta situação precária produzida pela segregação da moradia imposta pelo capital, aprofunda-se nas suas próprias características, autorreproduzindo-se em cada vez mais segregação e grandes problemas ambientais, a forma de expansão descontrolada das metrópoles e das cidades polo no Brasil (como as cidades objeto de estudo desse artigo) compromete a rede de esgotos, os rios, os mananciais, a flora e a fauna. "Os mais pobres não cabem nas cidades", e como precisam inevitavelmente de um lugar para morar, ocupam onde conseguem, ao redor das dezenas de Lagoas, mananciais, encostas, aterros. A construção ilegal da moradia fora das áreas urbanizadas é determinada pelos baixos salários (OLIVEIRA, 1972) e pelo mercado restrito e excludente. Maricato traz que devido a esse problema estrutural "o Estado não tem o controle sobre o uso e a ocupação do solo urbano em toda sua extensão." O que talvez não seja bem assim, pois a permissividade dessas construções, a não destinação de áreas adequadas e seguras, principalmente nas cidades objetos desse estudo, cidades planas e com bastantes áreas possíveis de serem ocupadas de forma digna. Infelizmente a especulação imobiliária não permite. Essas circunstâncias provocaram um enorme atraso social e urbano às cidades brasileiras.

Maricato (2003) fala desse atraso já com certo pessimismo. Durante muitos anos, ela achava que era possível vencer esse atraso. Mas, as cidades explodiram, pelos incríveis congestionamentos, pelo aumento fantástico dos preços dos imóveis e aluguéis, pelo aumento da frota de veículos. Em contraponto, os planos diretores ficaram nas gavetas e nos discursos. Túneis, pontes, viadutos, novas avenidas, foram instrumentos construídos aleatoriamente que mais se prestaram à visibilidade que o marketing eleitoral explora e a render dividendos para campanha eleitoral, do que, agregaram valor às condições de melhorias da vida urbana das pessoas.

Indiscutivelmente entre o início dos anos 2000 e 2014 no Brasil os salários e o emprego melhoraram continuamente, movimento interrompido pela recessão de 2015 e 2016, pela crise sanitária de 2020 e 2021 e pela expansão do trabalho informal e por plataformas digitais que marcou a retomada posterior, com recuperação apenas parcial do rendimento real.

Mas, simplesmente empregos e melhores salários não são suficientes para produzirem melhores condições de vida nas cidades, o *trade off* disso é a produção de mais dificuldades na mobilidade urbana, pois as pessoas constroem novas residências, compram veículos, colocam empreendimentos e as cidades não se preparam para esse crescimento e que vem ocasionar o caos urbano.

Maricato traz o termo moradia ilegal, o qual "grande parte da população urbana, exatamente a de mais baixas rendas, mora ilegalmente, desconhecendo legislação de parcelamento do solo, ambiental, zoneamento, código de obras e edificação etc." Essa ilegalidade permitida pelo poder público, que fecha os olhos perante a realidade, pois se omitir se torna a opção mais fácil, pois, segundo a própria autora fornece "um chão para todas as outras: não há polícia, cortes ou tribunais para a solução de conflitos. Os direitos básicos previstos em lei não são observados." Nas cidades foco deste estudo bem mais de 50% da população urbana moram na referida cidade "ilegal". (MARICATO, 1996; 2003; 2016)

Uma discussão com Maricato (2003), Baltrusis e D'Ottaviano (2009) e Flávio Villaça (2003) em análises qualitativas e quantitativas que descrevem a realidade da ocupação urbana nas cidades brasileiras, na produção de miséria, segregação dessa miséria das oportunidades urbanas e da manutenção de poder econômico e político. Aqui se chama a atenção para a necessidade de uma tomada de consciência dos atores políticos na construção de espaços coletivos que minimizem essa discrepância construída historicamente. O grande desafio é que a acumulação de renda e poder continua uma lógica predominante nas relações sócio produtivas no Brasil.

Ricos e pobres, cada qual em seu lugar...O trabalho de Baltrusis e D'Ottaviano (2009) sobre a desigualdade sócio-espacial em São Paulo analisou e identificou os espaços das moradias em condição de extrema vulnerabilidade, particularmente as favelas, as unidades habitacionais localizadas em assentamentos periféricos precários, e as

formas de estruturação do espaço de morar dos ricos e da classe média, focando-se nos condomínios horizontais fechados. Refletiu sobre as novas formas de apropriação do espaço na Região Metropolitana de São Paulo e que se replica por todo o Brasil, fazendo comparações dessa região com outras regiões do país busco entender o padrão de ocupação do solo no Brasil, na produção de favelas, segregação e enriquecimento das elites do capital imobiliário.

Há a definição que as favelas são o espaço informal das cidades. Considerando que o padrão de ocupação do solo urbano no Brasil é caracterizado pela desigualdade social, fruto de um desemprego acentuado historicamente, ocupações irregulares, falta de políticas habitacionais e da incapacidade do poder público em dar respostas as necessidades das cidades e da sociedade. Baltrusis e D'Ottaviano (2009) trazem uma nova concepção de centro periferia, no qual centro não é apenas a concepção de área central da cidade.

Metrópole, legislação e desigualdade. Maricato (2003), trata o processo de urbanização brasileiro e que este não superou algumas características dos períodos colonial e imperial, marcados pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou política do favor e pela aplicação arbitrária da lei para manutenção de poder concentrado e privilégios, promovendo a desigualdade social. Ao dialogar com autores heterodoxos como Milton Santos (1979) e (2000), Francisco de Oliveira (1972), Castel (1998), Castells (2008) David Harvey (2001) e outros, Maricato (1996) e (2003) nos ajuda a compreender a promoção da desigualdade, dificuldade de acesso a serviços e infraestrutura urbanas, menos oportunidades de emprego formal e exposição a violência (assaltos, roubos, sequestros e especialmente homicídios) e ao que ela vem chamar de simbiose entre modernização e desenvolvimento do atraso.

A exclusão social, qualitativamente, pode ser caracterizada por relações de trabalho informal, pela ilegalidade da posse da terra, pobreza e a baixa escolaridade. O Estado brasileiro foi conivente e permissivo com as ocupações ilegais de terras urbanas em áreas de riscos, grande massa de migrantes se instalaram ilegalmente, principalmente em áreas públicas e áreas de proteção ambiental, se revela uma relação direta entre moradia pobre e degradação ambiental. (MARICATO, 2003)

Quanto a legislação de ocupação do espaço urbano, Estatuto da Cidade, quando raramente aplicado nas cidades brasileiras, foi de forma arbitrária, e assim vem fortalecer a manutenção do poder e dos privilégios dos ricos, favorecendo ainda mais a segregação e a exclusão social. O setor de transportes foi uns dos que mais apresentaram subdesenvolvimento.

A reorganização produtiva contínua do capital acentua o desemprego tecnológico. A consolidação da cidade ilegal chamada por Maricato (2003) de “máquina de produzir favelas” com as políticas públicas correndo sempre atrás do prejuízo. E a opção do Estado para fazer frente a esta realidade é o subsídio e o financiamento para aquisição de moradias. O que é ineficiente no combate ao problema. E ainda produz um efeito inflacionário fortíssimo sobre os imóveis, o que promove fortes ganhos de capital ao mercado imobiliário.

O mercado imobiliário concentrador, a segregação e consolidação da cidade ilegal na dinâmica “de produzir favelas” são frutos das equivocadas políticas públicas adotadas para enfrentar esse problema. Nesse sentido, Flávio Villaça (2003), traz que a classe média reconhece segregação como as raciais dos filmes americanos e a ocorrida na África do Sul, as classes pobres brasileiras sofrem, mas não tem ideia do que é mesmo segregação. Villaça trata a segregação como uma exclusão social a partir de uma dimensão espacial. Pobres e negros não vão a shopping centers, não utilizam os instrumentos urbanos turísticos construídos nas cidades brasileiras, principalmente pelo mercado de consumo neles implantados. O mercado garante a segregação como mecanismo de dominação e exclusão. Além dos instrumentos de consumo a segregação é implantada também através das dificuldades de transporte, custo de deslocamento, principalmente por que o mercado imobiliário, validado pelo poder público, produziu uma ocupação do espaço urbano, na qual, os pobres ficaram com os piores espaços, com bastante dificuldade de acesso aos serviços públicos governamentais, enfatizado no texto, o exemplo do acesso à Justiça.

#### **4 O QUE MUDOU ENTRE 2018 E 2026**

Este ensaio foi publicado em 2018 com dados de 2016. Quase uma década depois, a atualização dos indicadores permite responder a uma pergunta legítima: o diagnóstico

envelheceu ou se confirmou? A resposta é que ele se confirmou, e em alguns aspectos o problema mudou de natureza. Três deslocamentos merecem registro.

O primeiro é demográfico. A hipótese implícita no texto original era de crescimento urbano acelerado e desordenado. O Censo de 2022 mostrou um estado praticamente estagnado, com crescimento de 0,85% em doze anos e mais da metade dos municípios perdendo população. A desordem urbana, portanto, não decorre mais de um fluxo populacional que a gestão pública não conseguiria acompanhar; ela persiste mesmo sem pressão demográfica, o que reforça a tese de que se trata de escolha política e não de incapacidade material. As cidades-polo objeto deste estudo seguem recebendo migração interna, mas agora dos pequenos municípios que se esvaziavam, num movimento de concentração regional que os planos diretores continuam a ignorar.

O segundo é institucional. Passados mais de vinte anos do Estatuto da Cidade e após uma nova geração de revisões de planos diretores, as cidades do recorte mantêm o mesmo padrão descrito em 2018: planos elaborados por contratação externa, sem participação popular efetiva, aprovados como requisito para captação de recursos federais e sem sistema de monitoramento. A obrigatoriedade legal foi cumprida; a função social da cidade, não. Some-se a isso o novo marco legal do saneamento, de 2020, cuja lógica de regionalização e concessão ainda não se traduziu, nos indicadores do Censo, em universalização do esgotamento sanitário nas cidades médias baianas.

O terceiro é tecnológico e afeta diretamente o conteúdo do direito à cidade. A digitalização do consumo, dos serviços bancários, do transporte por aplicativo e da entrega por plataformas reorganizou a vida urbana sem alterar sua infraestrutura. A cidade passou a ser atravessada por uma frota de motocicletas e veículos de aplicativo que opera sem regulação municipal, sem infraestrutura ciclo-viária e sem proteção trabalhista, o que agrava a sinistralidade nas rodovias que cortam essas cidades, tema já discutido neste ensaio. Ao mesmo tempo, o acesso remoto a serviços passou a substituir, para as camadas de renda mais alta, a própria necessidade de circular pela cidade, aprofundando o isolamento descrito adiante nas considerações. Para as camadas de baixa renda, o efeito é inverso: a plataforma exige circulação permanente por uma cidade que não foi projetada para acolhê-la.

Os três deslocamentos apontam para o mesmo lugar. O primeiro mostra que a desordem urbana já não é efeito do crescimento: ela permanece num estado demograficamente estagnado. O segundo mostra que a norma existe, foi cumprida como formalidade e não produziu função social. O terceiro mostra que a modernização técnica chegou às cidades médias baianas sem tocar na infraestrutura que as torna desiguais. Somados, os três descrevem cidades que se modernizaram no consumo e permaneceram intactas na estrutura.

É aqui que a obra de Milton Santos, geógrafo baiano nascido em Brotas de Macaúbas, oferece a chave de leitura mais precisa para o caso. Em *O Espaço Dividido*, Santos (1979) demonstrou que a economia urbana dos países subdesenvolvidos opera em dois circuitos simultâneos: um superior, tecnificado e articulado ao capital, e outro inferior, feito de trabalho intensivo e baixa capitalização, ao qual resta a parcela mais pobre da população. Quase cinquenta anos depois, o entregador de aplicativo e o mototaxista das cidades médias baianas são a forma contemporânea do circuito inferior, agora subordinados à plataforma digital, que é o circuito superior em sua versão mais recente. A tecnologia não dissolveu a divisão; deu-lhe uma interface.

Em *Por uma outra Globalização*, Santos (2000) formula a distinção que sintetiza este ensaio: a de que o habitante das cidades brasileiras foi convertido em consumidor antes de ser reconhecido como cidadão. É exatamente o que os dados do Censo de 2022 descrevem. Nas dezessete cidades analisadas há shopping, banco digital, aplicativo de entrega e crédito ao consumo; não há esgotamento sanitário para quase metade da população, não há plano diretor participativo e não há mobilidade segura. O acesso ao consumo foi universalizado; o acesso à cidade, não.

## 5 CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

Este ensaio discutiu as concepções de direito à cidade e assumiu que isto só pode ser exercido quando há a liberdade de ir e vir, acesso e possibilidade de consumo de serviços e produtos, que as cidades possuam espaços de convivência e lazer, instrumentos coletivos de consumo, haja liberdade e segurança no acesso aos instrumentos de uso público. Completa a ideia de Direito a cidade a qualidade de vida

das pessoas, pensar nas gerações futuras garantindo uma sustentabilidade ambiental, segurança pública e acesso a serviços de saúde e educação.

Na discussão geral e preliminar da formação das cidades baianas identificou-se, desde a emancipação dos municípios até os dias atuais, uma completa ausência de participação popular nas diretivas das políticas urbanas, e assim, observamos cidades frias, violentas e caóticas. Com índices de desenvolvimento baixos e dificuldade de mobilidade urbana, com favelização, com baixo grau de saneamento básico, sem uma eficiente rede de transportes e ainda degradando continuamente os mananciais, as matas nativas e a fauna local. O mais grave é que esta produção de miséria foi intencionalmente produzida historicamente para acumulação de riqueza e exploração do trabalho, sob a permissividade e compactuação do poder público.

A sociedade e as gestões públicas precisam ultrapassar o conceito weberiano de cidade consumo e caminhar numa construção de local de vida humana, animal e de flora. Uma cidade onde homens pobres e ricos, aliado a natureza possam viver integrados com liberdade e dignidade e garantam a vida às gerações futuras. Precisa-se entender que as cidades nos seus atuais modelos de desenvolvimento estão num colapso urbano, que a exploração a que a ocupação do solo urbano foi historicamente submetido está comprometendo a vida de todos.

Não existe um caminho fácil mediante tantos anos de expropriação da natureza e do trabalhador, mas o direito a cidade ainda pode ser buscado mesmo diante de uma realidade tão complexa quanto essa dos municípios baianos. Isso é possível mediante um processo de envolvimento popular, educação ambiental e urbana e políticas que comecem a reverter a lógica de construção de cidades violentas e segregadoras.

Chegamos a um ponto tão crítico, que agora nas cidades brasileiras, nem os ricos estão mais conseguindo exercer plenamente o direito a cidade, as compras pelo comércio eletrônico não estão sendo mais uma opção de comodidade, e sim uma imposição da violência urbana construída pela irracionalidade das políticas públicas adotadas nas cidades brasileiras.

A classe média e média alta se isolam em condomínios de luxos, verdadeiros presídios confortáveis com diversos serviços internos que os "protegem do resto da cidade". Mas a dificuldade de acesso ao trabalho, de levar os filhos à escola e de

acessar serviços de lazer e instrumentos de uso coletivo, os colocam excluídos do direito de viver numa cidade.

A cidade é para todos, então o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano tem que ser construído nesta lógica, por todos, sair das gavetas das Secretarias de Desenvolvimento Urbano, no caso das cidades objetos desse estudo, as gestões precisam entender que são gestores de cidades polos, atrativas de uma população flutuante muito grande e que exerce força econômica em diversos pequenos municípios vizinhos e então o plano diretor deve levar isto em consideração, e entender a necessidade da ideia de políticas que fortaleçam as redes urbanas. Os serviços de saúde, transportes, educação, lazer entre outros devem ser projetados observando os fluxos populacionais entre os pequenos municípios que sofrem atração do município polo. Pensar em rede, no local, mas agir global tentando garantir a construção de uma cidade viva, acessível e segura a todos.

## REFERÊNCIAS

ALAGOINHAS (BA). Lei nº 12/2004. Plano Diretor Municipal de Alagoinhas. Alagoinhas, 2004.

ALMEIDA, Paulo Henrique de. A economia de Salvador e a formação de sua região metropolitana. Salvador: EDUFBA, 2008.

BALTRUSIS, Nelson; D'OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo. Ricos e pobres, cada qual em seu lugar: a desigualdade socioespacial na metrópole paulista. Caderno CRH, Salvador, v. 22, n. 55, 2009.

BARREIRAS (BA). Lei nº 651/2004. Plano Diretor Urbano Municipal de Barreiras. Barreiras, 2004.

BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia. Desenvolvimento e cidades no Brasil: contribuição para o debate sobre as políticas territoriais. Recife: Observatório das Metrópoles; FASE, 2008.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade: estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2016.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico. Brasília, DF, 2020.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. As “cidades” de Salvador. Salvador: EDUFBA, 2008.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Trabalho, renda e pobreza na Região Metropolitana de Salvador. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (org.). Como anda Salvador e sua região metropolitana. Salvador: EDUFBA, 2008.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

EUNÁPOLIS (BA). Lei nº 407/2001. Plano Diretor Urbano, Sistema de Planejamento e Plano Regulador da Cidade. Eunápolis, 2001.

FEIRA DE SANTANA (BA). Lei nº 1.614/1972. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal de Feira de Santana. Feira de Santana, 1972.

FERNANDES, Ana. O EPUCS e a cidade do Salvador nos anos 40: urbanismo e interesse público. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPARQ, 1., 2010, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPARQ, 2010. Disponível em: <https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/171/171-615-1-SP.pdf>. Acesso em: 10 set. 2026.

FURTADO, Celso. Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GONDIM, Linda M. P. O plano diretor como instrumento de um pacto social urbano: quem põe o guizo no gato? Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 1995.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, David. Análise geográfica das dinâmicas do capital. [S. l.: s. n.], 2001.

HUBERMAN, Leo. A história da riqueza do homem. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: características dos domicílios – resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2026.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: favelas e comunidades urbanas. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2026.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: população e domicílios – resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2026.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2026.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2026.

ILHÉUS (BA). Lei nº 3.265/2006. Plano Diretor Participativo de Ilhéus. Ilhéus, 2006.

ITABUNA (BA). Lei nº 2.011/2008. Plano Diretor Urbano Municipal de Itabuna. Itabuna, 2008.

JACOBINA (BA). Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano: relatório final. Jacobina, 1999.

JEQUIÉ (BA). Lei nº 1/2007. Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Jequié. Jequié, 2007.

LAURO DE FREITAS (BA). Lei nº 1.330/2008. Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Lauro de Freitas. Lauro de Freitas, 2008.

MARICATO, Ermínia. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco (org.). Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 61-85. Disponível em: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper35.pdf>. Acesso em: 10 set. 2026.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 2, p. 3-82, 1972.

PAULO AFONSO (BA). Lei nº 905/2000. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental Municipal de Paulo Afonso. Paulo Afonso, 2000.

PORTO SEGURO (BA). Lei nº 651/2006. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal de Porto Seguro. Porto Seguro, 2006.

SANTO ANTÔNIO DE JESUS (BA). Lei nº 1.233/2014. Cria o Conselho da Cidade de Santo Antônio de Jesus e dá outras providências. Santo Antônio de Jesus, 2014.

SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. Economia espacial: críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SERPA, Angelo. Periferização e metropolização no Brasil e na Bahia: o exemplo de Salvador. GeoTextos, Salvador, v. 3, n. 1-2, p. 31-46, 2007.

SIMÕES FILHO (BA). Lei nº 724/2016. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal de Simões Filho. Simões Filho, 2016.

TEIXEIRA, Fernando. Plano diretor de desenvolvimento urbano no município de Salvador. Revista VeraCidade, Salvador, ano 1, n. 1, dez. 2006.

TEIXEIRA DE FREITAS (BA). Lei nº 310/2003. Plano Diretor de Teixeira de Freitas. Teixeira de Freitas, 2003.

VILLAÇA, Flávio. A segregação urbana e a justiça. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, ano 11, n. 44, 2003.

VILLAÇA, Flávio. Dilemas do Plano Diretor. In: CEPAM. O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, 1999. p. 237-247.

VITÓRIA DA CONQUISTA (BA). Lei nº 1.385/2006. Plano Diretor de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista, 2006.

WEBER, Max. Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. v. 2. Brasília: Editora UnB, 2004.

## II - MODELO PÓS-RACIONALISTA DE TERAPIA COGNITIVA

Antônio José Tavares Lima<sup>2</sup>

Diana Lopes Alves<sup>3</sup>

Liliana Souza Pena<sup>4</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal apresentar o modelo clínico da Terapia Cognitiva Pós-racionalista, seus pressupostos, objetivos e estratégias. Trata-se de um estudo teórico, realizado a partir da literatura especializada na área. Subdivide-se em duas partes. Na primeira, analisam-se os princípios epistemológicos, a visão de homem, as relações entre vínculos afetivos, as emoções, a identidade pessoal e a cognição. Na segunda, apresenta-se a metodologia do trabalho clínico, as principais ferramentas, as fases do tratamento e o papel do terapeuta. Conclui-se que a Terapia Cognitiva Pós-Racionalista, enquanto abordagem ontológica, não está focada em produzir adaptações ao ambiente exterior ou maior capacidade de autocontrole. O objetivo central da intervenção terapêutica é possibilitar que o *self* se reorganize em um nível maior de complexidade. Trata-se de um processo, inicialmente, emocional, que acontece no plano tácito e, posteriormente, é reorganizado de forma narrativa.

**Palavras-chave:** Pós-racionalismo; Auto-organização; Emoções; Identidade pessoal; Complexidade.

### ABSTRACT

The main objective of this article is to present the clinical model of post-rationalist cognitive therapy, its assumptions, objectives and strategies. This is a theoretical study, carried out from the specialized literature in the area. It is subdivided into two parts. In the first, it analyzes the epistemological principles, man's vision, relationships between affective bonds, emotions, personal identity and cognition. In the second, it presents the methodology of clinical work, main tools, phases of treatment and the role of the therapist. It is concluded that post-rationalist cognitive therapy, as an ontological approach, is not focused on producing adaptations to the outside environment or greater capacity for self-control. The central objective of the therapeutic intervention is to enable the self to reorganize itself at a higher level of complexity. It is an initially

2 Mestre em Educação e Contemporaneidade (UNEB); Especialista em Educação, Estética, Cultura e Semiótica (UFBA); Graduado em Psicologia (UFBA). ORCID: 0000-0002-5327-7789. E-mail: antonioj.lima@hotmail.com.

3 Mestre em Psicoterapia Cognitiva Pós-racionalista (USACH); Especialista em Desenvolvimento, Personalidade e Aprendizagem (UNYED); Especialista em Terapias Cognitivas (UNIFAGOC); Graduada em Psicologia (CES-JF). Professora de pós-graduação na UniAcademia. ORCID: 0009-0004-4608-8332. E-mail: dianapsic@gmail.com.

4 Doutora em Geografia Humana (UM); Mestre em Ciências Cognitivas (UCP); Licenciada em Psicologia Clínica e em Psicologia da Educação (ISMAI). Pesquisadora do grupo Space R do Lab2PT da Universidade do Minho. ORCID: 0000-0002-9310-9421. E-mail: neuropsiche@hotmail.com.

emotional process, which happens in the tacit plan and, later, is reorganized in a narrative way.

**Keywords:** Post-rationalism; Self-organization; Emotions; Personal identity; Complexity.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo teve como objetivo principal apresentar o modelo clínico da Terapia Cognitiva Pós-racionalista, seus pressupostos, objetivos e estratégias. Preenche, assim, uma lacuna na literatura especializada, que decorre da escassez de textos específicos sobre este tema em língua portuguesa. Trata-se de um estudo teórico, realizado a partir da literatura especializada na área.

As terapias cognitivas se desenvolveram a partir da segunda metade do século XX, tendo como marco do seu surgimento a obra de Albert Ellis, criador da Terapia Racional Emotiva (TREC), e de Aaron Beck, criador da Terapia Cognitiva (TC). Nos cenários atuais, as terapias cognitivas constituem amplo espectro de formulações e propostas de intervenção. Segundo Gabalda (2011), existem quatro modelos básicos de psicoterapia cognitiva: 1) reestruturação cognitiva; 2) cognitivo-comportamental; 3) construtivistas; 4) modelos intermediários.

O modelo de reestruturação cognitiva corresponde aos trabalhos desenvolvidos, em especial, por Beck (2000, 2014) e Ellis (1998), voltando-se, fundamentalmente, para resolver problemas e produzir mudanças nas formas consideradas disfuncionais de processamento das informações. O modelo cognitivo comportamental teve sua origem nos trabalhos de pesquisadores como Meichenbaum (1977) e Lineham (1993), entre outros. As direções desses tratamentos visam possibilitar maior autocontrole emocional, resolver problemas pontuais e treinar habilidades cognitivas específicas.

As terapias cognitivas construtivistas envolvem um campo que surgiu na década de 80 do século XX, a partir dos trabalhos de Mahoney (1980), Guidano e Liotti (1983) Guidano (1987), Safran e Segal (1990) e de Greenberg (2014). Essa perspectiva não constitui uma teoria específica, mas um campo de estudos e de propostas de intervenções. Nasceu anunciando uma crítica aos chamados modelos

clássicos, ou racionalistas, de terapia cognitiva. No Brasil as psicoterapias cognitivas construtivistas não são muito divulgadas, predominando os modelos de reestruturação cognitiva e cognitivo-comportamentais. No caso específico da Terapia Cognitiva Pós-Racionalista, são raras as publicações em língua portuguesa, destacando-se os trabalhos de Lima e Alves (2022) e de Pena (2016, 2023).

Um ponto de partida das abordagens de orientação construtivista é a compreensão dos seres humanos como organismos proativos, que reagem corporalmente aos estímulos ambientais. Abreu e Shinohara (1998) destacam que somos construídos por esquemas emocionais corporificados, que organizam os significados que atribuímos às circunstâncias de nossas vidas. Esses esquemas emocionais são estruturas que sintetizam de forma tácita uma grande quantidade de informações, propiciando, além de pensamentos, um sentido de si mesmo no mundo. Segundo Greenberg (2014), na psicoterapia construtivista o foco não é modificar as crenças e os pensamentos do cliente, mas sim contribuir para a reorganização dos seus esquemas emocionais.

Na perspectiva de Gabalda (2011), a Terapia Cognitiva Pós-Racionalista (TCPR) faz parte das abordagens construtivistas, contudo, apesar das semelhanças, essa asserção não é compartilhada pelos autores pós-racionalistas. Segundo Pena (2016), no construtivismo o ponto central é o processo de produção de significados, enquanto, no pós-racionalismo, é o processo de construção de uma identidade pessoal. Balbi (2015) afirma que o pós-racionalismo funda uma epistemologia do “si mesmo”.

A Terapia Cognitiva Pós-Racionalista foi criada pelo psiquiatra italiano Vittorio Guidano, na segunda metade da década de 80 do século XX. Na trajetória de Guidano, é importante ressaltar a parceria com o pesquisador Giovanni Liotti (1945-2018), com quem desenvolveu um de seus trabalhos mais relevantes: *Procesos Cognitivos y Desórdenes Emocionales: Enfoque Estructural de la Psicoterapia* (1983). Contudo, o marco simbólico da fundação da TCPR foi a publicação das obras: ***The complexity of self*** (1987) e ***The self in process*** (1991). Nos cenários atuais, a TCPR continua sendo desenvolvida por diferentes autores, como Juan Balbi (2011, 2015, 2020), Furio Lambruschi (2014); Giampiero Arciero (2005), Maurizio Dodet (1998), entre outros.

Neste artigo, as principais referências foram Vittorio Guidano e Juan Balbi. Atualmente, Juan Balbi é diretor geral do Centro de Terapia Pós-Racionalista

(CETEPO), além de ter criado, junto a Guidano, a Fundação para o Progresso dos Estudos Pós-racionalistas (FAPS). O CETEPO é uma instituição destinada ao ensino e à divulgação da Terapia pós-racionalista, contando com sedes na Itália, na Argentina, no Chile, na Colômbia e no Brasil.

## 2 MÉTODO

O presente artigo resulta de uma pesquisa teórica, realizada a partir da literatura especializada na área. A principal referência foi Vittorio Guidano, o criador da Terapia Cognitiva Pós-Racionalista. Dentro dessa perspectiva, foram utilizados, além dos dois livros considerados como marcos da teoria – *The complexity of self* (1987) e *The self in process* (1991) –, as obras: *Procesos Cognitivos y Desórdenes Emocionales: Enfoque Estructural de la Psicoterapia* (1983) e *Vittorio Guidano en Chile* (2001). Outra referência fundamental foi o autor Juan Balbi (2011; 2015; 2020), considerado uma das maiores autoridades atuais do Pós-Racionalismo.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3.1 O SISTEMA DO SELF

De acordo com Guidano (1987), formalizamos a existência tendo como base o nosso sistema de identidade pessoal, o *self*. Esse sistema é, fundamentalmente, afetivo-emocional, em constante reordenamento, visando padrões mais complexos e estruturados. Sua função principal é organizar e manter coeso um sentido de identidade. Na perspectiva pós-racionalista, o *self* é um processo autopoietico ou seja, se autoproduz e se dirige a níveis mais complexos e coesos de ordem interna. Enquanto sistema autopoietico, a necessidade de manter coerência interna é o seu principal mecanismo.

Autopoiese é um conceito desenvolvido na década de 70 do século XX por Humberto Maturana (1928-2021) e Francisco Varela (1946-2001). Segundo os biólogos chilenos (1998), todos os seres vivos são máquinas autopoieticas, ou seja, mecanismos que especificam e produzem sua organização interna, sob pressão das perturbações do ambiente. As máquinas autopoieticas são fechadas operacionalmente (clausura operacional) subordinando todas interações que estabelecem com o exterior à conservação de sua própria organização. Assim, as pressões que o ambiente possa produzir sobre os seres vivos, não contém em si

mesma as especificações de seus efeitos sobre esses. São os organismos, de acordo com sua organização, que determinam sua própria mudança diante das pressões do ambiente (Maturana & Varela, 1998).

### 3.2 O PAPEL DOS VÍNCULOS AFETIVOS

O pesquisador inglês John Bowlby (1907-1990), afirmou que existe uma tendência inata nos bebês para se vincularem com um ser humano. Essa tendência se relaciona com uma necessidade considerada tão primária como a alimentação: conforto emocional. Na perspectiva ontológica, sistêmico-processual proposta por Guidano (1987), o apego não é considerado apenas um dispositivo para a manutenção da proximidade e do contato com as figuras significativas durante a infância. O vínculo afetivo opera como um sistema que organiza o sentido da identidade pessoal durante todo o percurso do ciclo de vida. Dito de outra forma, o sentido da nossa própria identidade, da continuidade e da unicidade pessoal está ligado com a qualidade e a natureza dos vínculos afetivos estabelecidos. É através do vínculo com um outro significativo que reconhecemos em nós mesmos um sentido de identidade pessoal.

Mary Ainsworth (1978), ampliou a teoria do apego, criando duas categorias: apegos seguros e os inseguros. Os inseguros subdividem-se em ambivalentes e evitantes. As crianças que do padrão seguro são mais confiantes ao explorar o mundo, pois sabem que as figuras de apego são acessíveis. Segundo Guidano (1983), as crianças seguras podem ser tanto evitantes como ambivalentes em seu estilo afetivo, contudo, de forma mais flexível.

As inseguras evitantes sabem que os cuidadores não são acessíveis e que suas demandas podem ser rejeitadas. Assim, tenderão a ativar emoções básicas de raiva e desespero e a tonalidade emocional processada será de abandono ou perda. Nas crianças inseguras ambivalentes, existe uma incerteza em relação à reação dos pais, ora receptivos, ora não receptivos. Como consequência, para obter atenção, a criança desenvolve um estilo coercitivo, ativo (hiperatividade e agressividade) ou passivo (fragilidade e dependência).

Por fim, existe o apego desorganizado, que foi proposto nos estudos de Mary Main (2001). Contudo, do ponto de vista de Guidano (1983), o apego desorganizado não constitui um padrão específico, mas sim uma forma de manifestação, que pode

acontecer tanto no seguro como no inseguro. Uma criança insegura coercitiva, por exemplo, pode, em determinado contexto afetivo, se desorganizar e assumir comportamentos extremos de vulnerabilidade ou de agressividade.

Para Guidano (1983), os vínculos familiares durante a infância vão possibilitar fortalecer uma determinada tonalidade emotiva. Em uma criança insegura evitativa, por exemplo, pode ser de solidão, desespero ou raiva. O desenvolvimento dessa tonalidade levará à estruturação na criança de um sentido de si mesmo assentado sobre essas experiências emocionais. Esse domínio emocional, relacionado com a qualidade emotiva dos vínculos afetivos, produz uma unidade organizadora do domínio emotivo. Tal unidade de domínio emotivo cria uma unidade organizadora estável, que gera, na criança, formas específicas de se sentir no mundo. Guidano batizou essa unidade de “organização do significado pessoal” (OSP).

### 3.3 ORGANIZAÇÃO DE SIGNIFICADO PESSOAL – OSP

O conceito de organização de significado pessoal (OSP) parte de uma perspectiva ontológica, situando o conhecimento do ponto de vista da pessoa que conhece. O significado pessoal, portanto, é parte do conhecimento individual, que é primeiramente emotivo e depois, também, explicativo e conceitual. Assim, o significado pessoal se articula com a organização unitária que o domínio emotivo atinge ao longo do desenvolvimento. Por outro lado, as organizações do significado pessoal não existem em si mesmas, não são entidades, mas chaves conceituais que permitem ao terapeuta organizar o relato do cliente e orientar suas estratégias (Guidano, 1987; Balbi, 2015)

Segundo Pena (2015), a organização do significado pessoal é uma formulação que articula quatro pontos básicos: 1) os padrões de apego; 2) o sentido de si mesmo que esses padrões de apego desenvolvem; 3) a forma como se organiza a coerência interna desse sentido de si mesmo ao longo da vida; 4) as emergências cognitivas e psicopatológicas. Importante lembrar que não existe uma organização pura, podendo haver combinações. Cada indivíduo pode ter traços de diferentes organizações, porém existe uma que é dominante. Segundo Guidano (1987), existem quatro OSPs: depressiva, fóbica, obsessiva e de desordem do padrão alimentar.

### 3.3.1 OSP depressiva

Na organização depressiva, a principal característica é uma sensibilidade extrema para que qualquer situação, ainda que minimamente discrepante, possa produzir experiências relacionadas com perda ou ruptura. As experiências afetivas relacionadas à OSP depressiva são de três tipos: 1) experiências de perda de um dos pais durante a infância (morte ou separação); 2) experiência de nunca ter existido um vínculo emocional seguro e estável; 3) a inversão nas relações de cuidado, quando o filho assume o lugar de um dos progenitores (Guidano, 1987).

O sentido de si mesmo torna-se negativo, tende-se a sentir muita raiva, em particular, de si, pela impotência. Segundo Guidano (2001), é a raiva e não o desespero e a melancolia o ponto mais importante do depressivo. Uma raiva que se volta tanto para fora como para si próprio, produzindo comportamentos autodestrutivos, sendo muito comum a utilização de substâncias psicoativas nesses casos.

Na organização depressiva, os progenitores são percebidos como inacessíveis e indiferentes, produzindo sentimento de rejeição. A exposição a esse contexto afetivo pode produzir na criança um sentido de autossuficiência compulsiva, ao mesmo tempo que produz um sentido de desconfiança generalizado e de expectativas negativas em relação ao outro e em relação a si mesmo. Assim, desenvolve um estilo afetivo evitante, com o objetivo de impedir envolvimento emocional mais íntimos, tendo em vista evitar a possibilidade de ser rejeitado ou abandonado.

O sentido de si mesmo do depressivo varia de acordo com a polaridade: desespero ou raiva. No primeiro caso, experimenta-se a sensação de ser uma pessoa só e desamparada, sem apoio emocional. No segundo caso, sente-se só, mas por opção, o que produz um sentido de independência em relação ao outro. Os indivíduos nessa configuração, embora não costumem ter maiores problemas no campo profissional ou intelectual, têm sempre na vida afetiva. O caminho para atravessar a negatividade é desenvolver um sentido de responsabilidade pessoal. Dito de outra forma, é perceber-se como corresponsável pelas suas exclusões (Pena, 2016).

### 3.3.2 OSP fóbica

Na OSP fóbica, a tonalidade emocional relaciona-se com o medo de não conseguir realizar seus objetivos. O seu padrão familiar típico é o oposto do

depressivo, ou seja, caracteriza-se não pela falta ou abandono, mas pelo excesso de proteção e bloqueio do comportamento exploratório. Geralmente existem dois tipos de padrão familiar fóbico. O primeiro relaciona-se com pais muito apreensivos e temerosos, que envolvem seu filho em um ambiente de excesso de atenção e proteção. O resultado é produzir um bloqueio indireto no comportamento exploratório. Os pais não impedem o filho de explorar o mundo, no entanto contribuem para que este seja percebido como um lugar muito perigoso e hostil. Assim, o medo diante de tantos riscos só encontra uma forma de se aplacar: na proteção da família.

O segundo padrão relaciona-se às preocupações com as doenças, produzindo no filho, quase sempre, um sentido de debilidade, no qual ele constrói sua identidade. É frequente que existam muitos episódios de doenças, visitas constantes a médicos e utilização de diferentes tipos de medicações. Segundo Guidano (1987), existe um terceiro padrão, embora menos frequente, que envolve um pai ou mãe fóbico(a), convencido(a) de estar na condição de portador(a) de alguma doença crônica, podendo, por consequência, morrer a qualquer momento. Assim, solicita a presença constante do filho para qualquer eventual necessidade de socorro. Essa é uma outra forma de bloquear indiretamente a atividade exploratória.

Balbi (2015) afirma que na OSP Fóbica a estratégia parental se caracteriza pelo uso abusivo da superioridade cognitiva do adulto, que bloqueia o comportamento exploratório da criança, posto que essa exploração produz sentimento de perda de controle no indivíduo. No adolescente isso se reflete com uma discrepância, que será um novo sentimento de falta de confiança nas intenções de seu parceiro afetivo, posto que atitudes, que eram percebidas como de cuidado e demonstração de afeto durante a infância, passam a ser interpretadas como tentativa de controle.

No fóbico, a falta de consistência na atitude de proteção dos pais, ao mesmo tempo protetores das e desatentos às necessidades afetivas do filho, possibilita um padrão de apego ambivalente. Assim, as crianças desenvolvem, ainda muito pequenas, atitudes manipulatórias, para chamar a atenção dos pais. As condutas manipulatórias podem ser ativas ou passivas. Nas ativas, temos o exemplo da “criança-problema”, que não para quieta e sempre faz algo “errado”. Nas passivas, temos a criança frágil, sempre enferma e dependente.

Guidano (2001) afirma que o problema central do fóbico é uma espécie de discrepância muito forte no sentido de si mesmo. Por um lado, tem uma referência positiva de atenção no ambiente familiar, que contribui para uma boa autoestima, mas,

por outro lado, possui uma experiência imediata de si como limitado e fraco, de não se sentir capaz de fazer as coisas que todos fazem. Assim, veste uma capa de proteção que encena a imagem de uma pessoa forte e destemida, sendo, contudo, profundamente inseguro quanto às suas competências. Procura também fazer alianças com pessoas que o façam sentir-se seguro e, assim, de um lado evitar as situações que exponham seus medos e, de outro, dar vazão a sua encenação de pessoa corajosa.

Outro problema típico da organização fóbica é a equação: ser livre e, ao mesmo tempo, sentir-se protegido, algo que ele nunca consegue equilibrar. Desse modo, tem tendência a reagir a alterações nos seus vínculos afetivos com ansiedade e medo. Assim, em uma relação afetiva, a proteção oferecida pelo parceiro o faz sentir-se sufocado, produzindo sintomas como a claustrofobia. Por sua vez, ficar só o faz sentir-se desprotegido.

Os sintomas de desequilíbrio dessa organização podem ser observados segundo as duas polaridades: constrição de liberdade ou proteção. Em ambos os casos, pode ocorrer um ataque de pânico. No primeiro caso, toda a sintomatologia é torácica: taquicardia, dificuldade de respiração, sensação de sufocamento. No segundo, o ponto central é a astenia, a indisposição geral para fazer as coisas. Portanto, um momento crítico na vida de um fóbico é a formação de uma relação afetiva estável, casamento, lua de mel, nascimento de filhos.

### **3.3.3 OSP obsessiva**

Na organização de significado obsessiva, existe um padrão familiar característico do vínculo ambivalente; dito de outra forma, dicotômico. De acordo com Guidano (2001), esse padrão é típico do duplo-vínculo. Assim, a experiência de sentir-se amado e odiado, aceito e desprezado é uma das marcas desse padrão. Uma criança obsessiva geralmente tem um pai obsessivo e o seu estilo de dedicação rigidamente controlador faz a criança sentir-se, ao mesmo tempo, amada e odiada. Destarte, constitui, desde cedo uma dupla imagem de si mesmo: uma positiva e outra negativa. O dilema fundamental do obsessivo é como conseguir ter certeza do seu valor. Resultado, não consegue se conectar com seus sentimentos e vive em um mundo de pensamentos e de dúvidas.

Na família obsessiva tudo é muito prático e racional, não havendo maiores

espaços para os sentimentos. Como o obsessivo vive no mundo dos pensamentos, funciona sempre de maneira dicotômica. Vive em um mundo de extremos, sem graduação intermediária. Particularmente, em relação a si mesmo, na maneira como regula sua percepção do positivo e do negativo. Para ter a garantia, a certeza de ser somente a parte positiva, não pode cometer erros e precisa controlar tudo.

Balbi (2015) explica que uma organização do tipo obsessiva acontece em um contexto no qual os cuidadores utilizam uma estratégia de controle centrada no papel instrutivo, intelectual e moralista, em detrimento da coordenação afetiva com a criança. Segundo Pena, obsessivos tomam o exterior para se estabilizarem, mas não em um parceiro significativo e sim nas normas e condutas sociais, como religiosas, morais ou jurídicas, que são internalizadas e cumpridas minuciosamente.

Pena (2016) considera que a organização obsessiva deriva de padrões mistos: entre o evitante e o ambivalente. No caso da polaridade ambivalente, para anular o desconforto provocado pelas discrepâncias com seus modelos de referência, vai apresentar ações estereotipadas e ruminações. No caso da polaridade evitante, será na descoberta de princípios e de métodos que ajudem a corrigir a discrepância.

Guidano (1987) afirma que o problema fundamental do obsessivo envolve qualquer situação que tenha a ver com emoções. Como sua vida está centrada em puro pensamento, tenta tomar decisões baseadas em certezas analíticas, como um computador. Assim, as situações que exigem uma ativação emotiva podem produzir discrepâncias. Tende a ter muita dificuldade nas tomadas de decisão, diante das inúmeras dúvidas que surgem atreladas a uma incansável busca pela melhor escolha. Na esfera interpessoal, enfrenta muitas dificuldades em função das suas regras internas muito rígidas e sua dificuldade de negociar suas verdades, sempre fechadas.

### **3.3.4 OSP dápica**

A quarta e última organização do significado pessoal foi batizada como desordem alimentar (DAP), nomeadamente anorexia, bulimia e obesidade. Segundo Guidano (2001), é o padrão mais frequente nos cenários da Europa e da América do Norte, em função de fatores culturais que cultuam a importância da autoimagem. O padrão de apego é o evitativo e a manutenção de um sentido de si estável relaciona-se, ao mesmo tempo, com o medo de decepcionar e com a necessidade de sempre corresponder às expectativas do outro.

O ambiente familiar típico dos indivíduos DAP se caracteriza por um modelo de educação voltada para produzir seres bastante docilizados e obedientes, confirmando, assim, a imagem de uma família perfeita. Nesse contexto, a preocupação com a imagem é premente, não contando muito o que realmente os indivíduos sentem ou pensam. Existe uma forte tendência a esconder qualquer contradição ou dificuldade pessoal. Assim, crianças dápicas costumam ser exemplares, posto que sempre se esforçam muito para satisfazer os seus pais, evitando, a todo custo a confrontação. O resultado é crescerem sem saber ao certo do que estão experimentando, precisando sempre da confirmação dos outros.

Na família DAP é comum que aconteça o que Minuchin et al. (1978) chamam de “emaranhamento”. Nesses cenários acontece uma forma extrema de proximidade e intensidade nas relações familiares, levando a um enfraquecimento das fronteiras que demarcam a autonomia individual. O indivíduo se perde no sistema, preso a uma trama de interações invasivas, comprometendo sua capacidade de reconhecer e decodificar seus estados internos. Assim, a principal característica dos indivíduos com organização dápica é um sentido de si vacilante e ambíguo, que precisa ser definido a partir dos outros, em especial, das figuras significativas.

Os dápicos possuem uma experiência imediata difusa, cujo sentido de si também é difuso e oscilante por se definir sempre a partir de critérios dos julgamentos das outras pessoas. O resultado é produzir um sentido de si sempre atrelado às expectativas que acreditam serem nutridas pelas pessoas em relação a si mesmos. Pena (2016) afirma que as experiências que causam discrepância no dápico são aquelas que o fazem sentir-se exposto ou confrontado. Por outro lado, o que o estabiliza é a presença de uma figura de referência que possibilite que o faça sentir-se, ao mesmo tempo, amado e protegido. Em consequência, sofre muito com o sentimento de culpa quando frustra as expectativas de alguém significativo.

A imagem constitui uma dimensão central na vida das pessoas DAP, fazendo com que o corpo se torne um regulador das relações interpessoais. A falta de referências pessoais para organizar sua autoimagem produz uma grande incerteza sobre si mesmas. O resultado frequente é o fracasso diante da vida afetiva, as relações impossíveis ou não correspondidas, a promiscuidade ou a total abstinência, como tentativa de fugir do medo de não serem amadas.

## 4 MODELO CLÍNICO

Na TCPR os sintomas clínicos são entendidos como produtos do conhecimento humano, possuindo significado e coerência interna. Portanto, para modificá-los, torna-se mister considerar o significado funcional de coerência sistêmica que estes sintomas possuem para o indivíduo. Por outro lado, o nosso conhecimento, na perspectiva pós-racionalista, não tem uma base cognitiva, mas fundamentalmente afetivo-emocional. As emoções e os afetos, portanto, possuem um papel determinante na produção dos fenômenos psicopatológicos, assim como nos processos de mudanças (Lima & Alves, 2020).

Na perspectiva pós-racionalista, o conhecimento é uma experiência autorreferenciada, não sendo possível encontrar algum ponto de vista objetivo externo ao sujeito para avaliar sua própria conduta. Portanto, não faz sentido fornecer qualquer tipo de informação ou instrução, tendo em vista tentar moldar seus padrões de sentimento ou pensamento. A mudança precisa acontecer de dentro para fora, a partir das especificações do próprio sistema, de acordo com sua clausura operacional, ou, dito de outra forma, respeitando suas regras internas de funcionamento.

Segundo Guidano (2001), a mudança está, essencialmente, ligada à produção de eventos afetivamente significativos no curso do processo terapêutico. O tratamento vai na direção de produzir um desequilíbrio no sistema da identidade pessoal, através de perturbações emocionais. O resultado esperado é que o sistema se reorganize em um nível maior de complexidade, possibilitando emergir novos sentidos de si mesmo, desatrelados dos antigos sintomas. Esse processo acontece, inicialmente, no nível tácito, sendo, posteriormente, ordenado no nível narrativo.

Na intervenção clínica, portanto, quando o terapeuta percebe uma discrepância afetiva, seja através fala do paciente, seja através de outros sinais como lágrimas ou expressão corporal, deve evitar estratégias que permitam ao cliente sair da perturbação, por exemplo, perguntando o que ele está sentindo. A mudança, na perspectiva pós-racionalista, acontece não pela via cognitiva da compreensão, mas pela experiência emocional da discrepância afetiva. A explicação e a reformulação narrativa são consequências e não causas da mudança.

### 4.1 COERÊNCIA SISTÊMICA E DISTÚRBIOS PSICOPATOLÓGICOS

A partir da adolescência, com o desenvolvimento do pensamento abstrato e da

capacidade reflexiva, a luta para manter uma imagem de si coerente, estável e positiva torna-se uma tarefa mais complexa e perturbadora. Assim, ao longo de todo o ciclo vital, a identidade pessoal atravessa períodos de relativa estabilidade e outros marcados por desequilíbrios, que produzem crises, podendo levar a mudanças no padrão de consistência interna. Cada pessoa organiza sua experiência de perturbação emocional a partir da forma própria como organiza o seu significado pessoal (OSP), com o intuito de manter sua coerência sistêmica.

Para Balbi e D'Amato (2020), o que dá continuidade ao sentido de si de cada um é a representação abstrata e tácita de uma específica trama de reciprocidade afetiva com um par mais significativo, em cada período da vida. Assim, o distúrbio psicológico é considerado pelos autores como reação a um desequilíbrio tácito na trama de reciprocidade afetiva com o um parceiro significativo. Dito de outra forma, a etiologia do distúrbio encontra-se no desequilíbrio afetivo tácito.

A partir de uma perspectiva pós-racionalista os quadros psicopatológicos devem ser entendidos não como entidades estáticas e fixas, mas como modos de processamento, ou seja, dimensões de coerência sistêmica, que qualquer uma das quatro organizações de significado pessoal pode assumir. Assim, normalidade é sinônimo de flexibilidade, possibilitando ao sujeito a capacidade de se observar a partir de diferentes pontos de vista. Nos quadros de transtorno mental, como na psicose, aumenta a rigidez e a dificuldade de abstrair, ficando o sujeito refém da experiência imediata.

#### 4.2 ETAPAS DA TCPR

Segundo Guidano (2001), a prática da TCPR subdivide-se em três etapas: 1) preparação do contexto clínico e interpessoal; 2) reconstrução da dimensão da vida atual; 3) reconstrução da história evolutiva. A primeira fase é a mais breve, tendendo a durar de uma a oito sessões. Nesse contexto, existem dois objetivos básicos a serem alcançados. No primeiro, o terapeuta deve definir as regras de funcionamento do *setting*, o modelo de interação colaborativo e a exploração conjunta do problema do cliente. O segundo é criar condições para que a problemática narrada pelo cliente seja reformulada e inscrita na sua própria história de vida e não como um elemento exterior e estranho a si. Assim, uma obesa procura psicoterapia para livrar-se do seu excesso de peso, como se a solução do seu problema pudesse ser resumida à adoção

de uma dieta adequada. Nesse momento inicial da terapia, deve haver uma reformulação do problema e do pedido inicial, que possibilite ao cliente compreender a relação entre seus problemas e a sua forma de ser.

Na segunda fase, deve acontecer a reconstrução do repertório de vida e do estilo afetivo. A dinâmica entre experiência imediata e explicação sobre o problema deve ser reformulada, até que seja capaz de reconhecer o seu modo próprio de organizar a experiência. Nesse contexto, avaliam-se a dinâmica evolutiva e o modo como foram experimentadas as redes de relações. O cliente deve perceber a forma que estabelece essas relações, o seu padrão vincular, os seus processos de autoengano, as emoções discrepantes e o sentido de coerência de si mesmo. Um aspecto central nessa fase é o enfraquecimento dos sintomas e a atitude do terapeuta, que reconhece sempre o cliente como o melhor administrador de si mesmo.

A terceira fase é considerada a mais turbulenta, posto que acontece a reconstrução da história evolutiva do cliente. Nessa etapa, serão reformuladas e reorganizadas as estruturas básicas dos padrões de coerência interna. É considerada a fase mais turbulenta e que gera mais sofrimento, produzindo as mudanças mais profundas.

#### 4.3 FERRAMENTAS TERAPÊUTICAS

Na TCPR, o método para realizar tanto a avaliação quanto a intervenção é a auto-observação guiada. Assim, a intenção é direcionar a atenção do paciente para a própria experiência imediata de si e para o sentido imediato de si, nas situações em que se manifestam os sintomas, e analisar esses dois aspectos da experiência pessoal (Guidano, 1987).

Importante frisar que a avaliação, na perspectiva pós-racionalista, não tem como finalidade enquadrar o distúrbio em uma classificação nosológica descritiva. O objetivo é formular uma hipótese sobre o desequilíbrio afetivo tácito, que está na base dos sintomas produzidos pelo paciente e sua possível organização de sentido pessoal. Essas hipóteses servem para o terapeuta guiar a auto-observação do paciente.

A principal estratégia utilizada pela TCPR é chamada de *following and leading*, que, segundo Balbi (2015), constitui a modalidade técnica através da qual o método da auto-observação deve ser utilizado. Literalmente significa “seguir e guiar” e

descreve a atitude que o terapeuta deve ter para produzir as discrepâncias afetivas necessárias para produzir mudanças. Assim, o terapeuta deve seguir a narrativa que o paciente faz de si mesmo, escutando atentamente o que conta, como conta, suas explicações e teorias, ao passo que deve também guiar o paciente, convidando-o a prestar atenção aos aspectos negligenciados em sua narrativa espontânea. O objetivo dessa escuta é se mover entre o nível tácito da experiência imediata de si e o explícito do sentido imediato de si, de modo a levar o paciente a distinguir e experimentar as discrepâncias afetivas que promoverão mudanças na sua forma de sentir.

Outra técnica utilizada é a moviola, que é uma aplicação do *following and leading*. A técnica da moviola, de acordo com Zagmutt (2004), consiste em levar o cliente a retornar para determinada experiência e narrar o que está vendo como se fosse um expectador de um filme. A intenção é possibilitar ao cliente diferenciar entre a experiência imediata e a ordenação autorreferencial dessa experiência. Visa promover mudanças nos pontos de vista sobre si mesmo, com base na própria estrutura experiencial e não em fontes externas de referência.

## 5 CONCLUSÃO

A Terapia Cognitiva Pós-Racionalista é uma abordagem que surgiu no início dos anos 90 do século XX, na Itália, a partir de uma insatisfação com o modelo tradicional de terapia cognitiva. O seu criador, Vittorio Guidano, morreu precocemente aos 55 anos de idade, mas a Terapia Pós-racionalista continua sendo desenvolvida por diferentes autores, em países como Itália, Argentina, Colômbia e Chile. No Brasil, a Terapia Cognitiva Pós-Racionalista é pouco divulgada, tornando o presente artigo pioneiro.

A TCPR produziu um radical deslocamento teórico e metodológico em relação às abordagens de terapia cognitivas tradicionais. A partir de uma perspectiva ontológica e evolucionista, Guidano (1983, 1987, 1994, 2001) situa o conhecimento como expressão da Organização do Significado Pessoal e não como produto do processamento de informações. Por outro lado, reforça o papel preponderante dos afetos e das emoções na dinâmica da vida psíquica, em especial, nos processos de mudança.

As perturbações psicológicas, portanto, não são entendidas como produto de uma falha cognitiva, mas como expressão de uma forma própria do *self* de organizar

e dar sentido a sua experiência. Logo, o objetivo principal da TCPR não é eliminar os sintomas clínicos, senão contribuir para que o sistema da identidade pessoal se reorganize em um nível maior de complexidade, possibilitando a construção de novas formas de sentir a si mesmo. Esse processo não acontece pela via cognitiva; acontece pela via emocional/afetiva e se estabelece, inicialmente, no nível tácito, sendo, posteriormente, organizado no nível narrativo.

Podemos concluir que a Terapia Cognitiva Pós-racionalista oferece uma rica contribuição para o desenvolvimento das terapias cognitivas no Brasil e no mundo, trazendo para o debate temas bastante relevantes, como: *self*, auto-organização, vínculos afetivos, emoções e organização do significado pessoal. Dentro dessa perspectiva, pode contribuir significativamente para a construção de um conhecimento mais complexo do funcionamento da mente humana, assim como no aprimoramento de novas formas de intervenção psicoterapêutica. Por outro lado, enquanto campo emergente de pesquisa e intervenção, precisa de mais estudos que corroborem seus pressupostos, apontando possíveis fragilidades e lacunas teóricas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, C. N.; SHINOHARA, H. Cognitivismo e construtivismo: uma fértil interface. In: ABREU, C. N.; FERREIRA, R. F. (org.). **Psicoterapia e construtivismo**: considerações teóricas e práticas. Porto Alegre: Artmed, 1988. p. 65-88.

AINSWORTH, M. **Patterns of attachment**: a psychological study of the strange situation. Hillsdale: Erlbaum, 1978.

ARCIERO, G. **Estudios y diálogos sobre la identidad personal**: reflexiones sobre la experiencia humana. Madrid: Amorrortu, 2005.

BALBI, J. **La dimensión emocional humana y psicopatología**. [S. l.]: Nova Science, 2011. Disponível em: [http://www.juanbalbi.com/archivos/20121014\\_174629.pdf](http://www.juanbalbi.com/archivos/20121014_174629.pdf). Acesso em: 10 set. 2026.

BALBI, J. Attività dissociativa della coscienza e sequenzializzazione dell'esperienza di identità: una riflessione sul modello del Sé e il metodo della terapia cognitiva post-razionalista. In: NARDI, B.; ARIMATEA, E. (ed.). **Ricostruire l'esperienza**. Ancona: Accademia dei Cognitivi della Marca, 2015. Disponível em: <http://juanbalbi.com/es/Articulo3.pdf>. Acesso em: 10 set. 2026.

BALBI, J.; D'AMATO, A. C. Metodo e tecnica della terapia post-razionalista: è conveniente svelare al paziente le sue regole di funzionamento? **Prospettive Post-**

**Razionaliste**, n. 3, 2020. Disponível em:

<https://www.prospettivepostrazionaliste.it/metodo-e-tecnica-della-terapia-post-razionalista-e-conveniente-svelare-al-paziente-le-sue-regole-di-funzionamento>. Acesso em: 10 set. 2026.

BECK, A. **O poder integrador da terapia cognitiva**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BECK, J. **Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BOWLBY, J. **Apego e perda: apego – a natureza do vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

ELLIS, A.; BLAUS, S. Rational emotive behavior therapy. **Directions in Clinical and Counseling Psychology**, v. 8, p. 41-56, 1998.

GABALDA, C. I. **Hacia una práctica eficaz de las psicoterapias cognitivas: modelos y técnicas principales**. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2011.

GREENBERG, L. S. Emotion-focused therapy. **Clinical Psychology & Psychotherapy**, v. 11, n. 1, p. 3-16, 2014.

GUIDANO, V. **The complexity of self: a developmental approach to psychopathology and therapy**. New York: Guilford Press, 1987.

GUIDANO, V. **The self in process: toward a post-rationalist cognitive therapy**. New York: Guilford Press, 1991.

GUIDANO, V. **Vittorio Guidano en Chile**. Santiago: Universidad Academia de Humanismo Cristiano; Sociedad Chilena de Terapia Posracionalista, 2001.

GUIDANO, V.; LIOTTI, G. **Procesos cognitivos y desórdenes emocionales: enfoque estructural de la psicoterapia**. [S. l.]: Cuatro Vientos, 1983.

LAMBRUSCHI, F. **Psicoterapia cognitiva dell'età evolutiva: procedure d'assessment e strategie psicoterapeutiche**. Torino: Bollati Boringhieri, [s. d.].

LIMA, A. J. T.; ALVES, D. L. As dimensões do self na terapia cognitiva pós-racionalista. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, v. 22, n. 3, dez. 2020.

LINEHAM, M. M. **Cognitive-behavioral treatment of borderline disorder**. New York: Guilford Press, [s. d.].

MAHONEY, M. **Psychotherapy process**. [S. l.]: Plenum, 1980.

MAIN, M. Las categorías organizadas del apego en el infante, en el niño y en el adulto: atención flexible versus inflexible bajo estrés relacionado con el apego.

**Revista Internacional de Psicoanálisis**, n. 8, 2001. Disponível em: <http://www.aperturas.org/articulo.php?articulo=156>. Acesso em: 10 set. 2026.

MATURANA, H. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. **De máquinas y seres vivos**: autopoiesis, la organización de lo vivo. [S. l.]: El Mundo de las Ciencias, 1998.

MEICHENBAUM, D. H. **Cognitive-behavior modification**. New York: Plenum, 1977.

MINUCHIN, S.; ROSMAN, B. L.; BAKER, L. **Psychosomatic families**: anorexia nervosa in context. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

PENA, L. Psicoterapia de Vittorio Guidano e suas influências epistemológicas. **Psicologia Clínica**, v. 27, n. 1, 2015.

PENA, L. **Auto-organização e psicoterapia**: modelo cognitivo pós-racionalista. [S. l.]: Sílabas & Desafios, 2016.

SAFRAN, J. D.; SEGAL, Z. V. **Interpersonal process in cognitive therapy**. New York: Basic Books, 1990.

ZAGMUTT, A. La técnica de la moviola: la metodología autoobservacional en el constructivismo posracionalista. In: ABREU, C. N.; GUILHARDI, H. J. (org.). **Terapia comportamental e cognitivo-comportamental**: práticas clínicas. São Paulo: Roca, 2004.



### III - O DNA COMO RECURSO NA IDENTIFICAÇÃO DE SUSPEITOS EM CRIMES SEXUAIS CONTRA A MULHER NA BAHIA

Laiane dos Santos Araújo<sup>5</sup>  
Jaqueline Jesus dos Santos Cruz<sup>6</sup>

#### RESUMO

A análise do DNA tem se consolidado como uma das ferramentas mais precisas na identificação de agressores em casos de violência sexual, especialmente em contextos onde há escassez de testemunhas e necessidade de provas técnico-científicas. Este trabalho, desenvolvido em formato de revisão integrativa, tem como objetivo analisar a aplicação da genética forense na identificação de suspeitos de crimes sexuais contra mulheres no estado da Bahia, destacando a importância dos métodos e técnicas da análise de DNA, e a atuação do biomédico nesse processo. Foram selecionadas produções científicas publicadas nos últimos 20 anos, que abordam marcadores genéticos como STRs, Y-STRs, SNPs, DNA mitocondrial, além de técnicas como PCR e Fenotipagem. O papel da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG) foi discutido devido à sua importância no cruzamento de dados e na elucidação de crimes sexuais em território nacional e internacional. Os estudos apontam que, além da função técnica, o uso da genética forense representa um elo entre ciência e justiça social, promovendo a responsabilização dos agressores e contribuindo para a reparação simbólica das vítimas.

**Palavras-chave:** Genética forense; Violência sexual; DNA; Biomédico; Marcadores moleculares.

#### ABSTRACT

DNA analysis has established itself as one of the most accurate tools for identifying perpetrators in cases of sexual violence, especially in contexts where there is a shortage of witnesses and a need for technical and scientific evidence. This work, developed in the form of an integrative review, aims to analyze the application of forensic genetics in the identification of suspects of sexual crimes against women in the state of Bahia, highlighting the importance of DNA analysis methods and techniques, and the role of biomedical professionals in this process. Scientific publications from the last 20 years were selected, addressing genetic markers such as

5 Curso de Ciências Biomédicas, Faculdade de Ciências Educacionais de Capim Grosso, Capim Grosso-BA, Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7129780314283186>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4125-8198>. E-mail: [araujolaiane72@gmail.com](mailto:araujolaiane72@gmail.com).

6 Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professora da Faculdade de Ciências Educacionais de Capim Grosso, Capim Grosso-BA, Brasil.

STRs, Y-STRs, SNPs, mitochondrial DNA, as well as techniques such as PCR and phenotyping. The role of the Integrated Network of Genetic Profile Banks (RIBPG) was discussed due to its importance in cross-referencing data and solving sexual crimes nationally and internationally. Studies indicate that, in addition to its technical function, the use of forensic genetics represents a link between science and social justice, promoting the accountability of perpetrators and contributing to the symbolic reparation of victims.

**Keywords:** Forensic genetics; Sexual violence; DNA; Biomedical; Molecular markers.

## 1 INTRODUÇÃO

A descoberta da estrutura do DNA por James Watson e Francis Crick, em 1953, foi considerado um divisor de águas para a ciência, sobretudo para a biologia molecular, ao desvendar a base material da hereditariedade. A partir desse conhecimento, tornou-se possível compreender de forma mais precisa os mecanismos que sustentam a transmissão de características genéticas entre gerações, além de viabilizar a possibilidade de individualização humana. Um dos avanços mais significativos ocorreu nas ciências forenses, em que a individualização genética passou a desempenhar papel essencial na resolução de crimes e na consolidação da justiça, sobretudo a partir do final do século XX. (Kayser, 2015).

A década de 1980 foi especialmente crucial nesse processo, uma vez que os estudos de Alec Jeffreys resultaram na criação da chamada “impressão digital genética”, técnica pioneira que inaugurou a genética forense. Desde então, a análise do DNA tornou-se um método de alta confiabilidade para a identificação de vítimas e suspeitos, consolidando-se como ferramenta indispensável em investigações criminais. (Barbosa; Romano, 2018). Essa abordagem apresenta especial relevância em casos de crimes sexuais, pois, em grande parte deles, o material genético do agressor é encontrado em fluidos biológicos coletados durante exames periciais, passando a oferecer subsídios fundamentais para a responsabilização criminal dos agressores ao fornecer provas robustas e irrefutáveis (Magalhães *et al.*, 2015).

No Brasil, os crimes contra a dignidade sexual são considerados de extrema gravidade, com penas que variam de 1 a 30 anos, dependendo da natureza e das circunstâncias do delito (CP, 1940). Ao considerar a realidade nacional, observa-se que a violência sexual permanece como um dos problemas mais persistentes e alarmantes da sociedade brasileira. No estado da Bahia, a situação apresenta

contornos ainda mais preocupantes. Trata-se de um dos estados de maior extensão territorial e população expressiva, que convive com índices elevados de violência sexual, em especial contra mulheres. Essa conjuntura evidencia a necessidade de políticas públicas eficazes, mas também de ferramentas científicas que fortaleçam as investigações criminais e contribuam para a promoção da justiça.

Outro aspecto que reforça a relevância da análise de DNA no cenário brasileiro é a criação da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG), instituída em 2012, com finalidade de interligar os bancos de perfis genéticos de diferentes estados e do Distrito Federal, permitindo a comparação de amostras coletadas em locais de crime com perfis de condenados ou suspeitos, ampliando a capacidade de elucidação de delitos permitindo reduzir o tempo de investigação.

Neste contexto, destaca-se também, o papel do profissional biomédico, cuja atuação na genética forense vai além da execução de exames. Esse profissional é responsável por assegurar a qualidade técnica dos resultados, cumprir protocolos rigorosos de coleta, análise e interpretação das amostras, além de atuar em conformidade com os preceitos éticos que regem a atividade científica.

Diante desse panorama, torna-se fundamental compreender como a análise de DNA tem sido empregada na identificação de suspeitos em crimes sexuais contra mulheres no estado da Bahia, analisando sua importância na elucidação de casos na responsabilização criminal e na reparação simbólica às vítimas. Este trabalho, portanto, propõe-se a discutir de que forma o DNA se consolida como ferramenta de verdade, justiça e reparação principalmente em relação a crimes de violência contra mulheres, ressaltando o impacto da genética forense na articulação entre os campos científico e jurídico e no fortalecimento da justiça criminal

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de revisão de literatura, com natureza exploratória e descritiva, desenvolvida sob a abordagem exploratória. A delimitação do campo de pesquisa mostrou-se adequado por possibilitar a síntese de diferentes produções científicas e a análise crítica de seus conteúdos, articulando aspectos técnicos e sociais acerca da aplicação da genética forense e da atuação do biomédico no contexto da violência sexual, com ênfase para adaptação à realidade do

estado da Bahia.

O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados PubMed, SciELO, Science Direct e em repositórios institucionais, por meio da utilização de descritores relacionados à genética forense, DNA, violência sexual, perícia criminal, atuação do biomédico e políticas públicas como a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG). Foram incluídos artigos publicados nos últimos vinte anos, em português ou inglês, que apresentassem compatibilidade com a temática e objetivos propostos.

Na etapa de triagem, procedeu-se à leitura dos resumos para verificação da relevância e do alinhamento dos trabalhos com a temática investigada. Após esse processo, foram selecionados 20 estudos que atenderam aos critérios de inclusão. Os critérios de exclusão compreenderam publicações que não abordavam diretamente a interface entre genética forense e violência sexual, textos de caráter meramente técnico sem aplicação prática evidente e estudos desvinculados da atuação profissional no campo da biomedicina forense.

A análise do material foi conduzida mediante leitura crítica, interpretativa e comparativa das produções selecionadas, buscando identificar de que maneira a genética forense tem sido aplicada na individualização de suspeitos em crimes sexuais e qual tem sido o papel técnico, científico e social do biomédico nesse processo. Essa estratégia metodológica possibilitou a integração entre dados científicos e reflexões ético-sociais, permitindo uma compreensão ampliada dos avanços, das potencialidades e dos desafios enfrentados no campo da biomedicina forense (figura 1).

**Figura 1 - Fluxograma contendo seleção de artigos**

|                                                                                                                           |                                                                                   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| <b>IDENTIFICAÇÃO — Estudos identificados nas bases SciELO, PubMed, ScienceDirect e repositórios institucionais (n=70)</b> |                                                                                   |
| TRIAGEM — Estudos selecionados (n=48)                                                                                     | Registros excluídos após leitura de título e resumo (n=25)                        |
| ELEGIBILIDADE — Estudos elegíveis para análise final (n=23)                                                               | Excluídos após leitura completa por não atenderem aos critérios de inclusão (n=3) |
| <b>INCLUSÃO — Estudos selecionados para a revisão (n=20)</b>                                                              |                                                                                   |
| Fluxo reconstruído a partir dos quantitativos apresentados no manuscrito.                                                 |                                                                                   |

Fonte: dados da seleção bibliográfica descrita no próprio estudo.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL NO CENÁRIO BAIANO

A violência sexual, é definida pelo Ministério da Saúde como:

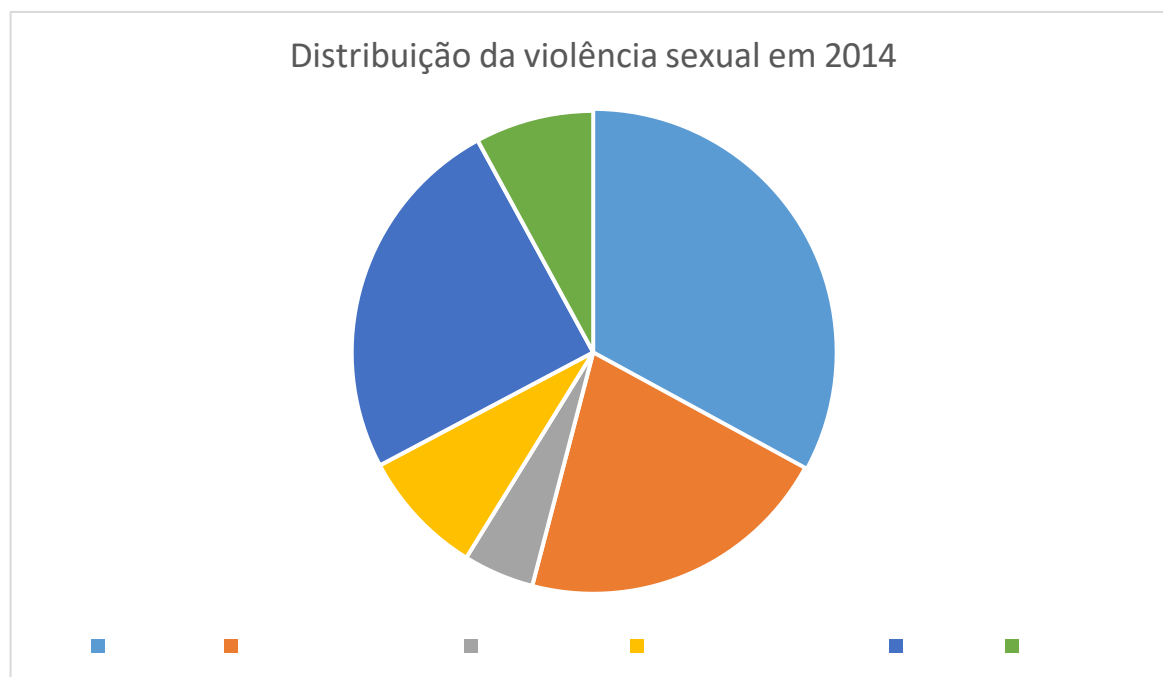
Qualquer ato sexual ou tentativa de ato sexual não desejada, ou atos para traficar a sexualidade de uma pessoa, utilizando coerção, ameaças ou força física, praticados por qualquer pessoa, independentemente de suas relações com a vítima, em qualquer cenário, incluindo, mas não limitado ao do lar ou do trabalho (OMS, 2006, *apud* PIZA, 2012).

Podendo ser considerada uma ação criminosa sendo uma das mais graves e cruéis formas de violar a dignidade humana, se baseia e consolida a partir do Código Penal Brasileiro, abrangendo estupro e estupro de vulnerável, o atentado violento ao pudor e o assédio sexual, sejam tais tentados ou consumados (CP, 1940).

Segundo dados recentes da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, no contexto baiano, esses crimes são especialmente alarmantes, tanto pela sua frequência quanto pela dificuldade na identificação e responsabilização dos agressores. Uma vez que frequentemente são cometidos em ambientes isolados e com ausência de testemunhas, delitos estes que dependem fortemente de provas técnico-científicas, como o DNA, para sua elucidação (Alcântara; Alarcão, 2024).

Os dados do Boletim Epidemiológico da Bahia no ano de 2014 evidenciam que a violência sexual no estado ocorre em sua maioria contra mulheres, com um número exorbitante de 87,5%, tendo a residência da vítima como local de ocorrência em 56,1% dos casos, e vias públicas o percentual de 12,6%, concluindo que o ambiente doméstico ainda é o principal espaço de risco. Os agentes causadores de violência considerados pessoas amigas ou conhecidas representaram 22,4% dos números. Entre os tipos de violência registrados, o estupro foi o mais frequente com o percentual de 65,9%, seguido pelo assédio 21,1% (gráfico 1). As consequências desses episódios incluíram gestações decorrentes da violência, diagnósticos de IST, tentativas de suicídio e impactos emocionais significativos, além da necessidade de medidas de profilaxia e contracepção de emergência durante o atendimento (BAHIA. SESAB, 2014).

### Gráfico 1 - Distribuição da violência sexual na Bahia no ano de 2014



Fonte: Bahia, SESAB (2014).

Para compreensão do cenário da violência sexual e como as análises de DNA auxiliam nesta dimensão, é necessário assimilar que existirão situações em que não haverá prova técnica materializada, entretanto, nos casos da modalidade consumada a prova técnica está presente, permitindo análise a fim de obtenção do material genético. A possibilidade de análise de DNA se deu a partir de trabalhos realizados por Alec Jeffreys na década de 1980, onde introduziu o conceito de regiões hipervariáveis, os minisatélites, possibilitando a individualização genética dos indivíduos por meio da técnica conhecida como DNA fingerprinting (Barbosa; Romano, 2018). Desde então, a análise de DNA se tornou uma das ferramentas mais precisas na identificação de suspeitos, inclusive em casos de violência sexual, evoluindo a partir de técnicas mais sensíveis e específicas para a identificação de suspeitos. Trazendo para a realidade baiana, nota-se a escassez de estudos que relacionem a realidade da violência sexual ao uso da genética forense. Embora os dados epidemiológicos revelem a gravidade desses crimes, muitas vezes praticados no ambiente doméstico e envolvendo agressores conhecidos, ainda são poucos os estudos que abordam como o DNA têm sido aplicados nas investigações locais, o que dificulta a compreensão de como o Estado vem realizando tais análises, e até que ponto a análise genética tem contribuído para a identificação de agressores. Assim,

torna-se necessária a realização de estudos que articulem os indicadores regionais de violência sexual com as possibilidades oferecidas pelas técnicas de DNA, permitindo uma visão mais concreta do impacto da genética forense na elucidação desses crimes na Bahia.

### 3.2 MARCADORES MOLECULARES

Os marcadores moleculares envolvidos na análise de perfis suspeitos são provenientes de segmentos expressos ou não de DNA herdados geneticamente e se prestam à diferenciação de um ou mais indivíduos, em suma, todo indivíduo possui características próprias, as quais são consideradas intrínsecas e variáveis, também chamadas de regiões polimórficas. No cenário da violência sexual os principais materiais biológicos que possuem finalidade de análise do DNA são sangue, saliva, pelos e principalmente sêmen, sendo este de difícil detecção nas cavidades oral, anal e vaginal, principalmente, até 72 horas do ato sexual, e sua detecção pode variar conforme a idade da vítima e a localização do material genético. Devido à sensibilidade dos materiais biológicos é necessário respeitar procedimentos de manipulação como coleta e armazenamento desses materiais, o tornando elegível para análise (Magalhães *et al.*, 2015).

Com avanço das técnicas em genética forense foi evidenciada a capacidade de identificação em vestígios biológicos mínimos ou parcialmente degradados, resultado especialmente relevante no contexto da violência sexual. Arão (2019) destacam a extensão e a complexidade do genoma humano, com cerca de 3,1 bilhões de nucleotídeos, exigindo a seleção de regiões específicas para análise, o que reforça a necessidade de métodos altamente sensíveis. De forma complementar, o estudo de Jesus *et al.*, 2024 aponta que marcadores como STRs, Y-STRs, SNPs, mtDNA e a utilização da técnica PCR se tornaram fundamentais para estabelecer perfis genéticos confiáveis mesmo em amostras de baixa qualidade. Em casos onde o suspeito não é identificado inicialmente, a fenotipagem forense de DNA (FDP) surge como ferramenta promissora, permitindo que a partir de vestígios seja possível inferir características fenotípicas como cor da pele, tipo físico e características faciais, prováveis do agressor, restringindo regiões geográficas de investigação e auxiliando a polícia na

construção de hipóteses. (Kayser, 2015) (Quadro 1).

### 3.2.1 Short Tandem Repeat (STRs)

Os Short Tandem Repeat (STRs) autossômicos são atualmente o principal método para a identificação de indivíduos em genética forense. Consiste basicamente, em sequências curtas repetidas no DNA nuclear, altamente polimórficas e herdadas de ambos genitores. A análise específica de um *locus* fornece um perfil genético único para cada pessoa, sendo útil para individualizar e concretizar a procedência do material genético (Silva, 2009).

### 3.2.2 Single Nucleotide Polymorphisms (SNPs)

Os Polimorfismos de Nucleotídeo Único são variações em nucleotídeos únicos ao longo do genoma, eles têm sido cada vez mais utilizados como técnica complementar aos STRs, especialmente em amostras altamente degradadas. Além disso, devido ao alto poder discriminatório, pode ser empregado para inferir a identidade, ancestralidade biogeográfica e características fenotípicas do suspeito (Kayser, 2015; Pena, 2005 *apud* Silva, 2009).

### 3.2.3 Short Tandem Repeats do Cromossomo Y (Y-STRs)

Os Y-STRs são sequências repetidas localizadas no cromossomo Y, herdadas exclusivamente pela linhagem paterna, e, portanto, presentes apenas em indivíduos do sexo masculino. São especialmente úteis em casos de violência sexual, principalmente quando a amostra contém uma mistura de DNA masculino e feminino, como em vestígios vaginais pós-violação (Magalhães et al., 2015). A capacidade desses marcadores de detectar traços de DNA masculino evidencia sua relevância em casos inconclusivos para marcadores autossômicos. Ainda que não permita a individualização completa do agressor, uma vez que os perfis são compartilhados entre parentes do sexo masculino, os Y-STRs possibilitam a inclusão ou exclusão de suspeitos e a identificação de compatibilidades em famílias ou grupos com vínculos genéticos paternos específicos (Purps et al., 2015; Robino et al., 2015; Sween et al.,

2015; Ballantyne et al., 2012 apud Arão, 2019; Piza, 2012).

### **3.2.4 DNA mitocondrial (mtDNA)**

O DNA mitocondrial é herdado exclusivamente pela linhagem materna e está presente em grande quantidade nas células, sendo útil em situações de degradação do DNA nuclear ou mesmo quando ausente, a exemplo dos fios de cabelo sem bulbo, ou ambientes hostis, não é considerado um perfil eficaz para individualização, pois indivíduos com a mesma linhagem materna compartilham o mesmo perfil, entretanto funciona como uma importante ferramenta complementar em casos complexos (Jesus *et al.*, 2024).

### **3.2.5 Reação em Cadeia da Polimerase (PCR)**

Conforme defendido por Piza (2005), a reação em cadeia da polimerase é um método altamente sensível, capaz de amplificar microrregiões específicas do DNA o que permite avaliação de amostras degradadas, escassas e até mesmo antigas. Nos casos em que há mistura de fluidos e consequentemente, material genético entre um homem e uma mulher, a reação em cadeia da polimerase é o método escolhido capaz de inibir uma das amostras e individualizar ambos, tornando possível a confirmação de um suspeito.

### **3.2.6 Fenotipagem em genética forense**

A fenotipagem por DNA é uma técnica recente que permite inferir traços físicos (cor dos olhos, cabelo, pele) e ancestralidade a partir do perfil genético, mesmo quando não há suspeitos conhecidos. Isso contribui para direcionar investigações e reduzir o número de suspeitos em casos de agressões sexuais sem testemunhas. Técnicas mais recentes, como a fenotipagem em genética forense, também têm ganhado espaço, permitindo inferir a identidade de um suspeito a partir de características fenotípicas, como cor da pele, tipo físico e características faciais prováveis do agressor, restringindo regiões geográficas de busca. O que pode ser realizado a partir do material genético deixado no local do crime, mesmo quando o

agressor ainda não possui registro em bancos genéticos (Kayser, 2015).

**Quadro 1 - Apresentação dos marcadores moleculares, conforme a descrição, aplicação principal, vantagens e limitações, 2025.**

| Marcador Molecular/Técnicas | Descrição                                                                                                   | Aplicação principal                                                                                                                              | Vantagens                                                                                       | Limitações                                                                                                         | Autor/ano                                              |
|-----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|
| STRs (autossômicos)         | Sequências curtas repetidas do DNA nuclear                                                                  | Identificação individual; comparação genética entre suspeitos e vestígios; base dos bancos de perfis genéticos                                   | Alto poder discriminatório; amplamente aceito juridicamente; gera perfil genético único         | Ineficaz em amostras altamente degradada; exige DNA nuclear íntegro; não utilizado em casos de gêmeos univitelinos | Silva, 2009                                            |
| SNPs                        | Variações em nucleotídeos únicos ao longo do genoma                                                         | Permite inferir ancestralidade e características fenotípicas; atua como complementar dos STR's                                                   | Eficiente em DNA degradado; auxilia na fenotipagem e inferência de origem biogeográfica         | Menor poder de discriminação individual comparado aos STRs; análise mais complexa                                  | Kayser, 2015; Silva, 2009                              |
| Y-STRs                      | Sequências repetidas localizadas no cromossomo Y, herdadas pela linhagem paterna                            | Identificação de DNA masculino em misturas com material feminino, especialmente em casos de violência sexual onde há contato de fluido biológico | Detecta DNA masculino em amostras mistas; útil quando marcadores autossômicos são inconclusivos | Não individualiza completamente o agressor pois são compartilhados entre parentes do sexo masculino                | Magalhães <i>et al.</i> , 2015; Arão, 2019; Piza, 2012 |
| mtDNA                       | Material genético presente nas mitocôndrias, herdado pela linhagem materna, com múltiplas cópias por célula | Análises em fios de cabelo sem bulbo, ossos e amostras degradadas; identificação em ausência de DNA nuclear                                      | Alta resistência à degradação; útil quando o DNA nuclear está ausente                           | Não permite individualização total; indivíduos da mesma linhagem materna compartilham o mesmo perfil               | Jesus <i>et al.</i> , 2024                             |
| PCR                         | Técnica de amplificação de regiões específicas de DNA                                                       | Amplificação de DNA em amostras mínimas                                                                                                          | Alta sensibilidade, análise de amostras mínimas ou degradadas, individualiza vítima e agressor  | Requer condições controladas em laboratório                                                                        | Piza, 2012                                             |
| Fenotipagem por DNA         | Técnica que permite inferir traços físicos                                                                  | Auxilia investigações sem suspeitos conhecidos, reduzindo o número de possíveis autores                                                          | Permite prever características físicas e origem biogeográfica; útil em casos sem banco de dados | Ainda possui margem de incerteza; não substitui a identificação direta por DNA                                     | Kayser, 2015                                           |

Fonte: Elaboração Própria (2024)

### 3.3 A GENÉTICA FORENSE COMO INSTRUMENTO DE PROVA EM CRIMES SEXUAIS

A correlação entre a genética forense e os crimes sexuais é imprescindível e cada vez mais relevante para a sociedade. Em casos nos quais há presença de sêmen

ou contato corporal, a análise de DNA possibilita identificar o agressor com elevada precisão, mesmo em contextos de mistura de material genético. Quando essa análise é bem conduzida, pode representar a única prova objetiva de um crime, especialmente quando a vítima é mulher (Magalhães *et al.*, 2015; Piza, 2012; Jesus *et al.*, 2024).

### 3.4 REDE INTEGRADA DE BANCOS DE PERFIS GENÉTICOS

Em crimes sexuais, a análise de DNA torna-se especialmente crucial, pois possibilita identificar o agressor com elevada acurácia, contribuindo significativamente para a responsabilização criminal e a proteção das vítimas. No Brasil, a institucionalização da genética forense foi fortalecida com a criação da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, por meio da Lei nº 12.654/2012, coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. Essa rede interliga não só todo território nacional, mas atua também a caráter internacional em conjunto com a Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL), onde os perfis genéticos de suspeitos ou condenados, vestígios de locais de crime e amostras de vítimas, serão confrontadas entre os bancos de dados permitindo a elucidação de casos de forma mais ágil e precisa em território nacional e internacional (BRASIL; RIBPG, 2024).

### 3.5 ATUAÇÃO DO BIOMÉDICO NAS CIÊNCIAS FORENSES

Nesse cenário, o biomédico emerge como um profissional de grande relevância, pois sua formação acadêmica é respaldada por conhecimento técnico-científico em biologia molecular, genética e análises clínicas, habilitando o profissional a atuar em todas as etapas da análise de DNA — desde a coleta, extração até a interpretação dos perfis genéticos (Chumpitaz, 2023).

Além da contribuição técnica, o papel do biomédico na genética forense assume também uma dimensão social, ao colaborar para a produção de provas científicas que fundamentam processos criminais. Esse profissional atua diretamente na promoção da justiça social, na responsabilização dos agressores e na reparação simbólica das vítimas. Como argumentado por Magalhães *et al.*, (2015), a ciência forense, quando aplicada com rigor ético e científico, constitui um elo poderoso entre

a ciência e os direitos humanos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho teve como objetivo analisar a utilização da análise de DNA como ferramenta científica na identificação de suspeitos em crimes sexuais contra mulheres no estado da Bahia, destacando sua importância na elucidação dos casos e na promoção da justiça criminal. A revisão integrativa permitiu constatar que a genética forense se consolidou como recurso essencial, sobretudo pela aplicação de marcadores moleculares como STRs, Y-STRs, SNPs e DNA mitocondrial, que viabilizam a individualização de suspeitos mesmo em situações de amostras degradadas ou de difícil interpretação. Além de destacar técnicas como a Reação em Cadeia da Polimerase (PCR) que, desempenha papel fundamental no processo de identificação e individualização, ao permitir a amplificação de pequenas quantidades de DNA, tornando possível a obtenção de perfis genéticos mesmo em vestígios mínimos, e a técnica recém implementada nas ciências forenses como a fenotipagem genética que, surge como abordagem promissora sendo capaz de inferir características físicas e biogeográficas do suspeito, complementando a identificação tradicional baseada em marcadores genéticos.

Os achados evidenciam que a prova genética assume papel central em crimes sexuais, frequentemente constituindo em muitos casos o único elo objetivo entre agressor e vítima, o que reforça sua relevância para a responsabilização criminal e para a proteção dos direitos das mulheres. A Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG) mostrou-se como instrumento estratégico, contribuindo para a agilidade e precisão das investigações em território nacional e internacional.

Outro ponto de destaque foi a atuação do biomédico, que, em razão de sua formação técnico-científica, encontra-se apto a atuar em todas as etapas da análise genética forense. No entanto, na realidade baiana, essa atuação ainda carece de maior institucionalização, o que limita sua contribuição efetiva para o fortalecimento das perícias criminais.

Este estudo apresentou, contudo, algumas limitações. A principal refere-se à

escassez de literatura científica que trate especificamente da aplicação da genética forense no contexto da Bahia. Para contornar essa lacuna, os dados e referências foram interpretados e adaptados a partir de estudos nacionais e relatórios oficiais, de modo a aproximá-los da realidade local. Tal fato reforça a necessidade de novas pesquisas que enfoquem diretamente o cenário baiano, permitindo maior aprofundamento e especificidade. Apesar dessas limitações, este trabalho é relevante por oferecer uma síntese atualizada sobre a importância das análises de DNA na elucidação de crimes sexuais e por evidenciar a necessidade de fortalecimento da RIBPG e da inserção do biomédico no sistema pericial. Além de seu valor científico, possui também relevância social, pois contribui para o debate sobre a proteção das mulheres e a efetividade da justiça criminal no Brasil.

Em perspectiva futura, recomenda-se ampliar os estudos voltados ao estado da Bahia, incentivar a produção científica regional e fortalecer políticas públicas que assegurem a expansão da genética forense como instrumento de justiça social. Dessa forma, será possível avançar não apenas na responsabilização dos agressores, mas também na construção de uma sociedade mais justa e comprometida com a dignidade das vítimas.

## REFERÊNCIAS

ALCANTARA, A. L. S.; ALARCÃO, C. O. C. **Identificação de suspeitos de casos de abuso sexual**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Biomedicina) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2024. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/7635>. Acesso em: 9 abr. 2025.

ARÃO, G. O. L. **Banco de dados de perfis genéticos Y-específicos como ferramenta na investigação de crimes sexuais**. 2019. Dissertação (Mestrado em Genética) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4270>. Acesso em: 24 maio 2025.

BAHIA. Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. **Boletim epidemiológico da luta contra a violência à mulher**, n. 5. Salvador: SESAB, 2020. Disponível em: [https://www.ba.gov.br/saude/sites/site-sesab/files/migracao\\_2024/arquivos/wp-content/uploads/2017/11/boletimLutaContraViolenciaMulherNo05\\_2020.pdf](https://www.ba.gov.br/saude/sites/site-sesab/files/migracao_2024/arquivos/wp-content/uploads/2017/11/boletimLutaContraViolenciaMulherNo05_2020.pdf). Acesso em: 9 abr. 2025.

BARBOSA, R. P.; ROMANO, L. H. História e importância da genética na área forense. **Revista Saúde em Foco**, n. 10, p. 300-307, 2018. Disponível em:

[https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/041\\_Hist%C3%B3ria\\_e\\_Import%C3%A2ncia\\_da\\_Genetica\\_Forense.pdf](https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/041_Hist%C3%B3ria_e_Import%C3%A2ncia_da_Genetica_Forense.pdf). Acesso em: 9 set. 2025.

BATISTA, F. S. et al. O papel do biomédico na perícia criminal através da análise forense de amostras biológicas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 10, p. 1628-1644, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/16019>. Acesso em: 1 maio 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 30 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **XXI Relatório da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/ribpg/relatorio/xxi-relatorio-da-rede-integrada-de-bancos-de-perfis-geneticos-novembro-2024.pdf/view>. Acesso em: 1 maio 2025.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Na Bahia, Ligue 180 registra aumento de 27,3% nas denúncias em 2024. **Gov.br**, Brasília, DF, 19 ago. 2024. Disponível em: <https://bahia.ba/bahia/ligue-180-registra-aumento-de-273-nas-denuncias-em-2024-no-estado/>. Acesso em: 4 maio 2025.

CHUMPITAZ, J. C. B.; BARROSO, R. L.; RODRIGUES JUNIOR, O. M. Atuação do biomédico na perícia criminal. **Revista FT**, [S. l.], v. 27, n. 127, 31 out. 2023. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10067388>. Disponível em: <https://revistaft.com.br/atuacao-do-biomedico-na-pericia-criminal-2/>. Acesso em: 1 maio 2025.

JEFFREYS, A. J.; WILSON, V.; THEIN, S. L. Hypervariable 'minisatellite' regions in human DNA. **Nature**, v. 314, n. 6006, p. 67-73, 1985. DOI: <https://doi.org/10.1038/314067a0>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/3856104/>. Acesso em: 1 maio 2025.

JESUS, G. C.; CANDIDO, G. C.; SOUZA, M. T. N.; FERREIRA, N. C. **O DNA utilizado como ferramenta na resolução de crimes sexuais**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Biomedicina) – Ânima Educação, [S. l.], 2024. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/edab6a21-8e81-4d34-b4c2-5b17607c085a>. Acesso em: 25 nov. 2025.

KAYSER, M. Forensic DNA phenotyping: predicting human appearance from crime scene material for investigative purposes. **Forensic Science International: Genetics**, v. 18, p. 33-48, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.fsigen.2015.02.003>. Acesso em: 1 maio 2025.

MAGALHÃES, T. et al. Biological evidence management for DNA analysis in cases of sexual assault. **The Scientific World Journal**, v. 2015, art. 365674, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1155/2015/365674>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26587562/>. Acesso em: 9 abr. 2025.

OLIVEIRA, V. C. S. S.; SANTOS, E. S.; SANTOS, E. D. F. M. S. A importância da biomedicina forense na elucidação do crime de abuso sexual na cidade de Imperatriz-MA. **Revista Foco**, v. 16, n. 11, 2023. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/3677>. Acesso em: 1 maio 2025.

PIZA, P. B. T. **Análise genética dos vestígios de crimes sexuais**. 2012. 81 f. Dissertação (Mestrado em Genética) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2342>. Acesso em: 24 maio 2025.

SANTANA, C. M. M.; ABDALLA-FILHO, E. Banco Nacional de Perfis Genéticos Criminal: uma discussão bioética. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 8, n. 1-4, p. 31-46, 2012. DOI: <https://doi.org/10.26512/rbb.v8i1-4.7775>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbb/article/view/7775>. Acesso em: 1 maio 2025.

SILVA, J. D. R. **O DNA como ferramenta na investigação criminal**. 2009. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Perícia Criminal) – Faculdade Câmara Cascudo, Natal, 2009. Disponível em: [http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/pmrn\\_de/DOC/DOC000000000180589.PDF](http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/pmrn_de/DOC/DOC000000000180589.PDF). Acesso em: 21 nov. 2025.

SILVA, M. M. S.; SILVA, A. J. A.; SALES, W. S. Genética forense e sua contribuição na investigação criminal no Brasil: revisão crítica de literatura. **Revista Foco**, v. 16, n. 11, e3658, 2023. DOI: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n11-135>. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/3658>. Acesso em: 24 maio 2025.

SOUZA, M. P. M. et al. Processamento e análise de backlog de vestígios de crimes sexuais pelo Laboratório Forense da Polícia Científica do Amapá. **Revista Brasileira de Criminalística**, v. 12, n. 5, p. 137-144, 2023. DOI: <https://doi.org/10.15260/rbc.v12i5.719>. Disponível em: <https://www.rbc.org.br/index.php/rbc/article/view/719>. Acesso em: 6 maio 2025.

## IV - RESSIGNIFICAR A METODOLOGIA DE ENSINO DOS TESTES PSICOLÓGICOS NA GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Rita Cristiane Ramacciotti Gusmão Soares<sup>7</sup>

### RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar as metodologias utilizadas no ensino dos testes psicológicos na graduação em Psicologia. Os dados obtidos não evidenciam conclusões precisas, tão pouco esgotam o assunto. Ao contrário, possibilitam uma visão mais ampla da problemática: Não houve a pretensão de reunir toda a literatura sobre o assunto, mas ter uma melhor compreensão das formas de ensiná-los, percebendo os contrastes que caracterizam o ensino dos mesmos, aliados a profundidade dos conteúdos relacionados à sua aplicabilidade. Pretendeu-se também, subsidiar profissionais da área de metodologia/psicologia na busca de alternativas que possam favorecer na qualidade dos futuros profissionais. Se faz necessário, novos estudos que promovam a construção de uma metodologia mais eficiente no ensino dos testes psicológicos.

**Palavras-chave:** Metodologia de Ensino, Psicologia, Testes psicológicos.

### ABSTRACT

This study aimed to analyze the methodologies used in teaching psychological testing in undergraduate psychology programs. The data obtained do not provide definitive conclusions, nor do they exhaust the subject. On the contrary, they offer a broader perspective on the issue. There was no intention to gather all the literature on the topic, but rather to achieve a better understanding of the methods used to teach psychological testing, recognizing the contrasts that characterize its instruction, together with the depth of the content related to its application. The study also aimed to support professionals in the fields of methodology and psychology in their search for alternatives that may contribute to improving the quality of future practitioners. Further studies are needed to promote the development of a more effective methodology for teaching psychological testing.

**Keywords:** Teaching Methodology, Psychology, Psychological Tests.

<sup>7</sup> Doutora em Ciências da Educação; Mestre em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social; graduada em Letras, Ciências Econômicas, Pedagogia e Psicologia. Professora da FCG.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo foi construído a partir de levantamento bibliográfica e denota a contribuição do avanço científico e tecnológico que os testes psicológicos devem ter, mediante o processo ensino-aprendizagem na graduação de Psicologia, incluindo educadores capacitados e alunos motivados pelo interesse no aprofundamento dos estudos teórico e prático desses testes. Durante o Curso de Graduação em Psicologia da UNIFTC, ao observar as escolhas realizadas pelos Professores na transmissão do conhecimento, me propus a escrever sobre a metodologia de ensino dos testes psicológicos na graduação de Psicologia. A partir das aulas expositivas durante o primeiro semestre do ano letivo da UNIFTC, comecei a questionar o lugar dos testes na prática e no contexto do psicólogo, sobretudo diante da relevância deles como instrumentos auxiliares para o adequado tratamento terapêutico dos pacientes. Motivou-me, assim, auferir uma melhor compreensão do quanto o profissional de psicologia, advindo da graduação, está preparado para a aplicação eficaz desses testes psicológicos, ou, se, pelo contrário, impõe-se a necessidade de cursos específicos que complementem, nesse aspecto, a sua formação acadêmica. Assim, fiz uma pesquisa objetivando verificar se é essencial, na formação acadêmica do psicólogo, aprender a trabalhar com os testes psicológicos desde à graduação em Psicologia, ou, se esse aprendizado seria restrito ao curso de extensão ou ao nível da pós-graduação.

Ainda se observa, nos cursos de Psicologia, métodos de ensino basicamente centrados em aulas expositivas, com o uso de leituras de livros, manuais e periódicos e com o uso de lousas, práticas convencionais insuficientes frente a evolução de novas tecnologias. Ademais, a utilização de métodos pedagógicos em ambientes tecnológicos convida e estimula o empenho do aluno em pesquisar a aprender mais, o que também justifica a elaboração desse estudo. (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2012, p. 21)

Conforme discutido por Bock (2001), a Psicologia constitui-se como um campo relativamente recente no cenário brasileiro de ensino e produção científica. Observa-se que é uma área relativamente nova enquanto campo de ensino e pesquisa no contexto brasileiro. A profissão de psicólogo no Brasil ocorreu a partir da promulgação

da Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962 (BRASIL, 1962). No Estado da Bahia, verifica-se um crescimento significativo na expansão dos cursos superiores de Psicologia, existindo, atualmente, 34 faculdades /universidades que oferecem o referido curso. Especificamente em Salvador e região metropolitana contabilizam-se 18 dessas instituições, sendo que 16 estão situadas no interior do estado. Dessa forma, constata-se que a estabilização de diversos cursos superiores em Psicologia como campo científico/profissional exige não apenas a ampliação do número de cursos, mas o fortalecimento de critérios acadêmicos e éticos que favoreçam uma formação adequada e comprometida com as inúmeras demandas.

É observado que o emprego dos testes, de forma adequada pelos psicólogos, impõe conhecimentos teórico e prático. Dessa forma, se faz necessário um debate constante no que diz respeito a qualidade de ensino dos cursos de graduação em psicologia, objetivando resultar no exercício da profissão com consciência crítica, atento às demandas sociais e proporcionando um extenso e amplo leque de conhecimento, competências e atitudes, individualizando devidamente os campos científico e profissional de tão relevante área do saber.

De acordo com Calais e Pacheco (2001), verifica-se que nas matrizes curriculares dos cursos de Psicologia, abordam-se as teorias de forma segmentada, podendo comprometer a construção de uma visão integrada do conhecimento psicológico. Dessa forma, se torna essencial uma formação articulada aos processos de transformação social, que valorize a atuação em equipes multidisciplinares e promova conhecimentos sólidos com a complexidade da realidade profissional.

Alchieri e Cruz (2003) questiona características e competências, socialmente construídas, para os psicólogos que realizam avaliações psicológicas, e lança a mão da pergunta: 'É possível aferir um perfil do sujeito que a vivencia? "É complexo responder à questão, uma vez que as exigências técnicas dos órgãos competentes não têm como fiscalizar a prática desse profissional. E ainda, não é possível caracterizá-las e defini-las por sua finalidade, dado que a atividade pressupõe a construção de conhecimentos teóricos, metodológicos e instrumentais adquiridos nas suas formações. "Assim, a aplicação dos testes psicológicos é considerada importante

no procedimento de avaliações, porém este é apenas um dos recursos que podem ser utilizados. " (ALCHIERI; CRUZ, 2003)

A aplicação dos testes psicológicos desempenha um papel relevante no processo de avaliação, porém este é apenas um dos recursos que podem ser utilizados. O diferencial está na interpretação que é dada ou atribuída aos resultados à medida que as informações são compiladas pelo profissional que necessitam de segurança, competência e habilidades.

As diferentes áreas de atuação exigem critérios próprios de avaliação, demonstrando que não existe um modelo único de atuação nem normas completamente uniformes para guiar a prática profissional dos psicólogos. Dessa forma torna-se necessário e urgente a atuação do Conselho Federal de Psicologia objetivando a ampliação de normas que subsidiem a qualificação dos testes utilizados pelos psicólogos.

Muito embora, na literatura pesquisada, a ênfase dada aos testes seja de recursos auxiliares, ressalta-se a importância deles nas práticas do psicólogo, a fim de corroborar ou não com os autores dos mesmos, sendo a utilização dos testes condição *sine qua non* para ampliar de modo significativo as amostras para validação e/ou adequação de muitos testes já existentes, bem como, o desenvolvimento de novos. Tornando-se, na prática o diferencial do profissional de Psicologia no intuito de fazer jus ao seu uso restrito, transformando ainda mais a profissão para melhor como ciência na teoria e verdadeira arte na prática.

Embora sejam instrumentos, muitas vezes, relevantes, os testes psicológicos, são muito criticados e seus resultados postos em dúvidas. Noronha (2002) identificou que grande parte da amostra de psicólogos estudada não utiliza testes psicológicos e que dentre os problemas listados, encontra-se a própria fragilidade do material, o uso inadequado dele e a formação profissional insatisfatória em relação à área. Almeida et al. (1998) discorrem que usar materiais inadequados para os objetivos da avaliação, xerocar folhas de resposta, realizar avaliações incorretas, não ter clareza das limitações dos instrumentos, usar testes não adaptados para as diferentes realidades, dentre outros, são os problemas mais delatados na prática dos testes.

Destaca-se que, um ensino para ser considerado, se faz necessário os testes psicológicos estejam de acordo com critérios de qualidade, de maneira que os instrumentos sejam confiáveis e subsidiem a competência profissional, quando utilizados nos diversos cenários. De acordo com a resolução do CFP (2001, 2003), os testes psicológicos devem estar devidamente fundamentados teoricamente e respaldados por evidências empíricas de validade e precisão das interpretações atribuídas aos escores. Assim, é indispensável que demonstrem de maneira clara o aparelho de correção e interpretação dos resultados, apontando as conjecturas que amparam os procedimentos utilizados.

Machado (2007) explica que, o emprego dos testes psicológicos é proporcionar as diferenças entre os sujeitos ou entre as reações de um mesmo indivíduo em diferentes ocasiões. Atualmente é imperativo uma noção básica sobre os testes, não somente por aqueles que os constroem como também dos que empregam suas implicações como fonte de dados para tomar decisões sobre os outros (Anastasi & Urbina, 2000). Infelizmente, muitos profissionais ainda realizam ou realizaram uso indevido dos testes psicológicos, o que gera movimentos de refutação desses instrumentos. O uso acertado dos testes está diretamente ligado, dentre outros diversos fatores, a uma formação qualificada e consistente.

Neste sentido, como se vê, é urgente uma metodologia que abarque não apenas a necessidade de estudos científicos na área, mas que amplie a vivência prática dos futuros profissionais com supervisão e fiscalização do respeito aos instrumentos psicológicos.

Até o momento, de acordo com o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) (junho, 2024), existem 160 testes favoráveis, para utilização restrita do psicólogo, um número ainda pequeno. Os testes psicológicos no Brasil, são considerados como de uso exclusivos dos profissionais de psicologia, amparados pela Lei nº 4.119/62 (CFP, 2001). Sendo autorizado a ser usado em diversos prognósticos, e ambientes diferentes como: centros educacionais, para avaliação de perfis em empresas, avaliação como requisito para habilitação de trânsito e em clínicas-escolas de universidades, com objetivos de traçar diagnósticos. Observa-se de que cada vez mais áreas e contextos profissionais requerem a utilização da testagem psicológica,

despertando interesse maior. Entretanto, à medida que a testagem psicológica expande suas áreas de aplicação, o risco de mau uso dos instrumentos e faltas éticas variadas tende a aumentar.

Alguns aspectos que favorece a não utilização dos testes estão diretamente relacionados, à má qualificação e/ou ao uso indevido por psicólogos. Nesse aspecto, a pesquisa de Noronha e Alchieri (2002) assinalou diversos vieses antagônicos relacionados ao uso de testes psicológicos, que se mencionam à falta de análises científicas que pesquisam os parâmetros psicométricos inadequados e da pouca qualidade dos instrumentos disponibilizados comercialmente.

Os testes psicológicos configuram-se como sendo um contexto acadêmico tradicional, porém, deixa a desejar uma vez que é de difícil interpretação para muitos e passa por constantes mudanças, no cenário atual. Percebe-se uma controvérsia na matriz curricular. Diante desse contexto, este estudo teve como objetivo analisar as metodologias empregadas no ensino dos testes psicológicos na graduação em Psicologia.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A profissão de Psicólogo no Brasil firmou-se a partir da Lei nº 4.119/62, que determinou diretrizes para o labor profissional e para os cursos de graduação (Bock; Furtado; Teixeira, 2001). No contexto da formação acadêmica, o uso dos testes e a avaliação psicológica configuram-se como componentes técnicos essenciais da prática do psicólogo.

Os testes psicológicos são ferramentas que ajudam a chegar aos diagnósticos e o uso adequado exige domínio teórico, metodológico e ético. Anastasi e Urbina (2010) destacam que a aplicação correta dos testes depende tanto do conhecimento técnico dos instrumentos quanto da capacidade do profissional de interpretar criticamente os resultados. Machado e Morona (2007) reforçam que a qualidade da avaliação está diretamente relacionada à formação recebida durante a graduação.

Entretanto, estudos indicam fragilidades na formação do psicólogo no que diz respeito ao ensino a tais ferramentas. Calais e Pacheco (2001) apontam a fragmentação curricular como um dos fatores que dificultam a articulação entre teoria e prática. Noronha (2002; 2004) evidencia que a formação insuficiente contribui para o uso inadequado dos instrumentos, a escolha de testes não validados e interpretações equivocadas.

Alchieri e Cruz (2003) ressaltam que os diagnósticos provenientes de avaliação não se limitam à aplicação dessas ferramentas, mas envolve a integração de diferentes métodos e técnicas, sendo a interpretação dos dados o principal diferencial do profissional. Dessa forma, a metodologia de ensino deve favorecer a reflexão crítica e a contextualização da prática avaliativa.

No âmbito educacional, a predominância de métodos tradicionais, centrados em aulas expositivas, mostra-se insuficiente diante das transformações tecnológicas e das demandas contemporâneas da formação profissional. Nesse contexto, torna-se necessária a adoção de práticas pedagógicas que promovam maior participação dos estudantes no processo de aprendizagem. Conforme Moura, Lima Filho e Silva (2012), a formação deve articular teoria e prática, favorecendo uma aprendizagem contextualizada e crítica. Aliada a essa perspectiva, a utilização de recursos tecnológicos e de metodologias ativas pode ampliar o engajamento dos estudantes, estimular a autonomia e qualificar o processo de ensino-aprendizagem.

Outrossim, o Conselho Federal de Psicologia estabelece normas que regulamentam o uso dos testes psicológicos, exigindo fundamentação teórica, evidências de validade e precisão, bem como procedimentos éticos de aplicação e interpretação (CFP, 31/2022). Tais diretrizes reforçam a necessidade de repensar a metodologia de ensino dos testes psicológicos na graduação em Psicologia, visando a uma formação mais crítica, ética e tecnicamente consistente.

## 2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A PSICOLOGIA DA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO

A Psicologia nasce através de diversas teorias divergentes e é considerada uma ciência nova, surgindo na segunda metade do século XIX e se consolidando

como ciência em 1879, com o aglomerado de abordagens distintas sobre o comportamento e à compreensão do sujeito, seu debate interdisciplinar se fez com outras disciplinas, como a Filosofia, a pedagogia, a Biologia e a Sociologia. (Bock, 2001).

Aqui no Brasil, a formação dos psicólogos advém de cursos superiores com duração de cinco anos/dez semestres ofertados por instituições particulares ou públicas e segundo Pfromm Netto (1991, apud NORONHA et al., 2003), os testes psicológicos constituem instrumentos fundamentais para a avaliação psicológica, desde que utilizados de forma técnica e científica. A formação aborda os seguintes objetivos: promover ferramentas, conhecimento às expectativas do profissional para o labor psicológico; viabilizar ao discente um amplo repertório de saberes, integrando subsídios de diferentes matrizes teóricas e campos do conhecimento para a ciência e fomentação a produção de conhecimento.

Ainda que esses objetivos tenham sido delineados para a formação geral em Psicologia, ainda estão relacionadas para a desenvolvimento peculiar em avaliação ou em outras áreas de saberes, levando em conta o psicólogo avaliador precisa estar amparado para as diversas demandas do mercado profissional, necessita identificar com profundidade referenciais metodológicos e teóricos básicos para a aplicação da avaliação psicológica.

Entretendo, na aplicação dos testes, muitas vezes não é isto que acontece. Segundo Buettner (1997) apud Noronha “o que observamos é que o aluno sai da universidade sem a competência necessária para o exercício profissional. Os cursos de graduação, mesmo quando propiciam uma boa formação, o que não ocorre com a grande maioria, enfocam uma formação básica e genérica” (p. 16).

Na contramão dos fatos, Noronha (2003) cita que os estudos de Witter, Yukimitsu e Gonçalves (1992) destacam que o processo de formação do futuro psicólogo, na maioria das vezes, apresenta limitações, confirmando a necessidade de aprendizados em outros cursos, seja de cursos de pós-graduação ou extensão, porém, lamentavelmente, muitos formandos não buscam ampliar tais conhecimentos.

Em Salvador – BA, nos últimos anos nota-se o crescimento vertiginoso das Instituições de Ensino Superior, em atendimento a uma demanda por formação no 3º grau, com escassos estudos que demonstrem a atuação do Psicólogo- Professor de testes psicológicos nestas instituições. Sendo assim, a pretensão é que esse estudo possa identificar: Quais as práticas laborais que desempenham estes psicólogos, as dificuldades de inserção perante as exigências do mercado a que está submetido, com o recorte específico da sua atuação na Faculdade de Tecnologia e Ciências de Salvador – BA, contextualizando a conscientização sobre as suas atribuições e postura crítica adotada. A fim de obter informações significativas, possibilitando uma visão panorâmica dos limites e uma identificação dos mecanismos utilizados para enfrentar as necessidades oriundas da relação entre o exercício profissional e as transformações da formação acadêmica, tentando um melhor entendimento destes processos.

## 2.2 A PSICOLOGIA E A METODOLOGIA

Pode-se afirmar que ainda é muito polêmico uma definição sobre a psicologia. A maneira de como se define e analisa o objeto na psicologia fica condicionada a cada concepção teórica que o indivíduo sustentado em cada teoria. Tentando-se aproximar da complexidade que é o ser humano, pode-se dizer que este não está apenas submetido a estímulos, e, utilizando-se da visão psicanalítica, pode-se inferir que ele é um ser de desejo, de pulsão e de relação, inserido no espaço e no tempo.

Há diferentes abordagens na psicologia que resultam em formular um saber inadequado do indivíduo. Isso acontece nos impactos internos, nos sentimentos, desejos e comportamentos. Evidencia-se a necessidade entendê-la como uma maneira de transformar e questionar da sociedade e validar sua dimensão progressista, bem como um elemento estruturante para o discente em que todo a sua rotina conduza em função dela de modo que, correlacionando à metodologia, percebe-se que concentrando seus esforços para seu bem-estar independentemente do aumento da lucratividade e produtividade das organizações, vai muito mais além dos modelos, onde se exige pesquisa e novas tecnologias sobre comportamento e psiquismo humano.

Desta forma, a interface entre psicologia e a metodologia é um tema que não reside nas particularidades de próprias de cada atividade, mas na valorização e no significado social que lhes são atribuídos. A ciência, assim como a psicologia, se estabelece sob a interferência da história e do processo de modificações da coletividade. A história, das diversas sociedade demonstra dificuldades com alguns valores, princípios e crenças que procuram respostas, com base em soluções e de suas subjetividades. Dessa forma, aparecem o início dos estudos com escopo para orientação escolar e profissional, por meio aferição das funções cognitivas. O emprego da escala métrica para considerar indivíduos foi uma das mais relevantes atividades dos psicólogos no início do século XX. Já nos centros educacionais, foi uma das primeiras funções desempenhada pelos psicólogos a qualificação das habilidades e a classificação diagnóstica das crianças quanto à habilidade de aprendizado nos conteúdos escolares.

Sendo assim, destaca-se a responsabilidade das instituições de ensino com o discente, levando em conta a responsabilidade e a preocupação que o professor deve ter em formar bons profissionais para o mercado de trabalho. Psicologia e Metodologia devem ser observadas como indissociável, o alicerce, para progredir na compreensão dessas áreas do saber, já que a função executada pelos dois é de grande valia.

O professor-educador de teste psicológico é obrigatoriamente um psicólogo que também precisa abordar o discente de forma que atinja suas subjetividades e a formação de sua personalidade, levando em conta suas características de autonomia e assimilação. A psicologia e a metodologia por outro prisma são difíceis e invadem diversos fatores, que podem influenciar positiva ou negativamente. Considerando como objetivo a fase da infância, a psicologia e a metodologia têm debatido muito sobre os fatores dos processos e dimensões da aprendizagem e do desenvolvimento, para entender a multidimensionalidade do processo ensino-aprendizagem, em analogia ao comportamento no cotidiano escolar, as diversas dificuldades pertinentes à agressividade, à apatia.

Exige-se muito, tanto dos psicólogos quanto dos doentes e escassos têm sido os instrumentos fornecidos para que possam, na prática, trabalhar com toda demanda. Na maioria das ocasiões, acredita-se que possam ser cumpridas todas as atividades de maneira competente e com recursos necessários para subsidiá-los.

### 2.3 DILEMAS E DESAFIOS DE ENSINO DOS TESTES

Acreditar que a metodologia do ensino a distância é a melhor maneira de economizar nas contas orçamentárias, com o uso adequado de tecnologia, é uma ilusão. Ao avesso do que tem se mostrado, a conexão das novas metodologias de ensino não constitui capitalização de custos: o docente precisa ser reconhecido em seu empenho desde a graduação e a necessidade de novos cursos necessita de uma revisão, para além dos recursos tecnológicos. Com certeza a aplicação de recursos em capacitação de professores com ferramentas digitais resulta em acréscimo de rendimento dos ambientes virtuais, contudo, a perspectiva significa maiores ganhos, impedindo não somente o baixo rendimento educacional, como as insatisfações oriundas dele e do desajustamento às pressões da sociedade.

As metodologias, que ensinam testes deve partir da reflexão, cabe uma definição de como poderia ser a qualificação. Quais recursos precisam ser aplicados? É preciso uma série de "treinamentos" necessários à práxis de uma educação reflexiva dos testes. Ou a ponderação de conhecimentos novos de emprego de mecanismos voltados as técnicas objetivando o alicerce de inovadoras metodologias, com o uso de materiais inovados podem conceber os meios tecnológicos, didáticas modernas ou métodos de educação, lembrando que serão meios de aquisição de conhecimento como propósito de saberes e contemplação, garantindo sua análise crítica aos processos educativos. Porém, há uma ameaça de submissão à produção industrial.

Na sua formulação teórica NORONHA (2002) ressalta que nos últimos quinze anos, houve um descrédito, em relação aos testes psicológicos. Muitas críticas em relação as subjetividades do Brasil. Os problemas dos testes aplicados no território brasileiro destacam: simplicidade nas escalas que são avaliadas nos testes, isto é, a confusão da presunção na hipótese que auxilia a constituição do instrumento; limitação observada na competência do profissional em entender os resultados obtidos para comparar e relacionar as inúmeras implicações descobertas, pelos testes ou de alguma outra metodologia empregada.

Esse fato diz respeito inicialmente à competência do psicólogo que busca usar os recursos, às falhas adequadas nos testes disponíveis, bem como a carência de pesquisas científicas que contribuam de maneira positiva ao avanço do campo de conhecimento. Neste contexto em que dominam contestações e debates,

permanecem duas inquietações basais: quanto a avaliação precisa ser compreendida e usada pelos psicólogos e de que forma ela precisa ser disponibilizada, sugestiva e instruída nos demais cursos de preparação complementar.

É urgente e necessário que os estudos na área fiquem dedicados a novas pesquisas para elaboração de novos instrumentos, com a modernização de testes existentes, com a averiguação dos critérios psicométricos dos testes, bem como a resolução de dificuldades que permeiam a avaliação psicológica. Diante do exposto, cabe destacar que:

(...) cabe exclusivamente ao psicólogo a responsabilidade pela qualidade da aplicação dos testes psicológicos, sendo esta condição essencial para a obtenção de um resultado fidedigno", "(...) o psicólogo deverá respeitar rigorosamente as instruções, os exemplos, o tempo e outras orientações que se encontram no manual ou no próprio caderno de teste, evitando quaisquer improvisações que possam comprometer todo o processo de validade do instrumento" (Wechsler, 1999, p. 137).

### 3 METODOLOGIA

Este artigo científico foi amparado pela pesquisa exploratória, de enfoque qualitativo, básica e bibliográfica. A investigação foi desenvolvida a partir da revisão bibliográfica

Na primeira etapa, buscou-se uma revisão bibliográfica, trazendo conteúdos de livros, artigos científicos, dissertações, teses, documentos institucionais e resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP), com destaque sobre o tema da metodologia de ensino das ferramentas de avaliação psicológica, como os testes psicológicos e avaliação e da capacitação do futuro profissional da psicologia.

Na etapa seguinte, foram destacados o material bibliográfico estudado, observando diretrizes de relevância, boletins e contribuições atuais para o assunto indicado. Os recursos procederam-se de maneira rigorosa, colocando em destaque trabalhos que trouxessem prioritariamente a capacitação dos alunos na avaliação psicológica e a formação na graduação em Psicologia.

Posteriormente, conduziu-se na compreensão detalhada dos textos selecionados, objetivando-se analisar semelhanças, polêmicas e ausência de assuntos direcionados ao tema. Essa fase permitiu a constituição de divisões conteúdos pertinentes à desenvolvimento das ferramentas em testes psicológicos, às práticas educacionais e aos problemas existentes no ensino da avaliação psicológica.

Na quarta etapa, direcionada aos objetivos do artigo e à condição da educação em Psicologia. Essa quarta etapa permitiu uma análise crítica a respeito das evidências científicas para compreender o ensino dos testes psicológicos na formação profissional de psicologia.

Por fim, as conclusões obtidas na revisão bibliográfica embasaram a formação das considerações finais, enfatizando a relevância de metodologias de estudo que agreguem teoria, prática e reflexão crítica na graduação do futuro psicólogo.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Embora, na literatura pesquisada, a ênfase dada aos testes seja de recursos auxiliares, ressalta-se a importância deles nas práxis do psicólogo, uma vez que os mesmos contribuem para realizar um melhor psicodiagnóstico. Logo, os testes marcam o diferencial do profissional de Psicologia, no intuito de fazer jus ao seu uso restrito, transformando ainda mais a profissão para melhor como ciência na teoria e verdadeira arte na prática. Sugere-se que só especialistas ensinem testes, fundamentados no rigor técnico e ético, evitando-se assim danos irreparáveis à sociedade.

Este artigo científico teve como relevante, visando apontar para baixa produção de investigações científicas nesta área, contemplando testes psicológicos relacionados à metodologia, além de se destacar a importância de investir e impulsionar as pesquisas que deem suporte e eventuais explicações sobre a relação entre o ensino dos testes psicológicos e metodologia, possibilitando o aumento da cientificidade de ambas às ciências.

Dentre as competências consideradas essenciais para a labor da profissão se faz necessário o domínio tanto teórico quanto prático dos testes, conhecimento científico, competência, análise crítica, concentração, empenho e gosto por estudos na área e pesquisas, empenho no interesse do comportamento humano, tolerância e conduta ética.

Em nota o Conselho Federal de Psicologia informou já ter informação de alguns espaços que anunciam de maneira indevida nas redes sociais testes psicológicos, assim como direções de como os testes devem ser respondidos, o que caracteriza inflação penal, visto que as aplicações dos testes são exclusivamente aos profissionais de psicologia, conforme prevê o § 1º do Art. 13 da Lei Federal nº 4.119/62. Dessa forma, elucida que vem realizando ações para a retirada da internet em contexto global, de equipamentos tecnológicos. Tem requerido aos órgãos federais competentes as devidas providências para que o uso desses sites não seja permitido no território brasileiro. Diversos sítios são interacionais e solicitam ações que indisponibilizem o acesso. Existiu ainda uma determinação do juiz da 21ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal que impôs, no dia 19 de julho, que no prazo de 48 horas, fossem excluídas todas as palavras-chaves mencionadas em plataformas de busca, direcionadas as ferramentas psicológicas, até mesmo em versões internacionais, assim como a supressão dos sites desativados.

Dessa forma, corroboraram até que o CFP está difundindo uma ação estratégica em rede nacional para conscientizar os psicólogos e futuros profissionais da área em relação ao uso de testes psicológicos, de acordo com notícia disponibilizada em <http://site.cfp.org.br/campanha-do-cfp-quer-barrar-banalizacao-de-testes-psicologicos/>.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução tecnológica tem impactado o campo da Psicologia, especialmente no que se refere ao acesso aos testes psicológicos, ferramentas básicas para a avaliação psicológica. A divulgação indiscriminada desses materiais pode comprometer sua credibilidade e o uso adequado na prática profissional. O Conselho Federal de Psicologia - CFP, em parceria com o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, tem promovido um movimento de alcance nacional com o

objetivo de sensibilizar psicólogos e futuros profissionais sobre a importância do uso ético e responsável desses instrumentos.

Objetivando assegurar uma prática profissional cônica e adequada, observa-se a divulgação de testes psicológicos em sites e redes sociais. A utilização de instrumentos de uso exclusivo do psicólogo, classificados como inadequados pela Resolução CFP nº 002/2003, é considerada imprópria e pode resultar em processo administrativo ao profissional.

Acredita-se que este artigo possa contribuir para o enriquecimento dos debates acerca das abordagens metodológicas de ensino e aprendizagem dos recursos psicológicos na formação profissional, estimulando reflexões sobre a relação entre teoria e prática, bem como sobre o desenvolvimento de competências reflexivas e éticas nos psicólogos.

## REFERÊNCIAS

ALCHIERI, João Carlos; CRUZ, Roberto Moraes. **Avaliação psicológica**: conceito, métodos e instrumentos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. (Temas em Avaliação Psicológica).

ALMEIDA, Leandro S.; PRIETO, Gerardo; MUÑIZ, José; BARTRAM, Dave. **Avaliação psicológica**: conceitos, modelos e aplicações. Braga: Universidade do Minho, 1998.

ANASTASI, Anne; URBINA, Susana. **Testagem psicológica**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRASIL. **Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 5 set. 1962.

BUETTNER, E. Formação do psicólogo e prática profissional. In: NORONHA, Ana Paula Porto (org.). **Formação em psicologia**: questões e desafios. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

CALAIS, Silvia L.; PACHECO, E. M. C. Formação de psicólogos: análise curricular. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 5, n. 1, p. 11-18, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Avaliação psicológica**: diretrizes na regulamentação da profissão. Brasília, DF: CFP, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP nº 002/2003**. Dispõe sobre o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos. Brasília, DF: CFP, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Avaliação psicológica**: diretrizes

na regulamentação da profissão. Brasília, DF: CFP, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Avaliação psicológica**: diretrizes na regulamentação da profissão. Brasília, DF: CFP, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Cartilha de avaliação psicológica**. 2. ed. Brasília, DF: CFP, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP nº 31, de 15 de dezembro de 2022**. Estabelece diretrizes para a realização da Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) e revoga a Resolução CFP nº 09/2018. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 dez. 2022.

MACHADO, Adriane Pichetto; MORONA, Valéria Cristina. **Manual de avaliação psicológica**. Curitiba: Conselho Regional de Psicologia da 8ª Região, 2007.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro da. **Politécnica e formação integrada**: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. Natal: IFRN, 2012.

NORONHA, Ana Paula Porto. Os problemas mais graves e mais frequentes no uso dos testes psicológicos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 135-142, 2002.

NORONHA, Ana Paula Porto. Conhecimento de estudantes a respeito de conceitos de avaliação psicológica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 2, p. 177-185, 2004.

NORONHA, Ana Paula Porto; ALCHIERI, João Carlos. **Avaliação psicológica**: perspectivas e desafios. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

NORONHA, Ana Paula Porto; BERALDO, Flávia Nunes de Moraes; OLIVEIRA, Katya Luciane de. Instrumentos psicológicos mais conhecidos e utilizados por estudantes e profissionais de psicologia. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 47-56, 2003.

PFROMM NETTO, Samuel. **Psicologia da aprendizagem e do ensino**. São Paulo: EPU, 1991.

WECHSLER, Solange Muglia. **Avaliação psicológica**: fundamentos e práticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

## V - CARACTERIZAÇÃO DE PORTADORES DA DOENÇA DE CHAGAS NO MUNICÍPIO DE VÁRZEA DO POÇO – BAHIA: UM ESTUDO TRANSVERSAL

Jaqueline Jesus dos Santos Cruz<sup>8</sup>  
Khyllwanne Wylla Rios Nascimento<sup>9</sup>

### RESUMO

A tripanossomíase americana ou Doença de Chagas, é uma enfermidade parasitária transmitida pelo protozoário *Trypanosoma cruzi*, por meio do vetor Triatomíneo, conhecido como “barbeiro”. Estima-se que mais de 10 mil pessoas morram por ano em decorrência da Doença de Chagas e aproximadamente 6 milhões estejam infectadas na América Latina. Diante da relevância e impacto da enfermidade na vida dos portadores, o presente estudo teve como objetivo caracterizar nove agricultores acometidos pela Doença de Chagas no município de Várzea do Poço – BA, considerando aspectos relacionados ao tratamento, ao nível socioeconômico e ao conhecimento sobre a doença. Trata-se de um estudo de caráter transversal, com abordagem quantitativa, realizada por meio de pesquisa de campo e análise dos dados no programa STATA, versão 14.2. Os resultados evidenciaram prevalência de 10,7% para a Doença de Chagas, sendo 55,6% dos casos confirmados em indivíduos com idade entre 50 e 70 anos ou mais, pertencentes a grupos com baixo nível socioeconômico e de escolaridade (62,5%). Observou-se, ainda, que a maioria dos participantes apresentou diagnóstico tardio da doença (77,8%). Esses dados demonstram que a Doença permanece endêmica entre populações em situação de vulnerabilidade social, reforçando a necessidade de implementação de ações voltadas ao cuidado e acompanhamento adequado dos portadores.

**Palavras-chave:** Doença de Chagas; Tripanossomíase Americana; *Trypanosoma cruzi*; Atenção Primária à Saúde; Saúde Pública.

### ABSTRACT

American trypanosomiasis, or Chagas disease, is a parasitic illness transmitted by the protozoan *Trypanosoma cruzi* via the triatomine vector, commonly known as the “kissing bug.” It is estimated that over 10,000 people die annually from Chagas disease, and approximately 6 million are infected in Latin America. Given the disease's significance and impact on the lives of those affected, this study aimed to characterize nine farmers with Chagas disease in the municipality of Várzea do Poço, Bahia,

<sup>8</sup> Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professora da Faculdade de Ciências Educacionais de Capim Grosso, Capim Grosso-BA, Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9995438260392856>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5747-3760>.

<sup>9</sup> Curso de Ciências Biomédicas, Faculdade de Ciências Educacionais de Capim Grosso, Capim Grosso-BA, Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2886472427684907>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6310-4168>.

considering aspects related to treatment, socioeconomic status, and knowledge about the disease. This was a cross-sectional study with a quantitative approach, conducted through fieldwork and data analysis using STATA software (version 14.2). The results revealed a 10.7% prevalence of Chagas disease; 55.6% of confirmed cases occurred in individuals aged 50 to 70 years or older, belonging to groups with low socioeconomic status and low levels of education (62.5%). Furthermore, it was observed that the majority of participants (77.8%) received a late diagnosis. These data demonstrate that the disease remains endemic among socially vulnerable populations, underscoring the need to implement measures focused on the proper care and monitoring of affected individuals.

**Keywords:** Chagas disease; American trypanosomiasis; *Trypanosoma cruzi*; Primary Health Care; Public Health.

## 1 INTRODUÇÃO

A tripanossomíase americana ou Doença de Chagas (DC) pertence a um grupo de enfermidades que acometem principalmente países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, populações em situação de vulnerabilidade social, cujos determinantes incluem condições precárias de moradia, alimentação e acesso à educação (Santos; Gonçalves; Santos, 2022; Carvalho *et al.*, 2024; Silva *et al.*, 2025). É uma infecção causada pelo protozoário *Trypanosoma cruzi* e transmitida principalmente pela contaminação da pele ou mucosas pelas fezes infectadas do inseto popularmente conhecido como “barbeiro” (triatomíneo). Esse vetor costuma abrigar-se em matas, fendas em paredes, telhados de casas e ambientes como colchões ou madeiras velhas (OMS, 2025).

Em relação à transmissão da tripanossomíase, esta pode ocorrer por diferentes vias, sendo a mais comum a forma vetorial. Nessa modalidade, o triatomíneo, quando infectado pelo *Trypanosoma cruzi*, elimina, junto às fezes, as formas tripomastigotas metacíclicas, que podem penetrar pelas mucosas quando o indivíduo leva as mãos contaminadas aos olhos, nariz, boca ou ao coçar o local da picada. Além da forma vetorial, a via oral também é frequente, ocorrendo por meio da ingestão de alimentos contaminados. De forma menos comum, na fase aguda da doença, a transmissão pode ocorrer de maneira congênita, durante o aleitamento materno e, ocasionalmente, por via sexual, pelo contato com secreções de glândulas anais ou por transfusões sanguíneas (Carvalho *et al.*, 2024, Brasil, 2023).

A fase aguda da Doença de Chagas, na maioria das vezes, apresenta manifestações clínicas inespecíficas, como mal-estar, febre e dor de cabeça. Quando não tratada, pode evoluir para a fase crônica, que possui duas formas: indeterminada e determinada. Na forma indeterminada, o indivíduo apresenta sorologia positiva, mas não são observados sinais ou sintomas clínicos. A maioria dos pacientes permanece nessa fase sem desenvolver manifestações da doença; entretanto, após um período de 10 a 30 anos, cerca de 15% a 30% evoluem para a forma determinada, caracterizada por danos teciduais que podem se manifestar nas formas cardíaca, digestiva ou mista (Silva; Mello; Jorge, 2022; Carvalho *et al.*, 2024).

Mundialmente, estima-se que mais de 10 mil pessoas morram por ano devido à Doença de Chagas e que aproximadamente 6 milhões de pessoas estejam infectadas na América Latina. A doença mantém taxas elevadas de mortalidade no Brasil, sendo uma das quatro principais causas de óbito por doenças infecciosas e parasitárias. O número de indivíduos contaminados em países não endêmicos é de cerca de 390 mil pessoas, com maior concentração de casos na faixa etária entre 70 e 79 anos e predominância no sexo feminino. Na Bahia, a taxa de infecção é estimada em aproximadamente 10%, e a região Nordeste registrou 11.309 mortes entre os anos de 2008 e 2018, das quais 6.856 ocorreram na Bahia. Diante disso, o número é considerado preocupante, visto que o Nordeste é composto por nove estados e, ainda assim, a Bahia concentrou mais de 50% dos casos (Amorim, Costa 2021; Brasil, 2022).

Em relação aos casos suspeitos de Doença de Chagas aguda no estado da Bahia, em 2022 foram notificados 37 casos, dos quais 1 ocorreu no município de Lapão (BA). No ano seguinte, 2023, entre 5 casos notificados, 4 ocorreram em Serrolândia (BA), com 1 óbito confirmado, e 1 caso foi registrado em Cansanção (BA). A forma de transmissão em Serrolândia esteve relacionada a um surto de transmissão oral, possivelmente associado à ingestão de suco de acerola contaminado. Já em Cansanção, a forma de transmissão foi vetorial (Bahia, 2024).

Os tratamentos disponíveis para *Trypanosoma cruzi* são limitados, existindo apenas dois fármacos: o Nifurtimox e o Benznidazol (BZN). No Brasil, apenas o Benznidazol está disponível, sendo distribuído pela rede pública de saúde. Devido à alta toxicidade e aos efeitos colaterais associados ao Nifurtimox, seu uso foi suspenso, permanecendo o Benznidazol como a principal opção terapêutica. Embora também possa causar efeitos adversos, o Benznidazol apresenta menor toxicidade em

comparação ao Nifurtimox; contudo, ainda há dificuldades relacionadas à adesão ao tratamento (Werner et al., 2025; Santos; Gonçalves; Santos, 2022).

Importante ressaltar que a Doença de Chagas é uma patologia negligenciada que recebe pouco investimento em pesquisas para o desenvolvimento de novos fármacos, devido ao baixo retorno financeiro. A falta de estratégias efetivas e a capacitação limitada dos profissionais de saúde, tende a dificultar a identificação de pacientes em estágios iniciais, comprometendo o diagnóstico, o tratamento e a sobrevida futura (Santos; Gonçalves; Santos, 2022; Carvalho *et al.*, 2024; Silva *et al.*, 2025).

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo caracterizar, entre os agricultores residentes na cidade de Várzea do Poço, Bahia, os portadores da Doença de Chagas, a fim de compreender suas características sociodemográficas, hábitos de vida e nível de conhecimento sobre a doença. Espera-se que os resultados possam subsidiar a população e os órgãos públicos locais na execução de ações voltadas à prevenção e ao controle da doença.

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma análise quantitativa de caráter transversal, realizada por meio de pesquisa de campo, oriunda do projeto de pesquisa intitulado: Percepção dos agricultores de Várzea do Poço - Ba sobre os impactos da tripanossomíase, Doença de Chagas na saúde. O mesmo é caracterizado como estudo de observação direta de uma quantidade de indivíduos em uma oportunidade única.

A definição da amostra para a presente pesquisa foi realizada por meio do método não probabilístico, do tipo conveniência. Em outras palavras, foram entrevistados os participantes que estavam disponíveis e acessíveis à equipe de pesquisa nos dias e horários estabelecidos para a coleta de dados. Assim, a amostra foi composta por 84 agricultores e/ou moradores da zona rural. Para fins deste trabalho, foram considerados apenas aqueles que informaram ser portadores da Doença de Chagas, totalizando 9 agricultores e/ou moradores da referida cidade.

Como critérios de inclusão na pesquisa, os entrevistados precisavam ter residência na área rural de Várzea do Poço ou ser agricultores com idade entre 18 e 70 anos ou mais, aceitar assinar o termo de consentimento livre e esclarecido. Aqueles que apresentaram alguma dificuldade cognitiva, de comunicação que os impediu de responder ao questionário ou impactos psicológicos por lembrarem condições de saúde, puderam deixar de responder o mesmo em qualquer momento, contudo, foram realizadas todas estratégias possíveis para maximizar benefícios e reduzir riscos.

A coleta de dados foi realizada por meio de visitas domiciliares de forma presencial, entre 18 de agosto a 29 de setembro de 2025, sendo conduzidas através de um questionário estruturado para a população alvo deste estudo, contendo 29 questões as quais foram elaboradas pelos pesquisadores. O mesmo teve como objetivo, coletar informações como exposição, conhecimento geral sobre a Doença de Chagas, sinais e sintomas, perfil socioeconômico dos participantes, fatores associados ao protozoário transmissor e atenção básica à saúde.

Os dados foram organizados em uma planilha do Microsoft Excel, no qual foram eliminadas as inconsistências, sendo posteriormente realizadas análises no pacote estatístico Stata ® (V.14.2), com resultados apresentados por meio de frequências absolutas e relativas, em formato de tabelas.

Esta pesquisa cumpriu todos os aspectos éticos, observando a Declaração de Helsinque, adotada pela 18ª Assembleia Médica Mundial em Helsinque, Finlândia em junho de 1964 e a Resolução Nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, para pesquisa em seres humanos, sendo enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade UNILAGOS e aprovado pelo parecer nº 7.750.771 em 07 de agosto de 2025.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Foram entrevistados 84 indivíduos residentes em diferentes localidades do município de Várzea do Poço, Bahia, que se encontravam no dia destinado à realização da coleta e, dentre estes, 9 preencheram os critérios de elegibilidade para ser a população deste estudo, uma vez que o mesmo é composto somente pelos que apresentam diagnóstico para Doença de Chagas. Assim, é possível observar que a prevalência para Doença de Chagas neste estudo foi de 10,7%.

Em relação às características sociodemográficas predominantes neste estudo observou-se que a população se caracterizou por ser predominantemente do sexo feminino (77,7%), com faixa etária entre 51 a 70 anos (100,0%), que possuíam o ensino fundamental (62,5%), renda mensal equivalente a 1 salário mínimo (55,6%), autodeclaradas como pessoas pardas\negras (88,9%), as quais identificaram-se como sendo casadas ou que convivem com um companheiro (66,7%). No que diz respeito ao estilo de vida, todos os indivíduos relataram não ter acesso a internet (100,0%), residir em casa de alvenaria (66,7%). Sobre o local em que compravam os seus alimentos, parte significativa informou comprar diretamente de feiras ou produtores locais (77,8%), mesma proporção observada para aqueles que referiram higienizar os alimentos corretamente (Tabela 1).

Os casos confirmados em indivíduos entre 50 a 70 anos ou mais é frequentemente relatado na literatura, visto que na maioria dos casos, apenas após 10 a 30 anos a doença pode evoluir para forma crônica determinada, evidenciando os sinais e sintomas da doença sendo evoluídos para formas digestivas ou cardíacas ou permanecer na forma crônica indeterminada, na qual é necessário o acompanhamento de profissionais de saúde para que a doença não evolua (Carvalho *et al.*, 2024; Silva *et al.*, 2025).

Em relação a predominância dos indivíduos diagnosticados com Doença de Chagas, não utilizarem o medicamento corretamente pode estar ligado ao não acompanhamento regular dos profissionais de saúde, haja vista que o acompanhamento para o indivíduo que apresenta sintomas ou já é portador da doença deve ser realizado por equipes multiprofissionais voltadas à população de um território definido, contribuindo para a promoção, prevenção, diagnóstico e tratamento de agravos, por meio de gestões qualificadas (Modesto *et al.*, 2023). Outra possibilidade seria a não adesão medicamentosa, posto que a literatura demonstra que o tratamento utilizado pode causar alguns sinais e sintomas, fazendo com que o indivíduo não realize o tratamento de forma correta (Santos; Gonçalves; Santos, 2022).

O maior número de indivíduos que não tem acesso à internet também está interligado a fatores socioeconômicos ou a uma parte da população que não concluiu o ensino médio ou não foram alfabetizadas, dificultando o acesso de informações que muitas das vezes são transmitidas através de celulares e sites específicos por não

terem conhecimento ou não terem acesso a esses recursos, impactando negativamente na propagação de informações sobre a Doença de Chagas ou demais patologias para essa parte da população (Santos; Gonçalves; Santos, 2022; Silva; Mello; Jorge, 2022; Silva et al., 2025).

**Quadro 1** - Descrição da amostra de indivíduos com 18 ou mais com diagnóstico de Doença de Chagas, segundo as variáveis sociodemográficas e estilo de vida, no município de Várzea da Poço, Bahia, 2025 (n= 09). (2025)

| Variáveis                                                                | Nº absoluto de casos | Frequência (%) |
|--------------------------------------------------------------------------|----------------------|----------------|
| <b>Sexo</b>                                                              |                      |                |
| Feminino                                                                 | 7                    | 77,7           |
| Masculino                                                                | 2                    | 22,3           |
| <b>Idade</b>                                                             |                      |                |
| 51 a 70 anos                                                             | 9                    | 100,0          |
| <b>Escolaridade <sup>a</sup></b>                                         |                      |                |
| Não alfabetizada                                                         | 3                    | 37,5           |
| Ensino fundamental                                                       | 5                    | 62,5           |
| <b>Renda</b>                                                             |                      |                |
| Até 1 salário                                                            | 5                    | 55,6           |
| 1 a 2 salários                                                           | 3                    | 33,3           |
| 2 a 3 salários                                                           | 1                    | 11,1           |
| <b>Raça/Cor</b>                                                          |                      |                |
| Branca/amarela                                                           | 1                    | 11,1           |
| Preta/Parda                                                              | 8                    | 88,9           |
| <b>Estado civil</b>                                                      |                      |                |
| Com companheiro                                                          | 6                    | 66,7           |
| Sem companheiro                                                          | 3                    | 33,3           |
| <b>Acesso à internet</b>                                                 |                      |                |
| Sim                                                                      | -                    | -              |
| Não                                                                      | 9                    | 100,0          |
| <b>Estilo da casa</b>                                                    |                      |                |
| Alvenaria (tijolo, cimento) (tijolo, cimento)                            | 6                    | 66,7           |
| Madeira/Taipa (barro)                                                    | 1                    | 11,1           |
| Alvenaria (tijolo, cimento) e madeira/Taipa (barro)                      | 2                    | 22,2           |
| <b>Alimentação</b>                                                       |                      |                |
| Comprados diretamente de feiras ou produtores locais                     | 7                    | 77,8           |
| Plantação própria e comprados diretamente de feiras ou produtores locais | 2                    | 22,2           |
| <b>Higienização dos alimentos</b>                                        |                      |                |
| Sim                                                                      | 7                    | 77,8           |
| Não                                                                      | 2                    | 22,2           |

Legenda: <sup>a</sup> 1 dado ignorado;

Fonte: Elaboração Própria (2025).

No quadro 2, está descrito as informações acerca da Doença de Chagas e os dados demonstram que a maior parte da população descobriu a doença após os sintomas se agravarem (77,8%), seguido por aqueles que observou a doença inicialmente (22,2%), a maioria declarou não fazer tratamento (55,6%), enquanto que (33,3%) usaram durante 60 a 90 dias ou mais e 1 delas (11,1%) fez o tratamento somente por 30 a 60 dias. O dado referente a utilização de medicamento corretamente está associado com a variável tempo de tratamento, dessa forma dentre os 3 (33,3%) que relataram a utilização de medicamento por 60 a 90 dias ou mais somente um entrevistado informou usar o medicamento corretamente.

Quanto ao acompanhamento por profissionais de saúde para auxílio e informações quanto ao tratamento e a realização de visitas domiciliares, 4 (50,0%) entrevistados informaram que recebiam, seguido por aqueles que não receberam visitas (12,5%), os que citaram ter um acompanhamento moderado (25%) e aqueles que tiveram assistência, mas no momento da coleta não recebiam mais (importante ressaltar que para essa variável um dado foi ignorado). Sobre os efeitos colaterais mediante o tratamento, como somente 1 (33,3%) o resultado para essa variável seguiu o mesmo padrão. Por fim, o quantitativo dos que não apresentam interferências no sistema nervoso central foi de (88,9%).

Os indivíduos que relataram a descoberta inicial da doença afirmaram ter observado o inseto barbeiro após a picada. O inseto foi levado ao posto de saúde, e os pacientes foram encaminhados para a realização do exame de Chagas, não apresentando sintomas característicos da fase aguda. Já aqueles que descobriram a doença apenas após o seu agravamento, na fase crônica, relataram sintomas digestivos e cardíacos, sendo encaminhados para a realização de exames, como o eletrocardiograma.

Durante as entrevistas realizadas, foram relatados os seguintes casos: dois indivíduos descobriram a doença antes da realização de uma cirurgia em decorrência de fraturas, ocasião em que os profissionais de saúde identificaram alterações cardíacas e digestivas prévias ao procedimento. Um participante relatou ter sido picado pelo inseto barbeiro durante a infância, porém somente realizou o exame diagnóstico anos depois. Os demais casos foram identificados após solicitação médica de exames específicos para a Doença de Chagas ou por meio da observação de sintomas por terceiros, que os orientaram a procurar atendimento profissional.

A literatura científica descreve que a fase aguda da Doença de Chagas é, na maioria das vezes, assintomática, podendo apresentar manifestações inespecíficas como mal-estar, febre e cefaleia. Essa característica dificulta um diagnóstico precoce e preciso, o que pode impactar negativamente tanto na identificação oportuna da doença quanto na sobrevivência dos pacientes, que frequentemente são diagnosticados apenas na fase crônica (Silva; Mello; Jorge, 2022; Silva *et al.*, 2025).

A predominância de indivíduos que não realizaram o tratamento pode ser explicada pelos relatos dos portadores da doença, pois, durante a pesquisa, foi informado por eles que o uso do medicamento havia sido mantido apenas por um determinado período. Além disso, alguns foram orientados pelos profissionais de saúde de que não precisavam mais utilizar o fármaco, uma vez que a doença se encontrava em estado latente. Esse fato deve ser analisado com cautela, visto que, em muitos casos, a doença pode estar na fase indeterminada, na qual o paciente apresenta sorologia positiva, não manifestando sintomas. Entretanto, após um período de 10 a 30 anos, podem surgir manifestações clínicas correspondentes à fase crônica determinada da enfermidade (Silva; Mello; Jorge, 2022).

Uma vez que o dado relativo ao resultado do paciente que utiliza o medicamento corretamente está conectado à pergunta - quanto tempo realizou tratamento - constatou-se que apenas um indivíduo utilizava o fármaco atualmente e de forma correta. Semelhantemente para presença de efeitos colaterais, que somente um entrevistado relatou ter apresentado, o que é frequentemente descrito na literatura, dado que existem apenas dois fármacos disponíveis para tratamento, sendo o Benznidazol com baixa toxicidade, mas ainda assim causando efeitos colaterais, em comparação ao Nifurtimox altamente tóxico e menos utilizado em muitos países (Santos; Gonçalves; Santos, 2022).

Acerca do acompanhamento de profissionais de saúde nas comunidades, a mesma deve ser redobrada, tanto para os portadores quanto para os não portadores, possibilitando a promoção, proteção, educação e acessibilidade das informações sobre a Doença de Chagas e demais patologias, devido aos relatos anteriores que evidenciaram o não uso da internet por esses participantes, ou seja estes precisam de maior atenção e devem ser orientados continuamente sobre infecções, transmissões e demais enfermidades. A literatura atual evidencia inclusive que a falta de estratégias efetivas e a capacitação limitada dos profissionais de saúde,

interferindo na identificação de pacientes em estágios iniciais, comprometendo o diagnóstico, tratamento e a sobrevida futura conforme a literatura (Santos; Gonçalves; Santos, 2022; Carvalho *et al.*, 2024; Silva *et al.*, 2025).

A prevalência de portadores que não apresentam interferências no sistema nervoso periférico pode estar ligada ao fato de que a doença ainda não está na fase crônica determinada, impossibilitando assim a presença de determinados sintomas. Além do mais, como citado por Lima, Silva e colaboradores, a Doença de Chagas também pode ser caracterizada por danos teciduais ou demais sintomas quando há agravamento da doença (Lima; Teixeira; Lima, 2019; Carvalho *et al.*, 2024), diferente da portadora no presente estudo que apresentou interferências descritas na entrevista como perda de consciência, alterações de comportamento, convulsões e problemas cardíacos.

**Quadro 2 - Informações sobre a Doença de Chagas, entre os agricultores diagnosticados com a doença no município de Várzea do Poço Bahia, 2025, (n= 09).**

| Variáveis                                                                                                                        | n | (%)  | IC 95% |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|------|--------|
| <b>Como descobriu que tinha a Doença de Chagas?</b>                                                                              |   |      |        |
| Ao perceber os sintomas                                                                                                          | 2 | 22,2 | 0,15   |
| Após sintomas agravarem                                                                                                          | 7 | 77,8 | 0,59   |
| <b>Quanto tempo de tratamento?</b>                                                                                               |   |      |        |
| Não faz tratamento                                                                                                               | 5 | 55,6 | 0,47   |
| 30 a 60 dias                                                                                                                     | 1 | 11,1 | 0,02   |
| 60 a 90 dias ou mais                                                                                                             | 3 | 33,3 | 0,29   |
| <b>Utiliza o medicamento corretamente?</b>                                                                                       |   |      |        |
| Sim                                                                                                                              | 1 | 33,3 | 0,29   |
| Não                                                                                                                              | - | -    | -      |
| <b>Você tem efeitos colaterais mediante ao tratamento? <sup>a</sup></b>                                                          |   |      |        |
| Sim                                                                                                                              | 1 | 33,3 | 0,29   |
| Não                                                                                                                              | - | -    | -      |
| <b>Os profissionais de saúde acompanham e dão a devida atenção ao tratamento e são feitas visitas domiciliares? <sup>b</sup></b> |   |      |        |
| Sim                                                                                                                              | 4 | 50,0 | 0,39   |
| Não                                                                                                                              | 1 | 12,5 | 0,02   |
| Acompanham pouco                                                                                                                 | 2 | 25,0 | 0,15   |
| Já acompanharam, hoje não mais                                                                                                   | 1 | 12,5 | 0,02   |
| <b>Apresenta interferências no sistema nervoso central?</b>                                                                      |   |      |        |
| Sim                                                                                                                              | 1 | 11,1 | 0,02   |
| Não                                                                                                                              | 8 | 88,9 | 0,63   |

Fonte: Elaboração Própria (2025).

**Legenda:** <sup>a, b</sup> 1 dado ignorado;

#### 4 CONCLUSÃO

Diante deste estudo, concluiu-se que a Doença de Chagas afeta, predominantemente, indivíduos de raça preta ou parda, com faixa etária entre 50 e 70 anos e baixo nível socioeconômico, ou seja, populações que, em sua grande maioria, não têm acesso à informação e se encontram em situação de vulnerabilidade social. Esse fato evidencia que a Doença de Chagas ainda é uma enfermidade negligenciada, o que pode explicar, inclusive, a falta de investimento em pesquisas voltadas ao desenvolvimento de novos fármacos, diferentemente do que ocorre com outras doenças em maior evidência.

Observou-se que mesmo a maior parte da população desta pesquisa não faz uso de medicamentos regularmente, o acompanhamento por parte de agentes de saúde e outros profissionais da Atenção primária à Saúde deve ser constante para prestar orientações, não somente sobre a doença específica, mas em relação aos demais cuidados. Principalmente por existir casos em que portadores permanecem na fase crônica indeterminada ou observa-se o agravamento da doença depois de longos anos, descobrindo a em alguns casos em estágios avançados.

Com isso, é necessário acompanhamento reforçado de agentes de saúde e demais profissionais da área em regiões delimitadas com estratégias específicas para que assim, evite a propagação da doença, a falta de informação e gere impacto positivo para portadores e não portadores da Tripanossomíase.

É fundamental salientar que essa pesquisa apresentou como limitação o delineamento da coleta uma vez que foi feito por meio de uma amostra não probabilística, o que pode ter impactado na possibilidade de não conseguir uma taxa mais expressiva de pacientes do município com a Doença de Chagas. Contudo é importante destacar que o mesmo traz dados relevantes, os quais podem ser utilizados como base para estudos futuros, para projeção de ações de educação e saúde nas comunidades e para melhorar a qualidade de vida dessa população.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, D. S.; COSTA, M. S. F. Tendência da mortalidade por Doença de Chagas na Bahia: entre os anos de 2008 a 2018. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, e28810515108, 2021. Disponível em:

<https://www.rsdjournal.org/rsd/article/download/14685/-13475/195615>. Acesso em: 25 out. 2025.

BAHIA. Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Superintendência de Vigilância e Proteção da Saúde. Diretoria de Vigilância Epidemiológica. **Boletim epidemiológico: Doença de Chagas**, n. 1. Salvador: SESAB, 2024. Disponível em:

<https://www.ba.gov.br/saude/biblioteca-documentos/boletins-epidemiologicos-e-notas-tecnicas>. Acesso em: 25 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para Doença de Chagas**: relatório de recomendação. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/doenca-de-chagas/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-doenca-de-chagas\\_-relatorio-de-recomendacao.pdf/view](https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/doenca-de-chagas/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-doenca-de-chagas_-relatorio-de-recomendacao.pdf/view). Acesso em: 25 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças socialmente determinadas**: saiba mais sobre a Doença de Chagas. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 14 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em: 25 out. 2025.

CARVALHO, C. M. M. et al. Spatio-temporal trends in mortality due to Chagas disease in the State of Bahia, Brazil, from 2008 to 2018. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 57, e00417-2024, 2024. DOI:

<https://doi.org/10.1590/0037-8682-0058-2024>. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11524596/>. Acesso em: 5 nov. 2025.

LIMA, R. S.; TEIXEIRA, A. B.; LIMA, V. L. S. Doença de Chagas: uma atualização bibliográfica. **Revista Brasileira de Análises Clínicas**, v. 51, n. 2, p. 103-106, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21877/2448-3877.201900727>. Disponível em:

<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/1/1024821/rbac-vol-51-2-2019-ref-727.pdf>. Acesso em: 25 out. 2025.

MODESTO, L. C. et al. Os desafios para o controle da Doença de Chagas na Atenção Primária à Saúde. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 5, p. 1321-1346, 2023. Disponível em:

<https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/337>. Acesso em: 25 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Chagas disease (also known as American trypanosomiasis)**. Genebra: OMS, 2025. Disponível em:

[https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/chagas-disease-\(american-trypanosomiasis\)](https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/chagas-disease-(american-trypanosomiasis)). Acesso em: 25 out. 2025.

SANTOS, D. R.; GONÇALVES, D. L. S.; SANTOS, W. L. Doença de Chagas: uma revisão integrativa. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 5, n. 10, p. 1-15, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.5914991>. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/330>. Acesso em: 25 out. 2025.

SILVA, F. S.; MELLO, M. L. B. C.; JORGE, T. M. A. Doença de Chagas: enfrentando a invisibilidade pela análise de histórias de vida de portadores crônicos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 5, p. 1939-1949, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2022.v27n5/1939-1949/>. Acesso em: 25 out. 2025.

SILVA, G. S. et al. Doença de Chagas no século XXI e os desafios no diagnóstico e acesso ao tratamento. **Asclepius International Journal of Scientific Health Science**, São José dos Pinhais, v. 4, n. 4, p. 110-116, 2025. Disponível em: <https://asclepiushealthjournal.com/index.php/aijshs/article/view/80/66>. Acesso em: 25 out. 2025.

WERNER, E. S.; CARDOSO, M. E. P. dos S.; LEMOS, S. L. S.; FEITOSA, P. R. C. O uso de benzonidazol no tratamento de pacientes com Doença de Chagas aguda: uma revisão bibliográfica. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 8, n. 19, e082465, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55892/jrg.v8i19.2465>. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/2465>. Acesso em: 25 out. 2025.

## VI - DA TECNOLOGIA SOCIAL PARA A TECNOLOGIA DE INCLUSÃO

Rita Cristiane Ramacciotti Gusmão Soares<sup>10</sup>

### RESUMO

A proposta de desenvolver Tecnologias Sociais (T.S.) ganhou força no cenário político brasileiro após a constatação de que o principal problema do país não é econômico, mas social, resultado de um modelo de desenvolvimento que excluiu grande parte da população. Embora o Brasil tenha apresentado crescimento econômico, esse avanço ocorreu de forma desigual, ampliando as diferenças sociais. Atualmente, milhões de brasileiros ainda enfrentam dificuldades para acessar serviços essenciais, como saúde, educação e saneamento, além de possuírem poucas oportunidades de inclusão produtiva e participação cidadã. Este estudo teve como objetivo ampliar o conceito de Tecnologias Sociais para o de Tecnologias de Inclusão, buscando desenvolver soluções capazes de promover equidade e transformação social. Com base nos princípios das T.S.'s, pretende-se construir um marco teórico que contribua para reduzir a exclusão, fortalecer a cidadania e ampliar as oportunidades para grupos historicamente marginalizados no país.

**Palavras-chave:** Proposta; Tecnologia Social; Inclusão Social; Equidade; Desenvolvimento Social.

### ABSTRACT

The proposal to develop Social Technologies (ST) gained strength in the Brazilian political context after recognition that the country's main problem is not economic but social, resulting from a development model that has excluded a large part of the population. Although Brazil has experienced economic growth, this progress has occurred unevenly, widening social disparities. Currently, millions of Brazilians still face difficulties accessing essential services such as health, education and sanitation, in addition to limited opportunities for productive inclusion and civic participation. This study aimed to broaden the concept of Social Technologies toward Technologies of Inclusion, seeking to develop solutions capable of promoting equity and social transformation. Based on the principles of STs, it proposes a theoretical framework that may contribute to reducing exclusion, strengthening citizenship and expanding opportunities for historically marginalized groups in the country.

**Keywords:** Proposal; Social Technology; Social Inclusion; Equity; Social Development.

<sup>10</sup> Doutora em Educação (FSM); Mestra em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social (FVC, 2009); graduada em Ciências Econômicas, Pedagogia, Psicologia e Letras Vernáculas. Professora da FCG. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2930980845813361>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1719-8618>. E-mail: [cristianegusmao@gmail.com](mailto:cristianegusmao@gmail.com).

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo geral apresentar os conceitos, as características e a aplicabilidade das Tecnologias Sociais (T.S.), buscando contribuir para a discussão e construção de um modelo de Tecnologia de Inclusão (T.In.) que considere as especificidades socioeconômicas, históricas e culturais do Brasil. A Tecnologia da Inclusão consiste em operar inovações capazes de promover cidadania integral para pessoas em situação de exclusão ou semi-inclusão social.

O Brasil ainda não dispõe de uma política pública ampla e articulada destinada a enfrentar as profundas desigualdades na distribuição das oportunidades, configurando um dos maiores desafios para o desenvolvimento nacional. Nesse contexto, torna-se imprescindível discutir alternativas capazes de responder de forma efetiva aos problemas sociais brasileiros.

## 2 METODOLOGIA

Metodologicamente, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. O desenvolvimento da pesquisa baseou-se na literatura existente sobre Tecnologias Sociais, em documentos institucionais e em estudos relacionados às políticas públicas, à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável. A análise crítica desses referenciais foi complementada pela interpretação da realidade social brasileira, considerando aspectos como desigualdade de renda, exclusão social, discriminação de gênero, desigualdade étnico-racial e acesso desigual aos direitos sociais. A partir desse percurso metodológico, foram identificados princípios, características e procedimentos que subsidiam a construção do conceito de Tecnologia de Inclusão, compreendida como uma evolução conceitual das Tecnologias Sociais.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise indicam que a Tecnologia de Inclusão possui maior abrangência ao incorporar, além dos fundamentos das Tecnologias Sociais, uma perspectiva voltada à promoção da equidade e da cidadania plena. Dessa forma, propõe-se um modelo capaz de orientar a formulação de políticas públicas e

estratégias de intervenção social que contribuam para a redução das desigualdades, favorecendo a construção de um projeto de nação comprometido não apenas com o crescimento econômico, mas, sobretudo, com o desenvolvimento social sustentável, inclusivo e integral.

### 3.1 O QUE É TECNOLOGIA SOCIAL?

Para poder compreender o significado de tecnologia social se deve primeiramente compreender o significado de *tecnologia*, que a partir do sufixo *logos*, remete a ideia de conhecimento, interpretação, aplicação ou estudo da técnica e de suas variáveis. Ou seja, é a formatação ou aplicação de um conhecimento que seja capaz de criar, transformar e modificar materiais, recursos, insumos, a natureza, o entorno social e até o próprio homem, engendrando novas ações, aportes, suportes, técnicas, etc.

Espinas (1899) compreende que a tecnologia tem que perpassar por três aspectos. O primeiro diz respeito ao procedimento descritivo num dado momento histórico. O segundo se refere à necessidade de saber sob que perspectiva o grupo de regras utilizadas se aplica, e ao que se deve sua eficácia prática. E por fim, o estudo do devir desses mecanismos. A sistematização desses aspectos forma à tecnologia.

A construção de tecnologia não está atrelada necessariamente à academia, pois se observou que em função das demandas sociais existentes na comunidade surgiam pessoas inventivas que, inseridas nesse contexto, desenvolviam práticas de intervenções que buscando uma melhoria na qualidade de vida local. Assim sistematizava conhecimentos, métodos, técnicas, etc., ou seja, criava uma tecnologia, denominada tecnologia social.

Devido sua relevância, surge a necessidade de conceituá-la. Partindo da concepção de tecnologia, um grupo interdisciplinar encabeçado por Juçara Santiago Pedreira, em seminário sobre tecnologias sociais promovido pela Fundação Banco do Brasil em 2004, definiu Tecnologia Social como um “conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida”.

Esta também é a definição utilizada pelo Centro Brasileiro de Referência em Tecnologia Social (CBRTS) que é um projeto conjunto entre o Instituto de Tecnologia Social (ITS) e a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Esses agentes buscam não só a formulação conceitual de T.S., mas também a disseminação e vinculação desses saberes para auxiliar nas resoluções de demandas sociais.

Para tanto, a CBRTS e a ITS construíram categorias para agrupar esta tecnologia, e em função disso surge a necessidade de agrupar os *princípios* que embasavam tais ideias, seus *parâmetros* de caracterização e suas *implicações*.

Em relação aos *princípios*, podemos destacar que aprendizagem e participação são processos que caminham juntos, que a transformação social implica compreender a realidade de maneira sistêmica, e que ocorre na medida em que não só há respeito às identidades locais como também a qualquer indivíduo, pois esse é capaz de gerar conhecimento e aprender. Sendo assim as T.S. tem caráter participativo e transformador.

No que tange os *parâmetros de T.S.* defendido pela CBRTS e o ITS, este tem como objetivo servir de base para o futuro estabelecimento de critérios de análise de ações sociais, ou seja, são os ingredientes e elementos que caracterizam e diferenciam as diversas tecnologias da tecnologia social. Tais *parâmetros*, no geral, organizam as aprendizagens a partir do exame de experiências concretas. A saber:

- RAZÃO DE SER: a T.S. visa à solução de *demandas sociais concretas*, vividas e identificadas pela população;
- PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO: formas democráticas de tomada de decisão, a partir de estratégias *especialmente dirigidas* à mobilização e à participação da população;
- PAPEL DA POPULAÇÃO: há participação, apropriação e aprendizagem por parte da população e de outros atores envolvidos;
- SISTEMÁTICA: há planejamento, aplicação ou sistematização de conhecimento de forma organizada;
- CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS: há produção de novos conhecimentos a partir da prática;
- SUSTENTABILIDADE: visa a sustentabilidade econômica, social e ambiental;

- **AMPLIAÇÃO DE ESCALA:** gera aprendizagens que servem de referência para novas experiências. Gera, permanentemente, as condições favoráveis que deram origem às soluções, de forma a aperfeiçoá-las e multiplicá-las.

Ainda segundo a CBRTS e o ITS, as implicações desse conceito podem ser organizadas em três eixos: I - *sobre a relação entre produção de C&T e sociedade*, onde a produção científica e tecnológica é fruto de relações sociais, econômicas e culturais, portanto não é neutra, assim deve ter uma participação ativa da sociedade civil na formulação de políticas públicas; II - *sobre uma direção para o conhecimento*, onde o conhecimento é direcionado para sanar demandas sociais vividos pela população; III - *sobre um modo específico de intervir diante de questões sociais*, já que causa o empoderamento da população através da participação social, assimilação de conhecimento e atitude cidadã diante dos problemas sociais. **Fonte: adaptado de Instituto de Tecnologia Social (2004).**

### 3.2 COMO ADAPTAR AS TECNOLOGIAS SOCIAIS ÀS REALIDADES DOS “BRASIS”?

As Tecnologias Sociais surgem essencialmente de demandas sociais específicas e constituem excelentes mecanismos propiciadores de uma melhora da qualidade de vida da população local. Não é casualidade também que as práticas das T.S.’s, estão diretamente vinculadas com o terceiro setor, ou seja, com a representação da sociedade civil, já que para ser efetiva se faz imprescindível à articulação com diversos atores sociais, principalmente a comunidade beneficiada.

Esse caráter endógeno da T.S. é bastante positivo, pois o diagnóstico da demanda é bastante preciso o que torna a solução mais eficiente e eficaz, porém como aproveitar esta tecnologia para desenvolver uma política pública num país tão diverso como o Brasil?

Partindo do pressuposto que a eficiência dessa tecnologia está respaldada também pelo diagnóstico preciso da demanda social, e somado ao fato que o Brasil é um país de dimensões continentais, de construção da estrutura sócio-econômica bastante antagônica em decorrência não só da situação geográfica, e com uma cultura de desenvolvimento excludente fica difícil perceber como poderia se articular uma política pública universalista eficiente.

Compatibilizar política pública com as tecnologias sociais é o desafio contemporâneo que enfrenta hoje o Brasil, e se faz necessário a realização de um diagnóstico aprofundado da situação sócio-econômica que enfrenta o país. Para tanto se tem que considerar diversos aspectos, como por exemplo, a discriminação de gênero.

Segundo reportagem publicada pelo G1 (2023) verifica que mesmo o Estado, se comprometendo em assegurar a *igualdade* entre o gênero no exercício de seus direitos civis, políticos e econômicos, esta minoria (que é composto por uma maioria) são violentadas em seus direitos. O dado mais chocante é referente ao mercado de trabalho, onde:

“Mulheres ocupam **apenas 29%** dos cargos de liderança nas indústrias do Brasil, enquanto homens representam **71%**. Além disso, só **14%** das empresas têm áreas específicas dedicadas à promoção de igualdade de gênero no local de trabalho, sendo que apenas **5%** contam com orçamento próprio. ”

Outro ponto crucial é a questão étnica racial, fruto de um processo histórico e enraizado na cultura nacional desde os primórdios da colônia, por uma questão de exploração da mão de obra de determinadas etnias, que teve usurpada, de forma imoral, sua força para a construção da nação. E que ainda assim, os negros e povos indígenas foram brutalmente excluídos do processo de desenvolvimento do país, não recebendo, no momento devido, políticas compensatórias que lhes permitissem a inserção social.

Esta postura amplia a desigualdade, inclusive através de um racismo silencioso e inconsciente, que propicia um dos piores mecanismos de exclusão social, que é a desigualdade de oportunidades. O que dificulta a inserção e ascensão social, e a valorização da cultura étnica.

Assim aumentando ainda mais o gargalo da exclusão social da maioria da população Brasileira, que produz uma sociedade injusta, desigual e com *enfermidade* moral. Vista claramente num dado específico, “no Brasil 46,9% da renda nacional concentram-se nas mãos dos 10% mais ricos. Já os 10% mais pobres ficam com apenas 0,7% da renda” (OLIVEIRA et al, 2005). Para estes autores:

“Pensar nas dimensões da exclusão social permite associar os vínculos sociais materiais e simbólicos, os processos de constituição de identidades sociais, as representações coletivas e as interações sociais. (...) O vocábulo “exclusão” expressa de forma potente uma condição em que se está fora, em que não se é integrante, na qual não se pertence, onde não se tem lugar.” (OLIVEIRA et al, 2005)

Negligenciar a exclusão social existente no país é o primeiro equívoco que se comete quando se pensa em desenvolvimento sustentável, pois para a construção de um projeto de nação negligenciado é atestar que qualquer política pública aplicada estará fadada ao insucesso.

Tanto o preconceito étnico racial quanto a discriminação por gênero somado a forte exclusão social existente no seio da sociedade brasileira são exemplos da cultura de desenvolvimento não inclusivo que permeia as políticas públicas do Brasil, que mesmos seguindo um caminho atípico conseguiu galgar um crescimento econômico, porém não um desenvolvimento sustentável e não de forma integrada.

Por isso, no que tange a economia brasileira, encontramos claramente duas realidades distintas. Por um lado, mostrando que somos desenvolvidos com tecnologias de ponta e com índices de superávit na balança comercial, sem dívida externa, IDH alto, etc. Em contrapartida, evidenciamos a existência de indicadores de uma das piores distribuições de renda do mundo, alto índice de corrupção, pobreza, fome, etc.

É evidente que o Brasil é composto por diversos outros “Brasis” que nem sempre está separado por uma questão geográfica. Muitas vezes a segregação é de cunho moral, social e cultural que cria consenso que justificam a situação de desigualdades entre os membros da sociedade e pior, provoca uma “anestesia moral” na sociedade. Ou seja, as pessoas, principalmente as elites, não apenas deixam de refletir sobre as demandas como também não se sensibiliza com essas, permitindo a continuidade ou ampliação da desigualdade.

É no contexto da existência de diversas faces do país que é relevante a aplicação de políticas públicas que vislumbre as T.S., pois elas são mais precisas para solucionar as demandas sociais, além de serem, na maioria dos casos, mais acessíveis e efetivas. Porém não se podem replicar tais tecnologias, mas sim reaplicar, ou seja, adaptar a realidade de cada uma das faces do país.

### 3.3 DEFININDO UMA TECNOLOGIA DE INCLUSÃO

Antes de discutir o conceito da Tecnologia da Inclusão, é necessário compreender os elementos que dará suporte a essa abordagem emergente e desafiadora para um país que, na sua origem, traz o regime escravocrata. O processo de inclusão pressupõe a necessidade de inserção de algo que está sendo excluído, ou seja, surge à ideia que há de um grupo sem acesso a algum bem socialmente produzido e excluído da possibilidade de desfrutar de algum direito social básico.

Santos (2005) corrobora com o conceito de exclusão adotado quando afirma que “podemos entender a exclusão como sendo a ausência dos componentes essenciais à cidadania, em que se destacam aqueles de cunho material: emprego, renda, educação, habitação, saúde e alimentação”. Sendo assim a exclusão é uma forma de negar alguns direitos básicos que o cidadão possui assegurado pelo Estado.

Assim quando se pensa em incluir, no Brasil, não se deve associar apenas a aspectos econômico, como criação de emprego e renda, mas também é reconhecer aspectos subjetivos do indivíduo, é reconhecer os direitos dos cidadãos mesmo aqueles que não podem trabalhar.

“Além do trabalho, o qual deve ser precedido pela capacitação/educação, para que a inclusão se efetive, o estado não deve perder de vista os componentes subjetivos da cidadania como a auto-estima positiva, bem como a promoção da igualdade de oportunidades – vetor fundamental para se evitar o desperdício dos talentos perdidos para a subcidadania”. (SANTOS, 2005: 26)

A inclusão é algo subjetivo, é sensibilizar no indivíduo o conceito de *pertencimento* (pertencer ao processo, ou melhor, “ser” o processo). Tanto assim que o crescimento econômico brasileiro, experimentado na última década, não foi suficiente para promover a inclusão social e diminuir as suas desigualdades. Atualmente, a inclusão social efetiva é o grande desafio desse país.

Existem indicadores internacionais que apontam a exclusão social, por exemplo, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esse indicador é uma ótima referência, mas a utilização exclusiva do mesmo camufla a realidade, pois ao utilizar a renda per capita não se evidencia a exclusão social sofrida pela população. Segundo

alguns estudiosos e políticos, a posição do Brasil no ranking do IDH pode ser contestada, se levasse em consideração à porcentagem da população pobre.

Ao não considerar aspectos como esse, fazendo diagnósticos pouco aprofundados sobre as condições específicas de cada camada social brasileira, as políticas públicas ficam comprometidas, tornando-se *política para pobre*, ou seja, mecanismos e ou serviços básicos ineficientes que mal viabilizam a sobrevivência da população. Este fato se desdobra em duas conseqüências básicas, a continuidade da situação de miséria dos menos favorecidos e o afastamento das elites a esses serviços básicos.

“As classes médias e ricas não se utilizam há muito tempo daqueles serviços; classificados de forma categórica como sucateados e insuficientes. O afastamento das classes abastadas, que dispõem de maior força de pressão, dos serviços públicos fundamentais, fez com que estes se deteriorassem mais ainda – agora com menos chances de cura”. (Santos, 2005: 28)

Como citado acima, o Brasil cresceu economicamente, porém devido a sua *cultura* de desenvolvimento excludente não houve o desenvolvimento social. Assim o grande desafio do país é crescer e incluir simultaneamente, ou seja, considerar aspectos subjetivos em seu projeto político.

Esse desenvolvimento social requer a igualdade de oportunidades da parcela da população excluída, mas não está solucionando seus problemas. A resistência da política universalista só será quebrada quando trocar a definição de igualdade pela equidade social. Para isso um novo esquema será iniciado: a Tecnologia da Inclusão.

A partir das tecnologias sociais, que não é um conceito novo, está entrando mais fortemente em cena devido à melhoria da qualidade de vida efetiva da população favorecida, além de fomentar a participação social, de ter um diagnóstico mais preciso da demanda social e um custo, geralmente mais baixo.

Muitas dessas T.S. são intersetoriais, já que ao mesmo tempo são agrícolas, ecológicas, econômico-solidárias, sanitárias, promovem segurança alimentar, etc. e essa particularidade exige que seja criado um amplo leque de articulação entre os atores sociais para garantir a plena realização de todas as suas dimensões.

Mesmo com o objetivo de consubstanciar a inclusão, as mudanças sociais geradas por essas tecnologias não têm levado ao desenvolvimento inclusivo. Nessa

perspectiva a criação da T.In. foi de fundamental importância para que promovesse a tão sonhada inclusão que as Tecnologias Sociais não foram capazes de sustentar.

Pode-se afirmar que a Tecnologia Social é a provedora da Tecnologia da Inclusão, porém essa nova abordagem tem uma visão fortemente inclusiva, tendo como premissa não só a participação social da população envolvida, mas principalmente a mudança social desejada e necessária para alcançar tanto o desenvolvimento integral sustentado como principalmente a extinguir a “anestesia moral” enraizada na cultura nacional, atingindo principalmente as elites.

A Tecnologia da Inclusão (T. In.) consiste em operar as inovações tecnológicas de forma que estas proporcionem cidadania integral para excluídos e semi-incluídos. Trata-se de gestar e desenvolver uma tecnologia que recupere o conceito da economia política clássica que a tem como um conjunto de regras de cunho prático aptas a produzir as mudanças sociais esperadas. Não existe mudança social mais relevante do que a inclusão social no Brasil. (SANTOS, 2005: 30)

A partir desse conceito se pode instituir a Tecnologia da Inclusão, como um mecanismo efetivo e necessário para a mudança social, pois ao sensibilizar todos os atores sociais a refletir sobre a política pública a ser adotada para tirar o país desse cenário de desigualdade, ela favorece a equidade e a sinergia do capital social em busca de um projeto de nação.

O Ministério da Ciência e Tecnologia criou uma Secretaria de Inclusão Social, devido o caráter estratégico do projeto de inclusão. Existem setores estratégicos para alcançar o desenvolvimento inclusivo. Santos (2005) aponta pelo menos dois, que são a educação e a saúde. Onde se deve buscar, em ambos setores, a excelência dos serviços públicos ofertados para a população excluída, trilhando em sentido contrário ao que vem sendo feito, é o que se denomina *universalização com foco*.

O modelo universalista supõe que todos terão acesso, sendo assim o que está no centro do debate não é a necessidade de tirar ou não determinadas políticas, mas sim que tais políticas estejam focalizadas em um objetivo fundamental: fornecer os serviços para a população de forma efetiva e eficaz de maneira equânime. Sendo capaz de incluir amplas parcelas da população.

### 3.4 COMO CONSTRUIR UMA TECNOLOGIA DE INCLUSÃO?

A origem da T.In. é justamente a T.S., logo os passos para sua elaboração perpassam pela elaboração de uma tecnologia social, porém com um diferencial: as ações e práticas desenvolvidas devem não só propiciar a melhoria da qualidade de vida com a participação da comunidade local, mas principalmente possibilitar mecanismos de inclusão efetivo de todas as camadas sociais.

O exemplo desta diferenciação é a tecnologia social das cisternas de placas moldadas. Incontestavelmente é uma T.S. porque atende uma demanda social melhorando de forma efetiva a qualidade de vida da população e se faz necessário a participação da comunidade, porém até que ponto ela é inclusiva? Não que não inclua, já que possibilita o abastecimento de água de pessoas que antes não tinha acesso integral a este serviço, mas não causa uma transformação social profunda e não os retiram de forma eficaz da condição em que se encontra.

Assim, tomando como referência o trabalho de Lassance Jr. e Pedreira (2004), apresentam-se as fases essenciais para a elaboração das Tecnologias Sociais e os respectivos circuitos necessários à sua consolidação, destacando os aspectos que possibilitam sua evolução para Tecnologias de Inclusão, capazes de promover transformações sociais mais amplas e efetivas.

#### 3.4.1 Fases de elaboração

1) **A criação** – as T.S.'s são originadas a partir das demandas sociais logo seus conhecimentos podem surgir do saber popular, do saber científico ou ainda de ambos conjuntamente. As T.In's se desenvolverá para atingir toda a sociedade de forma equânime.

2) **A viabilidade técnica** – ambas tecnologias necessitam estar consolidadas por a partir de um método (projeto) e um procedimento (teoria e prática). Ou seja, o conhecimento ainda que popular ou científico tem que ser sistematizado, sempre visando a reaplicação, e não a replicação.

3) **A viabilidade política** – Se trata da legitimidade da tecnologia, sendo aceita e comprovada a sua utilidade, ganha popularidade, passando a ser apontada como solução para determinado problema social e é reivindicada sua aplicação pelos movimentos sociais, organizações civis e

até mesmo especialistas influentes.

4) **A viabilidade social** – Uma vez legitimada deve ser incorporada na cultura da sociedade a qual esta inserida, para ser mantida e assumida por todos os agentes envolvidos com o intuito de dar capilaridade à sua demanda e capacidade de implementação. Já as T.In's tem que promover, além do que visto acima, mudanças sociais efetivas de inserção da camada menos favorecida e fomentar a participação e sensibilização das elites.

Estas tecnologias, ainda que possam surgir de forma unilateral, ganham mais consistência quando os diversos atores sociais estão articulados, pois facilita a utilização das T.In.'s nas políticas públicas, ainda que tenha que trilhar também por outros caminhos. Tais caminhos serão apresentados em formas de circuitos, que determinarão a aceitação ou não dessas tecnologias no horizonte de tais políticas.

### 3.4.2 Os circuitos

O primeiro circuito é a dos **DIRIGENTES GOVERNAMENTAIS** – formado pelos responsáveis da tomada de decisão referente à política a ser seguida e a definição dos recursos a serem alocados. Estas tecnologias têm que estar dentro das prioridades de tais dirigentes governamentais, para que possam ser aplicadas em forma de políticas públicas, o indicador mais relevante é ter recursos previstos no orçamento para sua aplicação. Este fato indica a força ou da fragilidade das T.In's.

O segundo circuito, o da **BUROCRACIA** – a administração pública exige uma série de requisitos legais e processos normativos que nem sempre acolhem as pessoas e organizações que estão à frente dessas tecnologias. Se faz necessário que estejam respaldadas com parceiros institucionais, já que sem cumprir os trâmites burocráticos não será possível de ser implementada essas práticas inovadoras.

Como terceiro circuito se tem a **ACADEMIA** – onde o conhecimento será sistematizado e consubstanciadas pelo conhecimento científico, alcançando a viabilidade técnica. A fundamentação técnica é necessária para aumentar as chances de serem legitimadas e ganhar força no circuito administrativo, evitando os possíveis receios dos dirigentes governamentais e atribuindo status de tecnologia a essas práticas.

Por fim, se tem o quarto circuito, os **MOVIMENTOS POPULARES** – essas tecnologias só se tornam verdadeiramente sociais e inclusivas quando se inserem e ganham espaço no meio social. Ou seja, quando os conceitos e princípios são incorporados pela a sociedade, provocando uma mudança de postura da sociedade civil, no que tange a demanda social.

Em caso de não galgar este último circuito, essa tecnologia se descaracteriza e pode passar a ser considerada como uma *política para pobre*, já que não promove as mudanças sociais desejadas, que é prioritariamente fomentar uma cidadania crítica e em prol de transformações sociais.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise da Tecnologia Social, focando seu caráter de inclusão e vinculando as diversas realidades existentes no Brasil, se observa que a Tecnologia de Inclusão é uma Tecnologia Social com um caráter mais voltado para a mobilização, sensibilização e crescimento equânime da sociedade em geral e principalmente, destinada a promover *mudanças sociais desejadas*.

Tecnologia Social também tem uma forte característica de inclusão social, confirmando no conceito acima citado que pontua a representação de *soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida*, o que torna inseparável as T.S's de T.In's.

No momento da construção de uma T.S. é de significativa importância a articulação entre governo, administração, especialistas e organizações sociais, compondo os denominados circuitos. Percebe-se que teoricamente o desvio de finalidade da T.S. ocorre no percurso, onde a busca de interesses próprios de qualquer uma das camadas inseridas na aplicação da T.S., remete ao não cumprimento ético dos objetivos, o que poderia também acontecer no processo das tecnologias de inclusão.

Vinculando a realidade dos diversos “Brasis”, e por ser um país onde a exclusão acontece em larga escala, estudiosos das T.S. e de suas aplicabilidades vem tentando apregoar e enfatizar a importância da igualdade de oportunidades da parcela da população excluída, e a garantia da equidade social, resultando assim na

denominação Tecnologias de Inclusão, que se entende como a Tecnologia Social aplicada de forma coerente e correta.

Segundo Furtado (2003), o problema brasileiro não é econômico, o problema é social. Esse é o maior drama da sociedade brasileira. Visto isso é necessário agir, não apenas ficar inerte nos ambientes acadêmicos observando conceitos e não os aplicar.

Os resultados desta pesquisa evidenciam que a Tecnologia de Inclusão representa um avanço conceitual em relação às Tecnologias Sociais, ao incorporar a equidade como princípio estruturante das políticas públicas. Espera-se que o modelo proposto contribua para futuras pesquisas e para a formulação de estratégias capazes de promover um desenvolvimento social efetivamente inclusivo, sustentável e comprometido com a redução das desigualdades brasileiras.

## REFERÊNCIAS

CENTRO BRASILEIRO DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIA SOCIAL (CBRTS). **Tecnologia social**. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia; Instituto de Tecnologia Social, 2004. Disponível em: <https://tecnologiasocial.fbb.org.br>. Acesso em: 25 jun. 2026.

ESPINAS, Alfred. As origens da tecnologia. **Revue Philosophique de la France et de l'Étranger**, Paris, v. 48, p. 113-116, 1899.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fbb.org.br>. Acesso em: 25 jun. 2026.

FURTADO, Celso. Ouçam essa voz. **Revista Caros Amigos**, São Paulo, ano 6, n. 71, p. 30-35, fev. 2003.

G1. **Mulheres ocupam apenas 29% dos cargos de liderança na indústria brasileira**, diz pesquisa. G1, Brasília, DF, 8 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/03/08/mulheres-ocupam-apenas-29percent-dos-cargos-de-lideranca-na-industria-brasileira-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 25 jun. 2026.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL (ITS). **Tecnologia social**: conceitos e práticas. São Paulo: ITS, 2004. Disponível em: <https://itsbrasil.org.br>. Acesso em: 25 jun. 2026.

LASSANCE JR., Antonio E.; PEDREIRA, Juçara Santiago. Tecnologias sociais e políticas públicas. In: LASSANCE JR., Antonio et al. **Tecnologia social**: uma

estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 65-81. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fbb.org.br>. Acesso em: 25 jun. 2026.

OLIVEIRA, Eleuda C. de et al. **Exclusão social brasileira e suas especificidades**. 2021. Artigo apresentado ao Mestrado Multidisciplinar em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2021.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do desenvolvimento humano**. Brasília, DF: PNUD, 2020. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil>. Acesso em: 25 jun. 2026.

SAMPAIO, Dulce Moreira et al. **Feminismo e cidadania**. 2010. Artigo apresentado ao Mestrado Multidisciplinar em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2010.

SANTOS, Hélio. A ausência de um projeto de nação. **Revista Fórum: Outro Mundo em Debate**, São Paulo: Publisher Brasil, n. 22, p. 19, 2005.

SANTOS, Hélio; MARCHELLI, Paulo Sérgio. Tecnologia da inclusão como suporte para a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico. **Pesquisa em Debate**, São Paulo: Universidade São Marcos, ano 2, n. 2, p. 14-37, jan./jun. 2005.

SOARES FILHO, Almiro Sena et al. **A temática étnico-racial no Brasil**. 2018. Artigo apresentado ao Mestrado Multidisciplinar em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2018.

## VII - INFLUÊNCIA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E DAS SOFT SKILLS NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL

Antonio Edinaldo Oliveira Passarinho<sup>11</sup>

Claudemiro Rosa Brandão<sup>12</sup>

Ivo Pedro Gonzalez Junior<sup>13</sup>

### RESUMO

A pesquisa teve como objetivo compreender a influência da inteligência emocional e das soft skills no ambiente organizacional, foi analisado pausadamente como ambas exercem suas influências no desempenho dos colaboradores e no clima organizacional. Por meio de uma abordagem qualitativa e descritiva, com aplicação de formulários e análise de conteúdo, foi possível observar a importância dessas competências e de seus principais pilares, autoconsciência, autocontrole, automotivação, empatia e habilidades sociais. Nas conclusões finais, os resultados indicaram que a inteligência emocional e as soft skills influenciam diretamente o desempenho, o engajamento e a satisfação profissional e que contribuem de forma direta para um ambiente de trabalho mais colaborativo e equilibrado dentro de uma organização.

**Palavras-chave:** Inteligência Emocional (IE); Ambiente corporativo; Organização; Soft skills; Habilidades socioemocionais; Desenvolvimento profissional.

### ABSTRACT

The research aimed to understand the influence of emotional intelligence and soft skills within the organizational environment, analyzing in detail how both impact employee performance and the organizational climate. Through a qualitative and descriptive approach, using questionnaires and content analysis, it was possible to identify the importance of these competencies and their main pillars: self-awareness, self-control, self-motivation, empathy, and social skills. The final conclusions demonstrated that emotional intelligence and soft skills directly influence professional performance, engagement, and satisfaction, contributing significantly to the development of a more collaborative, balanced, and emotionally healthy work environment within the organization.

<sup>11</sup> Graduando em Administração no Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste (UNIAENE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3213177601230440>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-4921-7398>.

<sup>12</sup> Graduado em Administração pelo Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste (UNIAENE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1370896151247547>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9312-2480>. E-mail: [claudeimirorosa74@gmail.com](mailto:claudeimirorosa74@gmail.com).

<sup>13</sup> Doutor. Professor da Faculdade Adventista da Bahia. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9172835049817642>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9758-3956>. E-mail: [ivo.junior@adventista.edu.br](mailto:ivo.junior@adventista.edu.br).

**Keywords:** Emotional Intelligence (EI); Corporate environment; Organization; Soft skills; Socio-emotional skills; Professional development.

## 1 INTRODUÇÃO

Com as constantes mudanças na esfera organizacional, onde cada vez mais as associações necessitam de colaboradores que possuem competências que vão além das habilidades técnicas, como equilíbrio emocional, empatia e adaptabilidade, como exemplo. Quando falamos da inteligência emocional e das soft skills elas têm uma ênfase que soa diferente, pois envolvem aspectos fundamentais do comportamento humano tendo um impacto direto com o desempenho, a comunicação e o ambiente corporativo.

A inteligência emocional propõe um entendimento a um gerenciamento adequado das emoções, quanto as soft skills oportuniza a colaboração, a liderança e a resolução eficiente de conflitos. Essas habilidades são percebidas e aplicadas pelos colaboradores faz-se primordial para aprofundar seu impacto no desempenho individual e no desenvolvimento das organizações, com evidência que o verdadeiro diferencial competitivo está na gestão harmoniosa das emoções e das relações interpessoais. Unir, essas competências formam um alicerce para uma atuação profissional mais consciente, ética e cooperativa, somando para ambientes corporativo aperfeiçoado e humanizados.

Ao estimular os trabalhadores a desenvolverem essas competências, contribuímos não apenas para seu bem-estar individual, mas para a construção de ambientes de trabalho mais saudáveis, colaborativos e produtivos. Vivemos em um tempo em que as exigências emocionais do ambiente profissional crescem na mesma medida que os avanços tecnológicos e as transformações sociais. Neste cenário, a inteligência emocional desponta como uma habilidade essencial.

Este estudo propõe uma contribuição significativa para o campo organizacional ao investigar a inteligência emocional e as soft skills, como um elemento estratégico em uma organização. Trata-se de uma abordagem que vai além da teoria busca compreender como essas competências impactam diretamente na gestão de pessoas, no clima organizacional e no desempenho da organização. Ao integrar conhecimentos das áreas da educação, da psicologia e da administração, fomentamos um olhar interdisciplinar, mais humano e eficaz sobre os processos

educacionais e desenvolvimento profissionais. Esta pesquisa não apenas amplia o debate científico, como também abre caminhos para novas investigações que valorizem o ser humano em sua totalidade dentro do espaço organizacional.

O problema de pesquisa é: Como a inteligência emocional e o desenvolvimento das soft skills impactam o desempenho, a satisfação e o engajamento dos colaboradores em uma organização? Temos os objetivos específicos que são: Caracterizar as principais habilidades comportamentais (soft skills) presentes entre os colaboradores, destacando sua relevância no contexto organizacional; Apresentar e analisar os cinco pilares da inteligência emocional autoconhecimento, autocontrole, automotivação, empatia e habilidades sociais à luz da literatura e de sua aplicabilidade no cotidiano dos colaboradores; Investigar de que forma essa percepção influencia suas relações interpessoais e o desempenho no ambiente organizacional.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E SEUS CINCO PILARES**

A Inteligência Emocional (IE) é uma competência que está relacionada em diversas esferas da vida pessoal e profissional, por meio dela há uma evolução na compreensão das emoções, que conseqüentemente somos induzidos a administrá-las melhor, e com isso conseguimos interpretar e até influenciar as emoções de pessoas que estão ao nosso redor. Alves (2021) destaca que o desenvolvimento da inteligência emocional nas organizações promove ambientes mais colaborativos e reduz conflitos, impactando positivamente nos resultados institucionais. Além de ser um pilar essencial para o sucesso pessoal e profissional no ambiente corporativo.

Ela evidencia as habilidades emocionais e sociais de um indivíduo, ou seja, saber lidar com suas próprias emoções e as dos outros em diversas situações do cotidiano, é um diferencial inquestionável, de muita importância para as relações concretas e futuras. Essa habilidade se torna essencial na estruturação de relacionamentos, vínculos e tomada de decisões, que terão impactos diretos na jornada traçada rumo aos objetivos.

Na sua construção existe o conjunto de pilares que a define, quando esses pilares se relacionam entre si, transformam-se em uma maestria inigualável de qualidades, que redefine o caráter e molda o posicionamento de uma pessoa. Isso

interlaçar diretamente nessa pauta, pode parecer até milagre, essa mudança radical no comportamento e desenvolvimento do indivíduo, mas não é, o estudo e a determinação em adquirir esses pilares fazem toda a diferença e vale muito apenas no final.

Então conhecer esses pilares, que tem sua contribuição, mais do que significativa para o desenvolvimento dessa competência. O primeiro deles é a “autoconsciência” é a qualidade de reconhecer e entender as próprias emoções e como elas irão influenciar nossos pensamentos e comportamentos. Pessoas que têm essa qualidade possuem uma visão clara de seus defeitos e virtudes, e isso acaba se tornando extremamente importante para o desenvolvimento pessoal como um todo, o resultado é uma melhor aproximação das pessoas, no primeiro contato fazem com que elas ajam de forma mais natural, e passem uma boa impressão.

O segundo é o “autocontrole”, capacidade de gerenciar impulsos e manter equilíbrio emocional em situações desafiadoras (GOLEMAN, 1995).

É um dos pilares cruciais, imagine se todas as vezes que ficarmos com raiva de uma situação ou de alguém, acabar fazendo o que vem na teia de “cabeça quente”, sem se preocupar com as consequências futuras por essa decisão tomada sem o devido controle do momento, por essa razão esse pilar faz com que as pessoas consigam o devido controle de suas emoções, em situações desafiadoras do cotidiano e mesmo assim ter a capacidade de manter a calma, evitando assim ações impulsivas e passivas a causar danos.

Pessoas que têm autocontrole de si mesmas possuem uma postura emocional madura e centrada, estão bem estabilizadas e tomam suas decisões com o devido equilíbrio e realizam suas ações com firmeza.

O terceiro é a “empatia” considerada a arte da compreensão e do compartilhamento dos sentimentos de outras pessoas, sendo um pilar vital na construção de relacionamentos mais profundos e respeitosos. Tanto na vida pessoal quando no ambiente de trabalho a empatia é crucial, ajudando a manter um ambiente harmonioso e o senso de confiabilidade entre as pessoas, principalmente quando se trata de atendimento ao público, ver as situações com os olhos do outro, compreender sem julgar e não apenas concordar esse é o diferencial.

O quarto é a “automotivação” é a habilidade de se manter motivado, ter objetivos e focar neles, independente das diversidades a serem enfrentadas. Os indivíduos que se automotiva para realizações de seus objetivos, mantendo a

mentalidade positiva com foco no seu próprio potencial, sem que precise de uma injeção de motivação de terceiros, se destacam entre os demais. Essa capacidade é essencial para o desenvolvimento pessoal e profissional, habilidade muito requisitada no mercado de trabalho.

E por último as “habilidades sociais” pode ser considerada a peça de encaixe final na estrutura dessa competência, pois quando é desenvolvido a capacidade de resolução de conflito, relacionamentos eficazes, comunicação clara verbal e não verbal, trabalho em equipe, persuasão e networking, habilidades que fazem toda a diferença no meio organizacional e pessoal. Segundo Goleman (1995, p. 152) “essas aptidões sociais nos permitem moldar um relacionamento, mobilizar e inspirar os outros, vicejar em relações íntimas, convencer e influenciar, deixar os outros à vontade”.

A Inteligência Emocional, é uma competência englobada de forma mista com outras qualidades, que quando combinadas nesse universo de situações conseguimos lidar e sobre sair nos relacionamentos e emoções, sendo no meio profissional ou pessoal, pois estão interligadas as habilidades emocionais e as soft skills habilidades sociais.

## 2.2 AS SOFT SKILLS E A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL EM UMA ORGANIZAÇÃO

As transformações no mercado de trabalho e a crescente demanda por profissionais com habilidades socioemocionais evidenciam a importância das soft skills, especialmente em ambientes organizacionais. Essas competências estão relacionadas à inteligência emocional e são determinantes para a interação interpessoal, como a gestão de conflitos e a colaboração em time, são fatores essenciais no contexto de uma organização.

Na contemporaneidade, as soft skills passaram a ocupar um papel central nas discussões sobre desenvolvimento profissional. “As habilidades interpessoais e sociais (soft skills) estão recebendo cada vez mais atenção, com os empregadores relatando frequentemente que os trabalhadores carecem dessas competências.” (HURRELL, 2016, p. 605).

Nesse cenário, habilidades como comunicação, adaptabilidade, escuta ativa e a inteligência emocional são consideradas indispensáveis, sobretudo em ambientes de alta interação humana como no meio organizacional. As mudanças rápidas, a

diversidade de perfis e a necessidade de inovação constante, demandam profissionais emocionalmente preparados para liderar, motivar e colaborar.

As organizações são ambientes complexos, compostos por múltiplos profissionais, cujas interações determinam o clima organizacional e a produtividade. Segundo Silva, Neto e Gritti (2020), em uma pesquisa realizada com estudantes de Gestão de Recursos Humanos, perceberam que embora os estudantes reconheçam ter um conhecimento ainda superficial sobre soft skills, eles percebem que essas competências especialmente comunicação, empatia e cooperação, exercem influência direta na motivação profissional e no desempenho das equipes dentro do ambiente empresarial.

Nessa perspectiva, as soft skills se mostram vitais para promover a convivência harmoniosa, a colaboração em time e a mediação de conflitos. É importante citar que no ambiente corporativo, essas habilidades promovem inclusão, o respeito à diversidade e a inovação, características essenciais para o desenvolvimento organizacional. Além de que, gestores e colaboradores entre outros com alta inteligência emocional, consegue lidar melhor com situações de estresse, responder de maneira equilibrada a críticas e estimular o engajamento profissional. Já os gestores que desenvolveram suas soft skills são mais eficientes em liderar projetos, inspirar equipes e solucionar conflitos internos.

Para o desenvolvimento das Soft Skills no meio organizacional, as organizações precisam investir em ações intencionais e estruturadas.

Programas de desenvolvimento socioemocional que são integrados ao currículo e às práticas pedagógicas institucionais especialmente aqueles que adotam a abordagem SAFE (sequencial, ativa, focalizada e explícita) têm demonstrado melhorar significativamente os índices de aprendizagem, competências comportamentais e resultados relacionados à empregabilidade (BANCO MUNDIAL, 2016).

A inserção de ações voltadas para o autoconhecimento, dinâmicas de grupo, mentorias e projetos interdisciplinares permite que os colaboradores desenvolvam competências como liderança, empatia e pensamento crítico. Além disso, capacitações voltadas a gestores colaboradores também são fundamentais para fortalecer uma cultura organizacional baseada na inteligência emocional. Viana (2015) ressalta que o trabalho multidisciplinar é essencial para ampliar as perspectivas dos

estudantes e prepará-los para um mercado de trabalho em constante transformação, no qual as relações humanas cada vez mais ganham relevância.

As soft skills, antes negligenciadas, consolidaram-se como fator decisivo para o sucesso profissional. No contexto das organizações, sua valorização é ainda mais significativa, pois impacta diretamente a qualidade das relações humanas, a gestão institucional e a formação integral dos profissionais.

Ao compreender a trajetória histórica e o papel atual dessas competências, torna-se evidente que investir no desenvolvimento de soft skills não é um diferencial, mas uma necessidade estratégica para as instituições que almejam excelência, inovação e relevância social. Com o avanço das tecnologias e a globalização dos mercados, o perfil profissional exigido pelas organizações passou por significativas transformações. Portanto, deixou-se de valorizar apenas as competências técnicas para reconhecer a importância das habilidades comportamentais e emocionais no ambiente corporativo. Diversos estudos têm apontado que a capacidade de se comunicar bem, trabalhar em equipe, resolver conflitos e se adaptar a mudanças é determinante para o desempenho profissional.

Segundo Lamri e Lubart (2023), embora haja dificuldade em se chegar a um consenso sobre estruturas e terminologias, a relevância das habilidades sociais e interpessoais para o sucesso individual e organizacional tem sido amplamente discutida na literatura, evidenciando uma mudança de paradigma na forma como o capital humano é avaliado e desenvolvido.

Nesse cenário em constante transformação, torna-se evidente que habilidades como resiliência, adaptabilidade e inteligência emocional não são apenas desejáveis, mas essenciais para quem deseja se manter relevante no mundo do trabalho. A rapidez das mudanças exige dos profissionais não apenas competência técnica, mas também uma postura proativa diante dos desafios. Antunes (2020) complementa esse pensamento ao afirmar que, reinventar-se significa enfrentar medos e resistências, abandonar padrões já superados e ter coragem para avançar em direção ao novo, desenvolvendo assim competências essenciais para o mundo atual.

Reinventar-se é sair totalmente da zona de conforto e assumir riscos. Nesse processo, as soft skills ganham protagonismo como ferramentas indispensáveis para enfrentar a complexidade e a imprevisibilidade dos tempos atuais. Com processo de transformação profissional, o desenvolvimento contínuo torna-se um diferencial estratégico. Adaptar-se às novas demandas do mercado exige mais do que

disposição, requer uma mente aberta ao aprendizado permanente. Martins (2017) completa que a aquisição de novos conhecimentos depende da disposição em aprender de forma contínua e adaptativa, demonstrando abertura para incorporar rapidamente novas experiências e informações.

No entanto, adquirimos novo conhecimento por meio de leitura, assistindo a apresentações, observando e analisando desenhos, dentre outras maneiras. Essa abertura para o novo fortalece não apenas as competências cognitivas, mas também as emocionais, fundamentais para lidar com a complexidade e a diversidade dos ambientes organizacionais.

Diante de um mundo marcado por transformações rápidas, inovação constante e crescente complexidade nas relações humanas, o perfil profissional exigido vai muito além do domínio técnico. As organizações têm os desafios de formarem indivíduos que saibam lidar com a diversidade, tomar decisões éticas e atuar com empatia e colaboração. Nesse cenário, investir no fortalecimento dessas competências é um caminho não apenas desejável, mas essencial para as instituições que desejam formar profissionais preparados para os desafios do futuro. Nesse contexto, as soft skills tornam-se cada vez mais relevantes. “É cada vez mais necessário formar pessoas com fortes competências pessoais e emocionais, em paralelo com o conhecimento científico, capazes de responder às mudanças constantes e necessidades do atual mundo laboral” (TRAVASSOS, 2019, p. 62).

### 3 METODOLOGIA

O método de estudo escolhido foi a pesquisa descritiva qualitativa. Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como maior objetivo relatar de forma geral as características de determinado fenômeno ou a relação entre variáveis. Nesse trabalho o nosso objetivo é descrever, analisar e interpretar a importância da Inteligência Emocional (IE) e das Soft Skills no ambiente corporativo de uma organização, compreendendo de que forma essas competências influenciam o comportamento, a convivência, a tomada de decisão e os resultados institucionais. A escolha justifica-se pelo fato de que, ao buscar compreender e relatar as percepções dos colaboradores sobre aspectos emocionais e comportamentais no ambiente de trabalho, não se pretende intervir no fenômeno, mas sim retratá-lo com base nas respostas coletadas.

De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2013), a abordagem qualitativa permite compreender de maneira aprofundada as percepções, experiências e sentimentos dos indivíduos, sendo adequada para estudos que buscam interpretar fenômenos em contextos específicos. A utilização dessas abordagens justifica-se pela necessidade de busca interpretar e compreender as percepções, sentimentos e comportamentos dos indivíduos envolvidos, considerando suas experiências subjetivas em relação às competências no ambiente corporativo.

### 3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A pesquisa foi realizada em uma organização pública. Essa técnica, segundo Minayo (2009), permite maior flexibilidade nas respostas, possibilitando ao entrevistado discorrer livremente sobre o tema, ao mesmo tempo em que garante ao pesquisador explorar questões pré-definidas. O motivo dessa escolha é pela adequação do método à proposta qualitativa do estudo, pois facilita a obtenção de informações detalhadas.

Tendo como amostra de estudo os profissionais atuantes da organização, considerando a disponibilidade e interesse em participar do estudo.

Foram considerados para a seleção os seguintes critérios:

- Profissionais e estagiários da organização.
- Mínimo de 4 meses de atuação na organização.
- Interesse voluntário em participar das entrevistas.

### 3.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, foi utilizado o google forms, composto por perguntas abertas e fechadas, que permitiram a livre manifestação dos participantes sobre suas percepções e experiências em relação ao tema abordado, no total foram formuladas 17 perguntas.

### 3.3 MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS

Em geral os dados que foram obtidos nas entrevistas foram analisados por meio da análise de conteúdo, utilizando-se 3 etapas, listadas logo abaixo, o motivo de escolha dessa análise se dá por possibilitar a organização objetiva dos dados apresentados.

Pré-análise: leitura e organização dos materiais e dados obtidos do formulário.

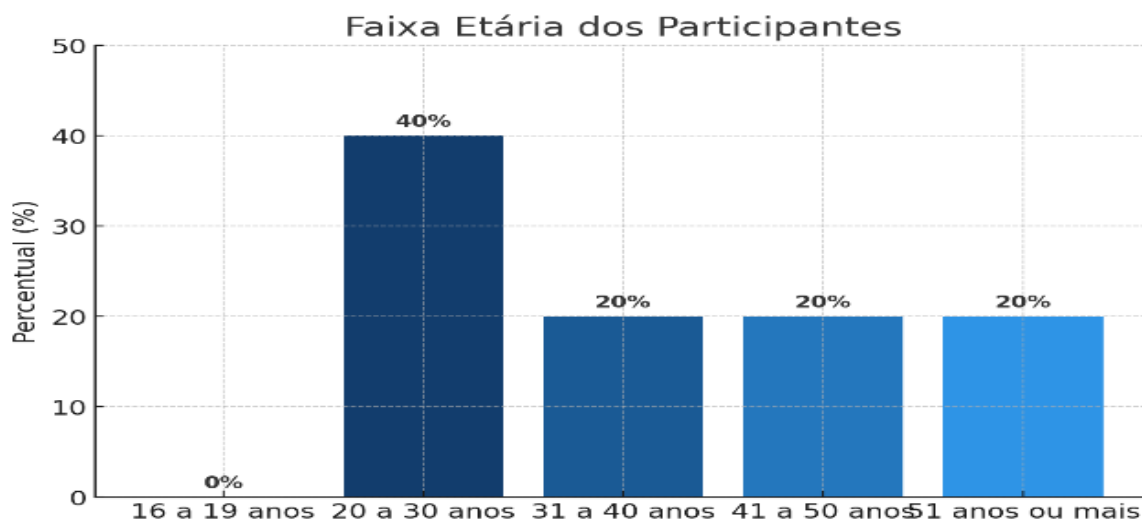
Codificação: categorização das respostas em temas relacionados aos pilares da inteligência emocional e às principais soft skills citadas.

Interpretação: análise interpretativa dos conteúdos, destacando as percepções predominantes e as implicações dessas competências no ambiente corporativo.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa foi aplicada para um grupo de colaboradores em uma organização pública, a maioria dos respondentes foram do sexo masculino com um percentual 80%, e a distribuição etária apresentou maior concentração na faixa de 20 a 30 anos, com distribuição equilibrada nas demais faixas.

**Gráfico 1 - Faixa etária dos participantes**



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

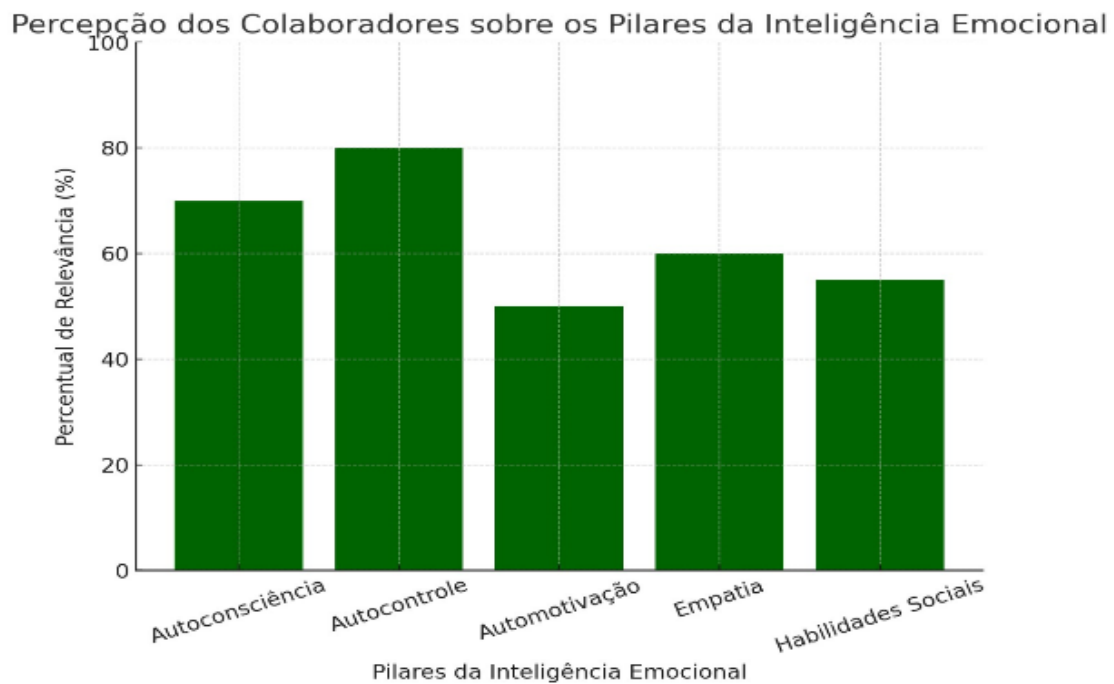
Foi observado que o tempo de experiência profissional dos respondentes, 60% deles possuem menos de um ano de atuação e 40% encontram-se na faixa de um a três anos de experiência, caracterizando um perfil majoritariamente jovem e em fase inicial de carreira na organização.

No que concerne ao conhecimento sobre Inteligência Emocional (IE), 60% dos colaboradores afirmaram possuir compreensão clara do conceito, enquanto 40% declararam conhecer apenas superficialmente. A totalidade dos respondentes reconheceu a influência positiva da IE no desempenho profissional, com variações entre "com certeza" e "em parte", demonstrando consciência coletiva sobre sua relevância no ambiente organizacional.

Na opinião dos respondentes, referente aos pilares, que melhor representam a inteligência emocional, os dados apontam que um percentual de 80% deles vê o controle emocional como o pilar que melhor representa a IE, 70% acham a autoconsciência e 60% acreditam que empatia melhor representa a IE. A autoconsciência, autogestão (autocontrole) e empatia são descritas como elementos centrais da inteligência emocional, capaz de favorecer a adaptabilidade, o trabalho em equipe e o relacionamento interpessoal.

Estes achados da pesquisa refletem que os colaboradores reconhecem a importância dos pilares fundamentais da inteligência emocional para o bom convívio e desempenho profissional, conforme afirmam Ferrari, Ghedine e Llopis (2022, p. 237).

#### Gráfico 2 - Pilares que representam a IE

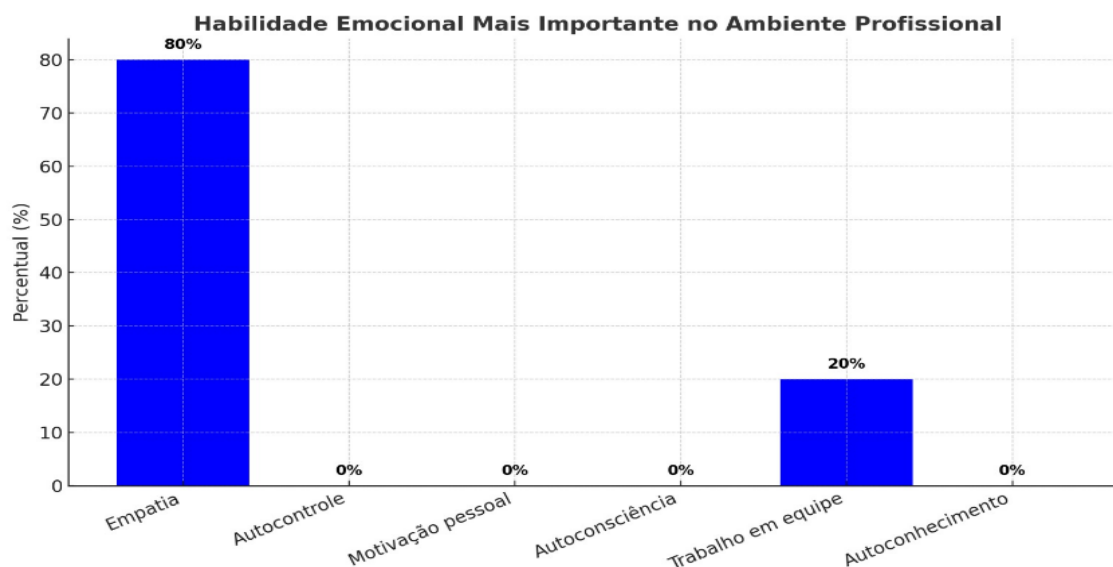


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quando perguntado sobre a percepção dos colaboradores sobre os pilares da inteligência emocional, a pesquisa revelou que 80% deles consideram a empatia como a habilidade emocional mais importante no ambiente profissional, e que 40% deles aplicam regularmente processos de autoavaliação pessoal visando o aprimoramento contínuo de suas competências e desempenho profissional, estes dados demonstram que os colaboradores identificam e valorizam os componentes fundamentais da IE em sua atuação profissional, e com consequência o ambiente de trabalho é moldado de acordo com a aplicação desses pilares pelos agentes que o compõem.

Segundo Silva e Costa (2023, p. 118), “a empatia é uma competência essencial para a construção de relacionamentos interpessoais saudáveis e eficazes no ambiente de trabalho, pois permite compreender e responder adequadamente às emoções dos outros”.

**Gráfico 3 - Habilidade emocional considerada mais importante no ambiente profissional**



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Verificou-se que 80% dos colaboradores avaliam sua capacidade de lidar com emoções em situações de estresse como "boa" ou "excelente". Contudo, 40% relataram que conflitos são apenas "de vez em quando" e evitáveis através da IE, indicando espaço para desenvolvimento. Nas respostas qualitativas, predominou a percepção de que a IE melhora significativamente a comunicação e reduz ruídos no ambiente de trabalho.

Esse entendimento comprova um reconhecimento claro das soft skills, já que os resultados coletados referentes as aplicações das soft skills apontam que todos os respondentes categorizam sua comunicação com colegas e superiores no ambiente como “boa”, e com adaptabilidade equilibrada às transformações e preferencialmente a busca por interação ou entendimento claro perante os confrontos.

Ferreira, Fonseca e Nunes (2023, p. 228) afirmam que “a falta de habilidades emocionais adequadas pode resultar em comunicação inadequada, escalada de conflitos, baixa produtividade e clima organizacional negativo, além da perda de talentos. [...] Ao fazer isso, as empresas podem melhorar a comunicação entre seus membros, promover a resolução construtiva de conflitos e criar um clima organizacional saudável.”

Nas perguntas abertas, os respondentes foram questionados sobre como percebem a influência da inteligência emocional em suas relações profissionais dentro da estrutura organizacional. Além disso, foram indagados sobre de que forma o controle das emoções pode contribuir para lidar com situações de estresse ou conflito no ambiente de trabalho.

As respostas obtidas apontam a importância da inteligência emocional nas relações profissionais dentro da estrutura organizacional. Os respondentes destacam que a inteligência emocional influencia positivamente a comunicação, colaboração em equipe e empatia, permitindo que o trabalho flua sem ruídos na comunicação. Além disso, é enfatizada a importância da inteligência emocional para lidar com pessoas e situações conflituosas no ambiente de trabalho.

De acordo com Rodrigues e Lima (2023), a inteligência emocional potencializa a colaboração entre equipes, pois promove compreensão mútua, respeito e alinhamento de objetivos comuns, fortalecendo a coesão organizacional.

O controle das emoções também é destacado como essencial para lidar com situações de estresse ou conflito no ambiente profissional. Os respondentes mencionam que o controle emocional permite uma abordagem mais calma e racional, contribuindo para a resolução de conflitos e melhorando as relações no meio corporativo. Além disso, é sugerido que o controle emocional está relacionado ao nível de conhecimento do indivíduo e que ajuda a pessoa a pensar antes de responder, levando a tomadas de decisões mais acertadas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essa pesquisa analisou a influência da Inteligência Emocional e das Soft Skills em um ambiente organizacional, o estudo mostra que, quando os colaboradores de uma organização percebem e aplicam os princípios da inteligência emocional e das competências socioemocionais no contexto laboral, há uma alta taxa de crescimento na proatividade, pois tais habilidades comportamentais interferem diretamente no rendimento profissional e na dinâmica organizacional.

A inteligência emocional mostrou exercer um papel determinante na construção de relações interpessoais equilibradas, na capacidade de gerir emoções diante de situações de pressão e na promoção de um ambiente de trabalho mais coeso,

cooperativo e eficiente somando para um clima organizacional eficiente e sem atritos emergentes.

Por meio da pesquisa reconhece também uma necessidade da organização, investir em desenvolvimento pessoal de seus colaboradores por meio de programas para aprimoramento das competências emocionais e interpessoais, seria um diferencial e valorização do capital humano e a promoção de um ambiente de trabalho mais saudável, colaborativo e emocionalmente equilibrado.

Por fim, o estudo de forma geral revelou que o desenvolvimento dessas competências repercute positivamente na moldagem do meio corporativo, refletindo-se em maior engajamento, produtividade e satisfação coletiva dos colaboradores, justamente devido a influência da Inteligência Emocional e das Soft Skills no ambiente organizacional, que o transforma.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Israel Ribeiro. A inteligência emocional: influência na vida profissional e nas organizações. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 12, p. 300-307, 2021.

ANTUNES, Lucedile. Soft skills: competências essenciais para os novos tempos. São Paulo: Literare Books, 2020.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre desenvolvimento mundial 2018: Aprendizagem para realizar a promessa da educação. Washington, DC: **Banco Mundial**, 2018.

BANCO MUNDIAL. Taking Stock of Programs to Develop Socioemotional Skills. Washington, DC: Banco Mundial, 2016.

FERRARI, Sandro Roberto; GHEDINE, Tatiana; LLOPIS, Juan. Competências da inteligência emocional de líderes em países em desenvolvimento. RGO – **Revista Gestão Organizacional**, Chapecó, v. 15, n. 3, p. 234-251, set./dez. 2022.

FERREIRA, Felipe Oliveira; FONSECA, Maria Eduarda Seni; NUNES, Ana Lúcia de Paula Ferreira. Inteligência Emocional e suas Influências na Gestão de Conflitos. ID on Line. **Revista de Psicologia**, v. 17, n. 68, p. 219-231, 2023.

GOLEMAN, Daniel. Inteligência Emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

HURRELL, Scott A. Repensando o jogo da culpa pelo déficit de habilidades sociais:

empregadores, habilidades e o mito do trabalhador 'não empregável'. **Trabalho, Emprego e Sociedade**, v. 30, n. 4, p. 736-752, 2016.

HURRELL, Scott A. Rethinking the soft skills deficit blame game: Employers, skills withdrawal and the reporting of soft skills gaps. **Human Relations**, v. 69, n. 3, p. 605-628, 2016.

LAMRI, Jeremy; LUBART, Todd. Reconciling hard skills and soft skills in a common framework: The generic skills component approach. *Journal of Intelligence*, v. 11, n. 6, p. 107, 2023.

MARTINS, José Carlos Cordeiro. *Soft Skills: conheça as ferramentas para você adquirir, consolidar e compartilhar conhecimentos*. Rio de Janeiro: Brasport, 2017.

NETA, Nair Floresta Andrade; GARCÍA, Emilio García; GARGALLO, Isabel Santos. A inteligência emocional no âmbito acadêmico: Uma aproximação teórica e empírica. **Psicologia Argumento**, v. 26, n. 52, p. 11-22, 2008.

ROBLES, Marcel M. Executive Perceptions of the Top 10 Soft Skills Needed in Today's Workplace. Publicado em: **Business Communication Quarterly**, v. 75, n. 4, p. 453-465, 2012.

ROBLES, Marcel M. Percepções Executivas das 10 Principais Soft Skills Necessárias no Local de Trabalho de Hoje. **Business Communication Quarterly**, v. 75, n. 4, p. 453-465, 2012.

RODRIGUES, F. M.; LIMA, G. A. Habilidades socioemocionais e trabalho em equipe: uma análise contemporânea. **Revista Brasileira de Psicologia Organizacional**, v. 14, n. 2, p. 87-101, 2023.

SILVA, A. P.; COSTA, R. F. A importância da empatia no contexto organizacional. **Revista de Psicologia e Comportamento Organizacional**, v. 15, n. 2, p. 115-130, 2023.

SILVA, B. X. F.; NETO, V. C.; GRITTI, N. H. S. A Importância das Soft Skills no Mundo Profissional. **Revista Administração em Diálogo – RAD**, v. 22, n. 2, p. 33-50, 2020.

SILVA, Beatriz Xavier Ferreira da; NETO, Victória Carolina; GRITTI, Neusa Haruka Sezaki. Soft Skills: rumo ao sucesso no mundo profissional. **Revista Interface Tecnológica**, v. 17, n. 1, p. 829-842, 2020.

TRAVASSOS, Vasco Daniel Cordeiro. **A importância das soft skills nas competências profissionais**. Lisboa: Edições Sílabo, 2019.

VIANA, P. P. A. R. A importância do trabalho multidisciplinar e dos Soft Skills nos dias de hoje. **Arquivos de Ciências da Saúde**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 7-8, ago. 2015.

VIANA, P. P. A. R. A Importância do Trabalho Multidisciplinar e das Soft Skills nos Dias de Hoje. **Revista Ciências Gerenciais**, v. 19, n. 28, p. 21-32, 2015.

## VIII - CAPITAL HUMANO COMO FATOR ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DE FEIRA DE SANTANA

Hélio Ponce Cunha <sup>14</sup>

### RESUMO

O presente artigo de natureza bibliográfica e empírica investiga o papel do Capital Humano (CH) como vetor estratégico de desenvolvimento regional no contexto de cidades médias, adotando o município de Feira de Santana (Bahia) como estudo de caso. O objetivo central consiste em analisar a aderência entre a formação, atração e retenção de mão de obra qualificada local e as reais demandas do tecido produtivo, avaliando seu alinhamento com as perspectivas de crescimento sustentável do Portal do Sertão. A metodologia caracteriza-se como exploratório-descritiva, utilizando-se da revisão da literatura clássica (Schultz, Becker) e endógena (Lucas, Romer), conjugada à análise de dados secundários extraídos do IBGE, INEP e RAIS/CAGED para os anos recentes. Os resultados evidenciam um paradoxo: embora o município tenha consolidado um pujante polo educacional superior e técnico, o aproveitamento local desse capital humano é limitado por um evidente mismatch qualificacional. O setor produtivo, majoritariamente ancorado em comércio e serviços de menor complexidade tecnológica, absorve fragilmente a mão de obra de alta qualificação, induzindo o subemprego ou a fuga de cérebros (brain drain) para os grandes centros. Conclui-se que o desenvolvimento regional estratégico demanda a transição do atual modelo passivo para um arranjo ativo baseado na governança da Hélice Tríplice (Universidade-Empresa-Governo).

**Palavras-chave:** Capital Humano. Desenvolvimento Regional. Cidades Médias. Feira de Santana. Mercado de Trabalho.

### ABSTRACT

The present bibliographic and empirical article investigates the role of Human Capital (HC) as a strategic driver of regional development in the context of medium-sized cities, adopting the municipality of Feira de Santana (Bahia) as a case study. The central objective is to analyze the fit between the training, attraction, and retention of local qualified labor and the real demands of the productive fabric, evaluating its alignment with the sustainable growth perspectives of the Portal do Sertão region. The methodology is characterized as exploratory-descriptive, utilizing a review of classical (Schultz, Becker) and endogenous (Lucas, Romer) literature, combined with the analysis of secondary data extracted from IBGE, INEP, and RAIS/CAGED for recent years. The results reveal a paradox: although the municipality has consolidated a thriving higher and technical education hub, the local utilization of this human capital

<sup>14</sup> Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU/Universidade Salvador). Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS/DCIS). Líder do Grupo de Pesquisa Mega – Estudos e Pesquisas em Mercado, Estratégia, Gestão e Análise Regional. [ponce@uefs.br](mailto:ponce@uefs.br)

is limited by an evident skills mismatch. The productive sector, primarily anchored in commerce and services of lower technological complexity, weakly absorbs highly qualified labor, leading to underemployment or a brain drain to major centers. It is concluded that strategic regional development demands a transition from the current passive model to an active arrangement based on Triple Helix (University-Industry-Government) governance.

**Keywords:** Human Capital. Regional Development. Medium-sized Cities. Feira de Santana. Labor Market.

## 1 INTRODUÇÃO

Promover estratégias capazes de dinamizar o desenvolvimento de uma região exige a integração de diversos fatores: a valorização das vocações locais, a criação de infraestrutura que impulse as atividades produtivas e a formação de capital humano apto a inovar e dar suporte a essa produção. Este último aspecto, o capital humano, revela-se o mais crucial e complexo. Como ele atua como base para todos os outros, o seu avanço requer ações de cunho socioeconômico e reflete na necessidade de investimentos cujos retornos vão além da perspectiva de curto prazo.

No Brasil, país de dimensões continentais e historicamente marcado por agudas disparidades socioespaciais, a geografia econômica tem testemunhado um dinâmico processo de desconcentração produtiva. Se outrora o desenvolvimento gravitava de maneira quase exclusiva ao redor dos grandes complexos metropolitanos do eixo Sul-Sudeste, o século XXI evidenciou o revigoramento das cidades médias. Tais centros urbanos, que intermediam as relações entre as áreas rurais/pequenos municípios e as grandes capitais, tornaram-se os novos nós de irradiação de serviços, comércio avançado, educação e inovação tecnológica. A compreensão de como o capital humano se acumula e atua nessas territorialidades intermediárias tornou-se um imperativo de pesquisa e política pública.

Situada estrategicamente no estado da Bahia, Feira de Santana configura-se como um dos arquétipos mais pujantes de cidade média no Nordeste brasileiro. Reconhecida como a 'Princesa do Sertão' e abrigando o maior entroncamento rodoviário do eixo Norte-Nordeste, a cidade exerce uma polarização inquestionável sobre o Território de Identidade do Portal do Sertão e sobre dezenas de outros municípios circunvizinhos. Além de um comércio atacadista e varejista de proporções nacionais e de um parque industrial significativo — o Centro Industrial do Subaé (CIS)

—, Feira de Santana passou por um intenso processo de expansão educacional, consolidando-se como um denso polo universitário.

Contudo, a literatura especializada em desenvolvimento regional alerta que o simples acúmulo quantitativo de atributos, sejam eles populacionais ou educacionais, não resulta automaticamente na melhoria qualitativa das condições de vida e de complexidade econômica. Cria-se, portanto, um campo fecundo para questionamentos: a farta formação de graduados e técnicos tem se traduzido em adensamento tecnológico para a indústria local? As empresas feirenses estão absorvendo essa força de trabalho altamente escolarizada, ou a cidade estaria apenas subsidiando, via 'fuga de cérebros', o desenvolvimento de polos metropolitanos distantes?

A partir desta problematização, este artigo científico norteia-se pela seguinte pergunta de pesquisa: Em que medida a formação, atração e retenção do capital humano em Feira de Santana estão alinhadas com as diretrizes e necessidades estratégicas de desenvolvimento regional sustentável do município e de sua área de influência direta?

A justificativa para este estudo ancora-se em dimensões tanto teóricas quanto pragmáticas. Sob o prisma teórico, o trabalho contribui para mitigar a lacuna na literatura sobre capital humano focada no interior do Nordeste, contrapondo-se à vasta maioria dos estudos que se limitam aos eixos metropolitanos sudestinos. Na esfera prática, os diagnósticos e correlações aqui extraídos fornecem subsídios robustos para a formulação de políticas públicas integradas, permitindo a gestores governamentais, reitores de instituições de ensino e líderes empresariais alinhar a oferta de competências à demanda tecnológica futura da região.

Para responder ao problema proposto, a pesquisa estrutura-se metodologicamente como um estudo de caso exploratório e descritivo, amparado por uma abordagem mista (qualitativa-quantitativa). Na primeira fase, procedeu-se a uma densa revisão bibliográfica envolvendo teorias clássicas e endógenas do capital humano (Schultz, Becker, Lucas) e paradigmas do desenvolvimento regional e cidades médias (Perroux, Sposito). A fase seguinte, de base empírica, consistiu na coleta, sistematização e análise de dados secundários oriundos de órgãos oficiais (IBGE, MTE/RAIS-CAGED, INEP) referentes ao desempenho econômico, mercado de trabalho e sistema educacional de Feira de Santana, com foco no interstício da última

década. Esta estrutura permite confrontar a base conceitual com a materialidade estatística do território investigado.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 CAPITAL HUMANO, ORIGENS, CONCEITO E PERSPECTIVAS

A formalização teórica do Capital Humano consubstancia uma das maiores quebras de paradigma na teoria econômica do século XX. Historicamente, a ciência econômica tratou o fator 'trabalho' como um elemento homogêneo e indiferenciado, cujo volume era medido pela mera contagem de braços ou horas trabalhadas. Foi a partir das contribuições inaugurais de economistas ligados à Escola de Chicago, notadamente na década de 1960, que as capacidades inerentes aos indivíduos passaram a ser tratadas sistemicamente como uma forma de capital, passível de investimento, acumulação e depreciação.

Theodore Schultz, em seu célebre discurso presidencial à American Economic Association em 1960, posteriormente publicado como 'Investment in Human Capital' (1961), foi pioneiro em argumentar de modo contundente que grande parte do inexplicado crescimento da renda nacional dos Estados Unidos derivava de melhorias na qualidade da força de trabalho. Schultz refutou a categorização da educação e da saúde como meras despesas de consumo; para ele, eram investimentos deliberados. Ao dedicar tempo e recursos no aprimoramento de suas habilidades (seja no ambiente formal acadêmico, seja on-the-job), o ser humano acumula um estoque de atributos que potencializa sua produtividade futura, operando de maneira análoga ao investimento em maquinário ou infraestrutura.

O aprofundamento microeconômico desse insight veio com Gary Becker, cuja obra 'Human Capital' (1964) estruturou matematicamente o processo de tomada de decisão individual. Becker introduziu a premissa de que os indivíduos operam como investidores racionais, pesando os custos diretos da educação (mensalidades, materiais) e os custos de oportunidade (a renda da qual se abdica enquanto se estuda) frente ao fluxo de caixa descontado dos ganhos salariais incrementais esperados ao longo da vida útil profissional. Além disso, Becker estabeleceu a crucial dicotomia entre treinamento geral (que eleva a produtividade em qualquer empresa, justificando que o trabalhador pague por ele) e o treinamento específico (que aumenta a

produtividade apenas na firma atual, devendo ser custeado, ao menos em parte, pelo empregador).

Outro pilar metodológico imprescindível na quantificação empírica dessa teoria foi desenvolvido por Jacob Mincer (1974). Através da hoje mundialmente reconhecida 'Equação de Mincer', o autor logrou isolar o impacto dos anos de escolaridade e da experiência profissional sobre o logaritmo da renda dos trabalhadores. A vasta aplicação desse modelo econométrico através de décadas permitiu verificar que os retornos marginais da educação permanecem consistentemente altos, ainda que declinantes nos anos mais avançados da escolarização, consolidando a validade empírica da premissa da Escola de Chicago.

Contudo, a percepção ortodoxa do capital humano sofreu radicais expansões com o advento da Teoria do Crescimento Endógeno no final da década de 1980. Enquanto os modelos neoclássicos de Solow lidavam com retornos decrescentes, Robert Lucas (1988) e Paul Romer (1990) postularam que o conhecimento possui características de um bem disponível e infinito, podendo ser usado por um número infinito de pessoas sem que o mesmo seja consumido ou finalizado em seu quantitativo. Lucas sublinhou a existência de externalidades positivas (spillovers): o capital humano de um indivíduo não apenas eleva sua própria produtividade, mas transborda, enriquecendo o ambiente e aumentando a produtividade dos trabalhadores à sua volta. Romer, por sua vez, alocou o capital humano altamente qualificado (pesquisadores, cientistas, engenheiros) como o motor central na produção de novas tecnologias, gerando inovações que evitam a estagnação econômica e garantem taxas sustentadas de crescimento.

Em contraposição aos modelos puramente utilitaristas, é prudente registrar a visão crítica de teóricos da sociologia e do desenvolvimento humano. Amartya Sen (1999) avança com a Teoria das Capacidades, argumentando que a educação, muito além de um incremento do PIB ou da renda individual, constitui um alargamento da liberdade substantiva, empoderando cidadãos para agirem como agentes de suas próprias vidas. Paralelamente, Pierre Bourdieu (1986) adverte que o capital cultural e social (frequentemente travestidos de capital humano) reproduzem as hierarquias de classe. O diploma e a habilidade não se materializam em renda no vácuo, mas dependem de redes de contatos e do pertencimento a extratos favorecidos. Tais reflexões tornam-se incontornáveis ao analisarmos os gargalos regionais na absorção deste capital.

## 2.2 RELAÇÕES ENTRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E CAPITAL HUMANO

A relação entre a acumulação de conhecimento e o espaço geográfico onde ela se materializa é complexa e assimétrica. O desenvolvimento econômico não ocorre de forma homogênea no território; ele apresenta forte tendência à aglomeração e à formação de enclaves de prosperidade e periferias dependentes. Compreender a função do capital humano nessa dinâmica exige articular a economia da educação com as teorias do desenvolvimento regional.

François Perroux (1955), com sua clássica Teoria dos Polos de Crescimento, asseverou que o crescimento se manifesta inicialmente em pontos ou polos específicos do espaço, dotados de forças propulsoras que irradiam efeitos sobre sua hinterlândia. Na modernidade, a indutora (indústria motriz) de um polo de crescimento deixou de ser a grande usina siderúrgica para se materializar em complexos de serviços avançados, parques tecnológicos e ecossistemas de inovação, os quais exigem uma altíssima densidade de capital humano para operarem. Gunnar Myrdal (1960) e Albert Hirschman (1961), na mesma época, já alertavam para os efeitos de causalção circular cumulativa: regiões que largam na frente no acúmulo de capital tendem a drenar os recursos (inclusive os recursos humanos) das regiões periféricas.

Essa dinâmica de atração levanta um dos temas mais críticos para o planejamento urbano contemporâneo: a migração seletiva ou fuga de cérebros (brain drain). O capital humano é inerentemente móvel. Regiões periféricas ou cidades médias podem investir pesadamente na formação de sua juventude, consumindo recursos fiscais, apenas para observar a evasão desses indivíduos talentosos para as grandes regiões metropolitanas. Cidades que não conseguem desenvolver um ecossistema produtivo sofisticado tornam-se exportadoras de cérebros, não internalizando as externalidades de Lucas (1988) descritas anteriormente. Em contrapartida, as metrópoles absorvedoras experimentam o brain gain, consolidando sua hegemonia. Para mitigar esse determinismo espacial, a literatura foca no desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs) e nos Distritos Industriais. Giacomo Becattini (1990) reacendeu os estudos marshallianos ao demonstrar que, nos distritos italianos, a competitividade não derivava de economias de escala corporativas, mas de um ambiente permeado por conhecimento tácito, saber-fazer histórico (know-how) e cooperação intercomunitária. Nesse modelo, o capital humano

não é um atributo hermético do indivíduo, mas um ativo social enraizado no território, fomentando a inovação incremental através da intensa troca de ideias face a face.

Para converter a massa educada em força de atração e dinamismo regional, os estudos mais recentes, como os de Richard Florida (2002) sobre a 'Classe Criativa', destacam que os territórios precisam aliar a infraestrutura educacional à qualidade de vida, tolerância e amenidades urbanas. O indivíduo altamente qualificado escolhe onde deseja residir primeiro, para depois inserir-se na matriz produtiva local ou atuar remotamente. O desenvolvimento regional torna-se, assim, indissociável das políticas de atração da classe criativa.

Finalmente, a cristalização do capital humano em desenvolvimento regional demanda engenharia institucional. O modelo da Hélice Tríplice, formulado por Etzkowitz e Leydesdorff (2000), evidencia que a inovação contínua emerge da sobreposição e fluidez institucional entre três atores: Universidade (formadora do capital humano e geradora de ciência), Indústria (aplicadora do conhecimento no mercado produtivo) e Governo (fomentador de regras e incentivos). Regiões onde esses atores atuam em silos incomunicáveis fracassam em reter seu capital humano, revelando a urgência de consórcios de inovação territorial.

### 2.3 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM CIDADES MÉDIAS E SUA RELAÇÃO COM O CAPITAL HUMANO

As profundas mudanças nas cadeias produtivas globais, aliadas à saturação infraestrutural e aos altos custos das metrópoles (deseconomias de aglomeração), alçaram as cidades médias a uma posição de destaque na nova arquitetura espacial do Brasil e do mundo. O dinamismo deslocou-se do hipercentro metropolitano para uma rede descentralizada e policêntrica, dotando centros urbanos intermediários de funções outrora inimagináveis.

De acordo com Amorim Filho (2001) e Sposito (2007), a definição contemporânea de cidade média suplanta o critério puramente demográfico (tamanho da população). O que a caracteriza é o papel que desempenha na rede urbana: a capacidade de polarizar uma vasta hinterlândia, articular os níveis inferiores e superiores da hierarquia urbana e atuar como locus concentrador da prestação de serviços especializados, de saúde, de educação técnica e superior e de comando de operações logísticas e agronegóciais. A cidade média é o nó que amarra o território nacional.

Nas duas últimas décadas, o Estado brasileiro impulsionou fortemente o perfil dessas cidades mediante a massiva interiorização do Ensino Superior e da Educação Profissional. Políticas públicas, como a expansão da rede de Institutos Federais (IFs) e as frentes do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), plantaram sementes vigorosas de pesquisa científica fora do eixo das capitais. O capital humano começou a ser cultivado 'in loco'.

No entanto, o sucesso educacional escondeu um dilema profundo. Uma cidade média universitária forma profissionais de ponta; contudo, sua matriz produtiva raramente avança no mesmo ritmo. Depara-se, então, com o temido descompasso qualificacional (mismatch), frequentemente destacado em relatórios da OECD. Instituições de ensino lançam milhares de agrônomos, engenheiros, cientistas de dados e enfermeiros anualmente em mercados onde os empregadores predominantes são pequenos varejos, distribuidoras e prestadores de serviços de baixa complexidade tecnológica.

Esse mismatch provoca um efeito cascata no tecido socioeconômico da cidade média. Os graduados locais encontram duas vias: o subemprego, ocupando vagas que exigem qualificações muito inferiores ao seu diploma, o que achata a média salarial e gera frustração; ou a emigração seletiva (fuga de cérebros) rumo às capitais ou grandes clusters industriais do Sudeste. Em ambos os cenários, o enorme esforço fiscal do poder público e o sacrifício econômico das famílias da cidade média não revertem em aumento da produtividade do território local.

Logo, a consolidação de cidades médias passa pela transição do papel de 'polo formador' passivo para o de 'polo retentor e inovador' ativo. Isso exige que o planejamento estratégico municipal foque no fomento do empreendedorismo endógeno, incubadoras tecnológicas, parques logísticos inteligentes e na atração de centros de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) de empresas. Só assim, a relação entre capital humano e cidade média torna-se virtuosa, catalisando verdadeiramente o desenvolvimento da mesorregião na qual está inserida.

### **3 FEIRA DE SANTANA E SUAS CARACTERÍSTICAS**

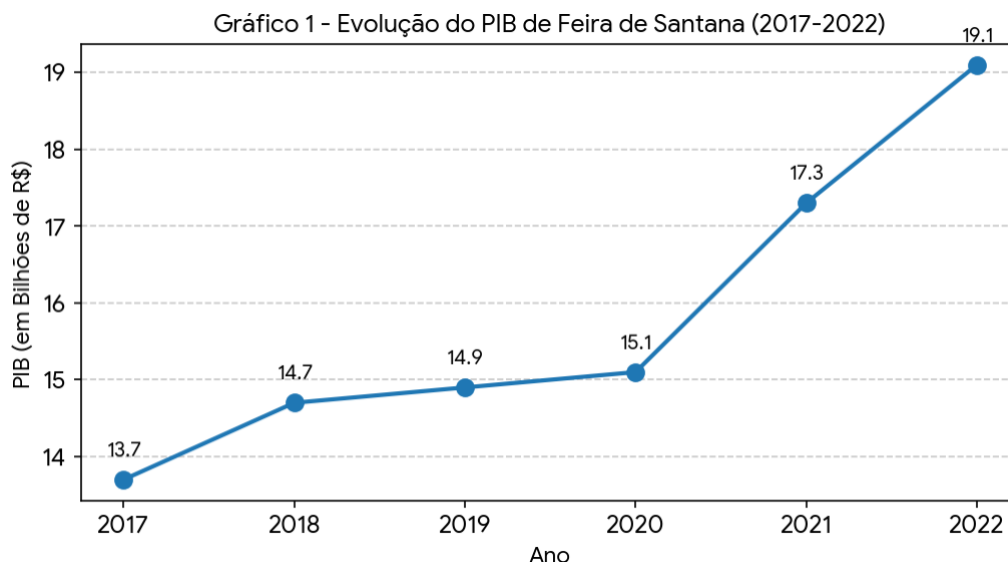
Distante aproximadamente 108 quilômetros da capital Salvador, Feira de Santana não apenas ostenta o título de segundo município mais populoso da Bahia, mas configura-se como a maior cidade do interior das regiões Norte, Nordeste e

Centro-Oeste do Brasil. Consoante aos dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população feirense saltou para 616.279 habitantes, atestando sua constante expansão demográfica. Muito além dos limites intraurbanos, a cidade exerce função de 'capital regional', capitaneando a Região Intermediária que engloba o Território de Identidade do Portal do Sertão e prestando serviços para uma população flutuante e de entorno superior a 2,5 milhões de indivíduos.

A matriz identitária e geoeconômica de Feira de Santana encontra alicerce em sua geografia ímpar. Nascida literalmente como um entroncamento de rotas de tropeiros para o comércio de gado (a famosa feira de Sant'Ana no século XIX), a cidade transmutou essa vocação para o asfalto. É hoje o maior entroncamento rodoviário do Norte/Nordeste, articulando artérias vitais do país, como as BRs 116 (Rio-Bahia), 324 (Salvador-Feira) e 101. Essa capilaridade incomparável transformou o município no paraíso da logística, abrigando centenas de centros de distribuição, atacadistas de todos os portes e empresas de transportes rodoviários de cargas.

Economicamente, a pujança do município é inegável, detendo o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado. Como evidenciado no Gráfico 1 (abaixo), o PIB de Feira de Santana apresentou trajetória de franco crescimento na última década, partindo de 13,7 bilhões de reais em 2017 e atingindo 19,1 bilhões em 2022 (IBGE, 2024), reafirmando sua resiliência mesmo diante das instabilidades pandêmicas. Essa magnitude econômica, todavia, possui uma estrutura altamente concentrada: os setores de Comércio e Serviços respondem por mais de 73% do Valor Adicionado Bruto do município, caracterizando uma economia de fortíssima base terciária.

#### **Gráfico 1 - Evolução do PIB de Feira de Santana (2017-2022)**



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE, 2024.

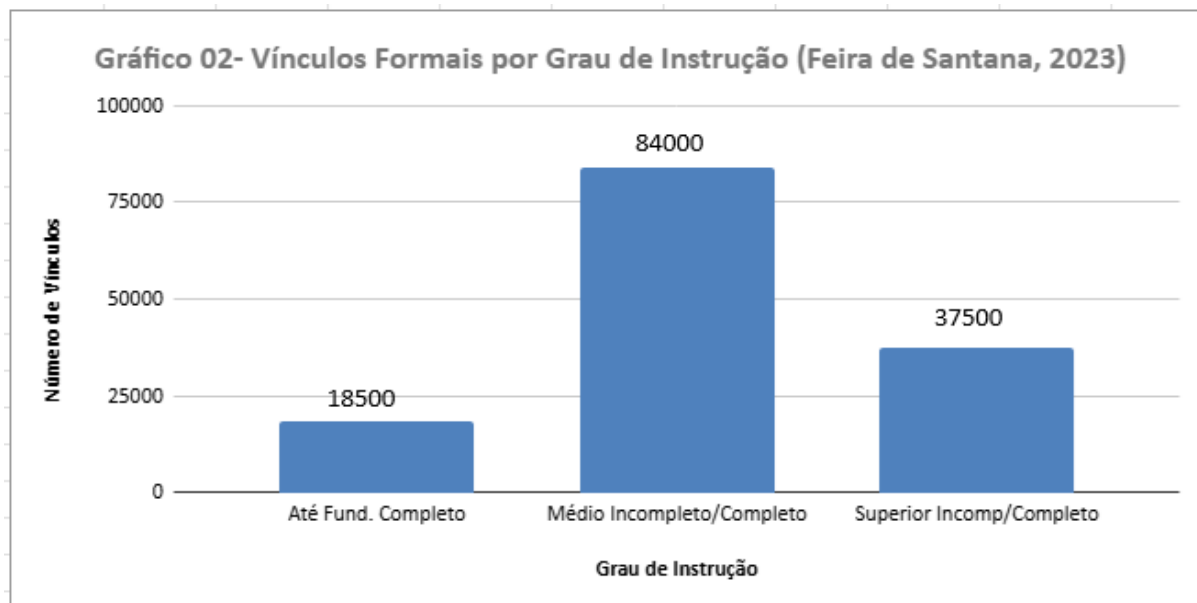
O flanco secundário da economia, responsável por cerca de 18% do VAB, orbita sobretudo o Centro Industrial do Subaé (CIS). Um dos mais importantes núcleos industriais da Bahia fora da Região Metropolitana de Salvador, o CIS abriga dezenas de indústrias diversificadas, contemplando os setores químico, metalúrgico, de pneus, farmacêutico, de alimentos e embalagens. Embora vigoroso, o parque industrial padece de certa estagnação tecnológica em algumas áreas, carecendo de investimentos em pesquisa e automação avançada (Indústria 4.0) para competir em cenários globais.

No âmbito do Capital Humano, as duas últimas décadas redesenharam a paisagem institucional da cidade. Feira de Santana consolidou-se como um denso e efervescente polo educacional. O protagonismo público é ancorado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), um celeiro formador de professores, engenheiros e pesquisadores (com dezenas de mestrados e doutorados), e no Instituto Federal da Bahia (IFBA), aliado à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Paralelamente, o ensino privado presenciou uma explosão de oferta, com maciça presença de campi de faculdades, centros universitários e, de modo notável, instituições de Ensino a Distância (EAD). Dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2023) assinalam que o município contabiliza mais de 45.000 alunos matriculados, número superior ao de diversas capitais brasileiras.

Não obstante o sucesso acadêmico quantitativo, a transposição dessa imensa oferta educacional para o mundo do trabalho expõe os nós do tecido socioeconômico feirense. Recorrendo aos registros oficiais da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do CAGED (Ministério do Trabalho, 2023), o município abrigava

aproximadamente 140 mil vínculos formais (celetistas e estatutários). Contudo, a estrutura ocupacional revela uma severa base em funções operacionais e de baixo valor agregado.

**Gráfico 2 - Vínculos formais por grau de instrução (Feira de Santana, 2023)**



Fonte: Elaboração própria com base em RAIS/CAGED (MTE, 2023).

Conforme detalhado no Gráfico 2, estratificando os empregos pelo Grau de Instrução, a absorção majoritária do mercado de trabalho formal apoia-se sobre trabalhadores com, no máximo, Ensino Médio Completo (cerca de 60% dos vínculos, ou 84 mil empregados). São ocupações de atendentes de loja, balconistas, motoristas, operadores de telemarketing e auxiliares de logística, auferindo remunerações médias entre 1,5 e 2 salários mínimos. O contingente com ensino superior e pós-graduação atinge em torno de 26% da base empregada (aproximadamente 37,5 mil profissionais), concentrando-se pesadamente em nichos protegidos (educação básica e superior, saúde e administração pública municipal e estadual). A absorção de engenheiros, analistas de dados, tecnólogos e cientistas pela indústria local ou pelo comércio ainda é estatisticamente tímida, compondo o panorama central para a análise do alinhamento estratégico.

#### **4 ANÁLISE EMPÍRICA: ALINHAMENTO DO CAPITAL HUMANO E DESENVOLVIMENTO**

A confrontação analítica entre a modelagem teórica proposta na seção 2 e os recortes socioeconômicos de Feira de Santana apresentados na seção 3 permite

dissecar as fraturas no processo de desenvolvimento regional do Portal do Sertão. A verificação empírica aponta, sem ambiguidade, que a resposta à pergunta central de pesquisa configura um alinhamento bastante parcial, caracterizado por um notório sucesso na dimensão formativa do capital humano, porém ofuscado por severos estrangulamentos na sua etapa alocativa e de retenção.

Sob as lentes da base teórica de Schultz (1961) e Becker (1964), atesta-se que as famílias e indivíduos da mesorregião de Feira de Santana internalizaram com notável eficácia a racionalidade econômica da educação. A vertiginosa expansão das matrículas superiores na UEFS, nas faculdades privadas e na avassaladora modalidade EAD traduz um altíssimo investimento (privado e estatal) na aquisição de conhecimentos formais. Do ponto de vista geográfico e da teoria das cidades médias (Sposito, 2007), a cidade cumpre com maestria sua função aglutinadora: atrai juventude e cérebros de mais de 80 municípios (um expressivo brain gain regional provisório) para sentarem-se em suas salas de aula.

No entanto, o colapso analítico ocorre quando examinamos a transição desse vasto estoque de capital humano (agora formado e titulado) para a matriz produtiva. Recorrendo aos dados da RAIS expressos no Gráfico 2, constata-se a gravidade do descasamento qualitativo, o fenômeno do 'mismatch'. O ecossistema produtivo feirense — um VAB majoritariamente sustentado no comércio atacadista/varejista tradicional e na logística rodoviária elementar — não gerou a mutação estrutural necessária para demandar trabalhadores intensivos em conhecimento. Os retornos previstos pela Equação de Mincer perdem aderência quando engenheiros ambientais, biólogos, analistas de sistemas e pedagogos encontram como principal esteira de empregabilidade o balcão do comércio do centro da cidade ou a informalidade de aplicativos de serviço.

Esse abismo entre o diploma e a demanda do balcão reverbera negativamente na teoria de Romer (1990) sobre inovação tecnológica endógena. Sem grandes centros corporativos, startups financiadas ou pólos robustos de P&D privados nas indústrias do Centro Industrial do Subaé, as engrenagens de inovação não rodam. A ciência produzida na universidade pública (aqui representada principalmente pela excelência dos programas de pós-graduação da UEFS) não escoar para o chão de fábrica do CIS para solucionar gargalos produtivos. Trata-se de um isolamento clássico decorrente da ausência das premissas da Hélice Tríplice (Etzkowitz & Leydesdorff, 2000): Universidade, Indústria e Estado governamental local ainda

orbitam em sistemas fechados, dialogando de forma esparsa, não institucionalizada, desperdiçando as famosas externalidades propostas por Lucas (1988).

A consequência imediata e severa, diagnosticada empiricamente para o desenvolvimento do território, é a migração seletiva ou fuga de cérebros. Não encontrando o chão fértil corporativo ou ecossistemas de inovação tecnológica, os talentos acadêmicos e técnicos de maior brilhantismo forjados em Feira de Santana arrumam as malas. Eles migram compulsoriamente para o polo petroquímico e industrial de Camaçari, para o complexo de serviços avançados de Salvador, ou para as metrópoles do Sudeste (São Paulo e Campinas). Este êxodo esvazia a competitividade futura da própria Princesa do Sertão. Em termos estritos, o município de Feira de Santana acaba arcando com todo o ônus socioeconômico da infraestrutura de formação e moradia da juventude, para depois atuar como um mero 'exportador gratuito' de mentes brilhantes e subsídio de capital humano para regiões geoeconômicas já hiperdesenvolvidas.

Portanto, os dados e a análise demonstram que, enquanto polo educacional passivo, Feira atende com presteza sua mesorregião. Contudo, enquanto fator estratégico integrado ao desenvolvimento da sua estrutura produtiva, o capital humano encontra-se desalinhado, operando abaixo do seu real potencial disruptivo.

## 5 CONCLUSÃO

A presente investigação teve como mote responder à indagação sobre a medida em que a formação e retenção do capital humano em Feira de Santana encontram-se alinhadas às premissas de um desenvolvimento regional sustentável. A partir do cruzamento entre os rigorosos marcos teóricos do desenvolvimento endógeno e os perfis estatísticos do município — o qual exibe a pujança de uma cidade média de 616 mil habitantes — a resposta é conclusiva: o alinhamento é notavelmente parcial, desbalanceado e, do ponto de vista do avanço tecnológico local, estruturalmente insuficiente.

Identificou-se o 'Paradoxo de Feira de Santana'. A cidade operou com maestria o papel de polo aglutinador e formador de mentes, erigindo uma invejável infraestrutura acadêmica centrada na UEFS, IFBA e expansivo setor privado. Formou o Capital Humano. O fracasso, entretanto, reside no polo retentor e absorvedor. O mercado de trabalho local não evoluiu em complexidade tecnológica à mesma

velocidade de sua academia. Ancora-se, perigosamente, em serviços logísticos básicos e num vasto setor comercial varejista de margens estreitas, os quais não exigem — nem conseguem remunerar adequadamente — cérebros altamente escolarizados. O saldo impiedoso dessa equação é duplo: o achatamento salarial pelo subemprego (mismatch) e a drenagem dos melhores intelectos rumo a outras metrópoles (brain drain).

Em face desta radiografia crítica, pontuam-se diretrizes e sugestões concretas. O desenvolvimento estratégico futuro de Feira de Santana passa, inequivocamente, pela adoção deliberada da governança da Hélice Tríplice. É premente a estruturação de um Conselho ou Agência de Inovação Municipal que transcenda as gestões políticas cíclicas e amarre definitivamente os conselhos diretoriais das Universidades à representações empresariais (indústria, comércio e serviços).

Ademais, sugere-se a formulação de agressivas políticas públicas locais (incentivos fiscais, cessão de áreas e fomento de capital semente ou seminal) para a implantação de um Parque Tecnológico voltado às vocações naturais da região: Agrotecnologia (servindo ao cinturão agrícola nordestino) e Logística 4.0 e 5.0. Se Feira de Santana é o maior entroncamento rodoviário do Nordeste, deve liderar inovações em software de rastreamento, modais inteligentes e otimização de frotas, retendo assim programadores, cientistas de dados e engenheiros oriundos das Instituições de Educação Superior e também técnicas.

Em suma, o capital humano é um fator de grande potencial dinamizador de desenvolvimento. Ele, por si só, não salva economias sem arranjos institucionais. O salto de Feira de Santana de 'maior feira do interior' para a condição de 'polo de inovação e vanguarda tecnológica' do Brasil dependerá, impreterivelmente, de sua capacidade de enraizar o conhecimento no asfalto e no chão de fábrica. Ao atingir essa simbiose, a cidade não apenas garantirá sua ascensão sustentável, mas irradiará prosperidade duradoura por todo o Portal do Sertão.

## REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O. B. Cidades médias e a organização do espaço brasileiro. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Orgs.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

BECATTINI, G. The Marshallian industrial district as a socio-economic notion. In: PYKE, F.; BECATTINI, G.; SENGENBERGER, W. (Eds.). **Industrial districts and inter-firm co-operation in Italy**. Geneva: International Institute for Labour Studies, 1990.

BECKER, G. S. **Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education**. New York: Columbia University Press, 1964.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (Ed.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood Press, 1986.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and "Mode 2" to a Triple Helix of university-industry-government relations. **Research Policy**, v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000.

FLORIDA, R. **The Rise of the Creative Class: And How It's Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life**. New York: Basic Books, 2002.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo Universal de Cultura, 1961.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2022**. Brasília: INEP, 2023.

LUCAS, R. E. On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics**, v. 22, n. 1, p. 3-42, 1988.

MINCER, J. **Schooling, Experience, and Earnings**. New York: National Bureau of Economic Research (NBER), 1974.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / Novo CAGED**. Perfil do Mercado de Trabalho Formal. Brasília: MTE, 2023.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**: textos de Economia Contemporânea. Tradução: Ewaldo Correa Lima. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura / Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

PERROUX, F. Note sur la notion de 'pôle de croissance'. **Économie Appliquée**, v. 8, n. 1-2, p. 307-320, 1955.

ROMER, P. M. Endogenous Technological Change. **Journal of Political Economy**, v. 98, n. 5, p. S71-S102, 1990.

SCHULTZ, T. W. Investment in Human Capital. **The American Economic Review**, v. 51, n. 1, p. 1-17, 1961.

SEN, A. **Development as Freedom**. New York: Alfred A. Knopf, 1999.

SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.